As Cartas do Unabomber págs. 27-28 • **Les Soulèvements de la Terre** págs. 24 e 25 • **Disgraça, um espaço fundamental** pág. 40

mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 42
JULHO-SETEMBRO 2024
TRIMESTRAL / ANO XI
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

Solidariedade sem fronteiras

Ilustração **Ricardo Castro**

Entre as habituais notícias de aumento da brutalidade nas fronteiras externas da UE [págs. 7-8], uma reportagem a partir do acampamento de mais de uma centena de pessoas migrantes junto à Igreja dos Anjos, em Lisboa, demonstra que é na solidariedade, e não na caridade ou nas instituições dos Estados, que se vislumbra a solução: caminharmos juntas até que os muros caiam. [págs. 9-12]

Sines, uma história de conflitos sócio-ambientais

Na nova vaga industrial em Sines, assistimos a uma voragem energética sobre o território envolvente, enquanto nas ruas da cidade ecoa a precariedade. **págs. 18 a 23**

Ocupações, despejos, resistências

Entre bairros auto-construídos e casas camarárias ocupadas, num edifício vazio em Santa Engrácia, Lisboa, juntaram-se okupas e vizinhança no usufruto comum da cidade. **págs. 13 a 17**

A vida de outro modo

Carmen Staats vive da agricultura biológica há 40 anos num pequeno lugar na Serra da Lousã e revela como é possível viver, e bem, sem a ambição predatória do agronegócio. **págs. 32 e 33**

Não há «migrantes úteis», há exploradores inúteis

Ana Sofia Carvalho · @anasofiacarvalho_photography

Para quem acompanha o Jornal MAPA, pode parecer estranho o súbito e aparente consenso público que se gerou sobre«as portas não podem continuar escancaradas», «a imigração está descontrolada», «imigração sim, mas assim não» e outras expressões que a visibilidade das pessoas migrantes nas ruas de Lisboa trouxe para a ordem do dia. E «estranho» é apenas uma figura de estilo, uma vez que, na realidade, não existe qualquer vaga de pessoas especialmente orientada para Portugal. O que existe é uma enorme e lusa bolsa de exploração, por um lado, e, por outro, uma crescente bolha de deserdados do mundo disponíveis para serem explorados.

As pessoas vêm porque há trabalho. E acabam tesas, aos montes em alojamentos para poucas, em horários e rotinas de demência, nos empregos que mais ninguém quer. Apenas porque, deste lado, a única coisa que há para oferecer é uma mão estendida para receber contribuições e impostos. E a «integração» de que se fala passa por mil coisas, mas não passa pela denúncia da forma como estas pessoas são tratadas logo à partida.

No rescaldo dum incêndio numa dessas casas sobrelotadas, em Lisboa, Moedas e Montenegro (na altura ainda não primeiro-ministro) apressaram-se a dizer que era preciso filtrar os fluxos migratórios, de forma a que só viesse quem é realmente preciso, como se as vítimas do fogo não tivessem os seus trabalhos, não transportassem bens ou pessoas, não servissem às mesas, não fossem, numa palavra, precisos. E, acima de tudo, como se as «nossas» necessidades fossem superiores ao seu («deles») direito à vida.

Toda a gente parece concordar. Certa esquerda grita «Ai a segurança social», a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) afirma que os partidos que não querem imigração pretendem que o país vá à falência, até a extrema-direita concede que, sem imigrantes, Portugal é inviável. Muitas diferenças de análise, claro, muitas divergências quanto à forma e ao conteúdo, bem entendido, mas uma clara semelhança na forma de olhar para a questão: «nós» precisamos «deles». A partir deste consenso, é fácil inverter o silogismo e concluir que, realmente, só devem vir aqueles de quem precisamos. Seja para a agricultura, para as obras, para uma vida uberizada, para a restauração, para qualquer outro campo onde a exploração se manifeste de forma mais brutal, ou para a sustentabilidade da segurança social, o olhar utilitário é quem mais ordena.

A extrema-direita, claro, rejubila. A mais ninguém interessa tanto esta ideia do imigrante útil e bom. Em primeiro lugar, para ser tido como excepção e em contraponto com o imigrante inútil e mau que é fácil fazer percepcionar como maioritário. Mas sobretudo para tornar senso comum a ideia do «outro» e a sua desumanização. A forma titubeante como a esquerda institucional, quando questionada, se furta a falar em abertura de fronteiras, a sua insistência na serventia dos imigrantes para Portugal, são gasolina para a fogueira da direita radical.

> A partir duma mentira, os novos fascistas conseguem dominar a agenda mediática e vêem as suas reivindicações reconhecidas em letra de lei.

Na prática, a partir duma mentira – a da Europa de fronteiras abertas –, os novos fascistas conseguem dominar a agenda mediática – que, no caso português, foi também eleitoral – e vêem as suas reivindicações reconhecidas em letra de lei. Num ápice, num momento de rara eficiência estatal, o governo aprova e o presidente promulga. Direita e extrema-direita degladiam-se pela paternidade da ideia, lutam para ver qual dos balões partidários se enche e qual se esvazia com estas medidas. O restante espectro político fica bloqueado, perdido numa discussão de pormenores técnicos, quase embrutecido ao compreender que se deixou arrastar para uma discussão que não devia ser a sua.

Pormenores técnicos, sim. Importantes também. Deve-se, como é lógico, denunciar que a caducidade do mecanismo da «manifestação de interesse» prevista no decreto governamental levará a um maior grau de clandestinidade entre a população imigrante. Que quem sairá a ganhar serão, como sempre, as redes de tráfico de pessoas e as da sua exploração, ao que se poderá acrescentar o mais que provável florescimento de um mercado negro de colarinho branco para a obtenção de contratos de trabalho forjados. E que, no fundo, se penaliza a pobreza e a vulnerabilidade e se privilegia quem pode e sabe tratar do processo ainda no país de origem, através dos consulados. Mas a questão fundamental já ficou para trás. A noção de humanidade já se perdeu. O «eles» e o «nós», essa coincidência biológica, é já uma barreira inultrapassável. E já parece demasiado adolescente questionar se pode alguém deixar outro à morte apenas porque não está disposto a prescindir do seu *tupperware*.

Discussão diferente é a que a Disgraça ou o Relâmpago trazem para o terreno de jogo, digamos assim. A Cozinha Migrante dos Anjos, em Lisboa, tem possibilitado que as pessoas que estão acampadas nos Anjos possam cozinhar e algumas delas são desafiadas (e têm aceite o desafio) para irem treinar e jogar com o clube que pugna pelo desporto popular. Exemplos de solidariedade mais do que integração e de autonomia, mais do que caridade, a lembrar a importância do apoio mútuo entre humanos, independentemente da sua aparente utilidade, e o carácter fundamental da existência de colectivos e movimentos sociais fortes e despegados das exigências de «credibilidade» dos projectos de poder.

Não passarão!

Manifestantes vão avançar com queixas contra a violência policial exercida sobre o grupo que convocou a concentração antifascista "Não passarão", ocorrida no dia 10 de junho no Padrão dos «Descobrimentos».

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT

No dia em que se lembra a morte de Alcindo Monteiro, um grupo de cerca de 150 pessoas dirigiu-se a Belém para participar numa concentração contra a mobilização promovida pelo grupo fascista 1143.

Durante a concentração, a polícia formou um perímetro de segurança, condicionando a mobilidade do grupo antifascista, que entoava cânticos e palavras de protesto. Do lado do grupo fascista (cerca de 50 indivíduos), foram acendidas tochas e *verylights*. Dois destes foram projetados em direção à outra manifestação: um acertou numa faixa e outro num polícia, que se manteve passivo.

Perante várias provocações, insultos, ameaças à integridade física e tentativas de agressão por parte de membros do grupo fascista aos outros manifestantes, a polícia avançou com duas cargas policiais sobre os antifascistas. A linha da frente da concentração sofreu empurrões e bastonadas. Cerca de 15 pessoas ficaram feridas e três precisaram de atendimento hospitalar.

João F., de cerca de 65 anos, sofreu uma bastonada na cabeça e ficou deitado no chão. Um dos manifestantes, um repórter de media independente, que se encontrava a filmar a manifestação, tentou socorrer esta pessoa, tendo sido igualmente agredido pela polícia, no pulso e nas costas, e o seu material de vídeo danificado.

Após esta carga policial, a PSP formou uma barreira de segurança em volta dos manifestantes, não os deixando abandonar o local e impedindo a entrada de ajuda médica. Depois de algumas negociações, a polícia acedeu a que as pessoas saíssem deste perímetro em grupos de cinco de cada vez e uma ambulância chegou para levar João F. para o hospital, onde levou pontos na cabeça.

A maior parte dos polícias não estavam identificados, mas muitas pessoas filmaram o que se passou. Um dos manifestantes já avançou com uma queixa contra a polícia e outro irá avançar em breve.

«Não deixemos que se celebre o colonialismo, o nacionalismo e o fascismo: NÃO PASSARÃO!»

AGRADECIMENTOS:
RICARDO RIBEIRO

Um imenso retrocesso

O Plano de Acção para as Migrações, promulgado em tempo recorde, procede à revogação da autorização de residência assente em manifestações de interesse e à imposição de visto de trabalho prévio. Os sectores do turismo, restauração ou agricultura, dependentes de mão de obra migrante, reagiram com apreensão. Do outro lado do muro, a SOS Racismo reagiu considerando que «a escolha cirúrgica das medidas propostas pelo Governo sugere uma intenção clara: consagrar a sua visão utilitarista e securitária relativamente aos fluxos migratórios», legitimando discursos xenófobos para «ocupar o espaço da extrema-direita», usando a falácia das razões «humanitárias» e o logro de um «crescimento exponencial» de imigrantes e assim promovendo a ideia de «invasão».

Perante o problema da tramitação dos processos pendentes, a SOS Racismo concluiu que se trata de um «imenso retrocesso» associado a uma «aposta policial que fortalece o espírito repressivo da nova política migratória» e beneficiará as redes de tráfico. Relembrando que as manifestações de interesse foram criadas, em resposta a milhares de pessoas «que trabalhavam, pagavam impostos e faziam descontos para a segurança social, e que, ainda assim, não conseguiam obter autorização de residência.»

Antropóloga processada por denunciar violência sobre famílias ciganas

Agostina Nievas, doutoranda em Antropologia, foi processada pela GNR em abril, por denunciar agressões policiais contra famílias ciganas em Montemor-o-Novo e Évora, testemunhadas durante o seu trabalho de campo.

CATARINA LEAL

A investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa desenvolve atualmente uma pesquisa engajada sobre a construção da corporalidade em famílias ciganas forçadamente nómadas, analisando de que forma é que o corpo se degrada mais rapidamente em contextos em que as pessoas estão expostas à pobreza, a despejos, à segregação racial e a um tratamento diferenciado como cidadãs.

No contexto da sua pesquisa, Agostina testemunhou a precariedade das condições de vida das comunidades ciganas nómadas - falta de água, saneamento básico ou recolha do lixo – e a repressão imposta pelas instituições estatais, que ordenam a expulsão destas comunidades de terrenos públicos ou o pagamento de coimas.

A antropóloga dirigiu às câmaras em questão pedidos de cedência de terrenos e de habitações, ambos sem sucesso. Os regulamentos dos programas de habitação social camarários estipulam que, para as famílias acederem a este apoio, têm de permanecer de forma ininterrupta nos concelhos – 5 anos em Montemor e 2 anos em Évora – requisito impossível no caso destas famílias, que são constantemente expulsas.

Numa das ocasiões em que se encontrava a fazer trabalho de campo junto de uma das famílias ciganas, Agostina presenciou uma tentativa de expulsão violenta por parte da GNR, num período em que, supostamente, existem tréguas do Estado: no período escolar, estas famílias não podem ser expulsas, uma vez que o Estado tem de garantir que as crianças conseguem aceder à escola.

Sempre que presencia situações como esta, a investigadora escreve denúncias para as mais diversas entidades: a Provedoria da Justiça, o Observatório das Comunidades Ciganas e associações de direitos humanos, como a Letras Nómadas.

No começo do ano, quando chovia muito, Agostina Nievas tinha ido visitar uma das famílias de Montemor-o-Novo: «a lona estava cheia de água e as coisas completamente molhadas. Fiquei com tanta raiva de ver as crianças naquelas condições que fiz a mesma queixa que tinha feito por vários meses, mas acrescentei as pessoas da câmara municipal.»

Agostina acredita que foi a partir desta queixa à câmara municipal que a GNR fez a denúncia penal contra si, por difamação agravada. Nos últimos meses, tem recebido a solidariedade de jornalistas, de investigadores, das suas orientadoras e da Associação Portuguesa de Antropologia. Para além disso, conta com o apoio da advogada Leonor Caldeira, que representou com sucesso a família Coxi do Bairro da Jamaica no Seixal no processo relativo a injúrias da extrema-direita.

A antropóloga Agostina Nievas acredita que o processo judicial movido contra si pode ser uma oportunidade para tornar públicas as condições de pobreza e de discriminação a que estão submetidas as comunidades ciganas em Montemor-o-Novo e em Évora, áreas onde desenvolve trabalho de campo desde 2020.

15 a 19 de Agosto: 4ª edição do Acampamento em Defesa do Barroso

Há meses, num braço de ferro com a população da zona do Barroso que tentava impedir a destruição de terrenos baldios que afirmam terem sido usurpados, a empresa Savannah declarou, nos finais de Maio, ter concluído a fase de sondagens e que irá desmobilizar a «máquina que está num dos 100 terrenos já adquiridos pela empresa, mas que é alvo de contestação por quem se opõe ao projecto».

Isto acontece pouco tempo depois de a luta contra o lítio ter chegado a Cannes através dos filmes de Paulo Carneiro, *A Savana e a Montanha*, e de Frederico Lobo, *Quando a Terra Foge*. Já no início de Abril, Boticas foi palco do 9º Encontro Nacional por Justiça Climática, espaço de debate e protestos populares contra a exploração mineira. O Barroso foi ainda ao 25 de Abril de Lisboa e voltou à capital, mais recentemente, para um protesto durante a Lisbon Energy Summit, onde Emanuel Proença, CEO da Savannah Resources, discursava.

A luta contra as minas há muito que saltou as fronteiras locais e o seu contexto específico para se impor como preocupação mais ampla dos movimentos sociais, alicerçada num discurso anti-extractivista. Para esta mudança de contexto, em muito contribuíram os Acampamentos em Defesa do Barroso.

A luta contra as minas há muito que saltou as fronteiras locais e o seu contexto específico para se impor como preocupação mais ampla dos movimentos sociais, alicerçada num discurso anti-extractivista

Este ano, entre os dias 15 e 19 de Agosto, como sempre na Quinta do Cruzeiro nas Covas do Barroso, decorre a 4º edição. A programação definitiva ainda não é conhecida, mas, de novo, espera-se que seja local de congeminações, coordenação, solidariedade, convívio, partilha, e «resistência aos interesses económicos e políticos que pretendem destruir as montanhas pela promessa de lucro fácil».

Mais info:
barrososemminas.org

Porto: Requiem por um jardim

Em 25 de Maio passado, assinalando o Dia Nacional dos Jardins, a Campo Aberto lamentou a oportunidade perdida de transformar um jardim «informal» num jardim «real». Falamos do jardim entre a Rua de Contumil e a VCI, na zona do Nó das Antas, que está a ser destruído por um empreendimento urbanístico.

Cerca de 40 pessoas de diversas associações e alguns moradores reuniram-se no local assinalando como «os espaços verdes urbanos protegidos pelos Planos Diretores Municipais constituem, frequentemente, apenas uma fração minoritária das manchas verdes ainda existentes». O espaço em causa, assinalado como zona verde no PDM de 2005, viu essa proteção ser removida em 2012 «em condições ainda não inteiramente esclarecidas».

De acordo com a Campo Aberto, um desses locais, entre a Rua de Diogo Cão e a Rua de Contumil tem sido há mais de 20 anos utilizado pela vizinhança como um «jardim de proximidade», sendo-lhe agora retirada «a fruição dos vizinhos e da cidade».

+ 50: CCL

No dia 13 de Maio de 1974, ao invés de uma nova aparição em Fátima, um grupo de anarquistas que resistiram à longa ditadura fascista reuniu-se em Almada e acabou por constituir o Centro de Cultura Libertária. Ao longo de cinco décadas, sucederam-se nesta associação anarquista várias gerações que encontraram neste espaço formas de conhecer, debater e viver o anarquismo. O ano do 50º aniversário iniciou-se com a boa noticia da renovação automática do aluguer do nº 121 da Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas, por mais 5 anos. Dar-se-á continuidade à angariação de fundos para a aquisição de um espaço conjunto que constitua o novo Ateneu Libertário na zona metropolitana de Lisboa, alojando a biblioteca-arquivo do CCL e também os importantes acervos da BOESG e de A Batalha, num espaço aberto a novos e velhos colectivos que dele queiram fazer uso.

+ 50: A Ideia

A revista de cultura libertária A IDEIA teve estreia em Abril de 1974 e distribuição em Lisboa no primeiro de Maio de 1974. Até hoje publicou-se ininterruptamente, com duas séries (1974-1991; 2000-202…) e 103 números. Neste cinquentenário, além de uma edição comemorativa, realizou em Évora um ciclo de cinema libertário e associou-se a um colóquio universitário sobre Sindicalismo, Trabalho e Cidadania, evocando os 90 anos da greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934. No início do Outono inaugurará uma exposição documental na Biblioteca Nacional.

+ 50: CIDAC

Há 12 anos, nasceu na Rua Tomás Ribeiro nº 9, em Lisboa, uma Loja de Comércio Justo. Mas há que recuar a Maio de 1974 para ir à génese do CIDAC, a organização não-governamental de desenvolvimento que gere a loja. Com suas origens no Grupo do BAC (Boletim Anti-Colonial), que operava na clandestinidade antes do 25 de Abril, foi criado como Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial, hoje chamado Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral. Nestes seus «50 anos de cooperação e de outras educações», destaque para o lançamento, em Outubro passado, da revista Outras Economias, uma publicação digital multimédia quadrimestral, em português, sobre economia e alternativas económicas.

Feira Anarquista do Livro de Lisboa

A Feira Anarquista do Livro estará de regresso nos dias 21 e 22 de Setembro, este ano na Casa da Achada. Entre livros, prometem-se «descobertas e tráfico de ideias rumo à vida verdadeira», para fazer frente ao «processo de fascização em curso, à carestia de vida, à indignidade na habitação, ao colapso ambiental, às muitas faces do ódio racista, xenófobo, queerfóbico, transfóbico e misógino, à mercantilização de tudo, ao extractivismo infinito, ao aceleracionismo estuporado, aos falcões da guerra e do genocídio».

Represas de castor ou barragens? Uma pergunta para pensar os nossos rios

O coletivo artístico Guarda Rios, que desde 2019, gravita em torno dos territórios ribeirinhos, está atualmente em Idanha-a-Velha nas margens do Rio Ponsul.

GUARDA RIOS
GUARDARIOS.ORG
FOTOS **RITA BRAGANÇA**

Muito brevemente, o que é o coletivo Guarda Rios e o que vos levou a Idanha-a-Velha?

O Guarda Rios é um coletivo multidisciplinar de criação em torno dos rios e da água. É a partir desta relação com os lugares que vamos criando cenários, dispositivos e dramaturgias que resgatam narrativas dos rios, provocando mudanças de percepção sobre as mais variadas questões ambientais. Chegámos a Idanha-a-Velha por convite do Pela Terra – Encontro de Arte e Ecologia, um encontro entre artistas e a comunidade. É um projeto do Duarte Martins, programador do Idanha-a-Vida, que nos convidou a estar por quatro momentos diferentes em Idanha-a-Velha para pensar com as pessoas a sua relação com o Rio Ponsul. Em cada um desses momentos vamos criar encontros, caminhadas e dramaturgias com as pessoas, que permitam partilhar memórias do rio, mas também e sobretudo imaginar novas relações com o rio. O resultado será apresentado em 2025 na próxima edição do Pela Terra.

Quais são as grandes questões relativamente à gestão da água e dos recursos hídricos que encontraram em Idanha-a-Velha? Existe um paralelo com outras zonas do país?

A Maria João Gouveia, da equipa Idanha-a-Vida e que tem criado um círculo de encontro de mulheres muito bonito, disse-nos logo que as pessoas têm um desejo de criar um espelho de água no rio Ponsul, a montante da aldeia. Querem ver água a correr no Verão, sendo que os meses sem caudal estão a aumentar. A população também se queixou do rio estar ao abandono e da vegetação não ser limpa. É importante mencionar que a comunidade de Idanha-a-Velha tem uma linha de hortas ao longo do Ponsul (algo raro nos dias de hoje) o que faz com que estas pessoas tenham uma relação directa com este rio.

Dadas estas questões, pensámos no castor como figura chave do nosso projeto, pelo seu impacto regenerativo nas linhas de água através das suas represas permeáveis e a sua ação sapadora do coberto vegetal. No primeiro encontro que tivemos, partilhámos a notícia de que está iminente o retorno do castor a Portugal, depois deste mamífero ter desaparecido do país no Séc. xv. Partilhámos também diferentes projetos de restauro fluvial que imitam represas de castor (*Beaver Dams Analog*) para gerar zonas de alagamento e abrandamento de água. O aumento da biodiversidade que as diferentes ações do castor geram sobre os ecossistemas ribeirinhos, são um bom exemplo de gestão regenerativa, ou seja nem toda a intervenção humana ou animal é necessariamente negativa. As suas represas permeáveis de paus, pedra e lama, apontam também para um aspecto importante quando falamos de água, pois ela necessita de correr para absorver e libertar oxigénio, manter uma temperatura boa para os peixes, enfim para que os rios possam ser rios. Este aspecto aponta para a diferença que faz um «espelho de água» que é feito de material orgânico e poroso e um «espelho de água» que é um grande paredão de cimento (barragens) que estanca e eutrofiza grandes massas de água. Sendo o seu caudal mecanizado em prol dos lucros da energia e da agricultura intensiva, não atendendo ao ciclo da água, ao solo e aos ritmos biológicos.

Por último, qual o impacto que esperam da vossa passagem por Idanha-a-Velha? Alguma coisa irá mudar?

A apresentação destes dois paradigmas, Represas de castor vs Barragens, suscitou uma interessante discussão e estamos agora muito expectantes relativamente ao nosso segundo encontro, pois como referimos muitos dos habitantes de Idanha-a-Velha têm hortas junto ao rio, o que faz com que estas pessoas tenham uma responsabilidade acrescida relativamente à forma como se relacionam com o rio, a quantidade de água que usam para a sua horta e o que colocam no solo.

A nossa passagem por Idanha-a-Velha ou por qualquer outro território, pode significar sempre uma mudança, seja ao nível da perceção, seja a partir de práticas mais concretas. Mas estas para acontecerem, dependem na verdade das pessoas e de quem quer ser agente de mudança. O coletivo Guarda Rios propõe basicamente formas de fazer perguntas que atendem ao tacto, à escuta, ao paladar, à visão, com base na pesquisa que temos feito nos últimos quatro anos.

Com amor, sem medo, sou Mumia Abu-Jamal

Mumia Abu-Jamal, 70 anos, há quase 43 anos encarcerado, continua sendo uma das vozes negras mais conhecida nos Estados Unidos e pelo mundo fora, frequentemente apelidado como a «Voz dos Sem-Voz». Declarando-se inocente da morte de um polícia em Filadélfia em 1981, foi condenado à pena capital e passou 32 anos em confinamento. Em 2011 a pena de morte foi comutada para prisão perpétua sem acesso à liberdade condicional, depois de numerosos depoimentos terem sido ignorados, como provas de que a polícia convencera uma testemunha a identificá-lo como culpado.

Desde a década de 1970, Mumia fazia parte da organização radical de negros norte-americanos *Black Panther*, destacando-se como jornalista e locutor de rádio na crítica ao racismo. Lutador incansável de dentro das prisões, é uma referência inegável de dignidade e compromisso com a defesa dos direitos humanos. Escreveu mais de uma dezena de livros, numerosos textos e ensaios, e a sua voz continua a ser escutada nas intervenções que podem ser escutadas no site da Prison Radio (prisonradio.org), rematando sempre com um: «com Amor, sem Medo, sou Mumia Abu-Jamal».

A sua saúde é débil, após ter sido submetido a uma cirurgia ao coração em 2021, sendo-lhe negadas as medidas de reabilitação e a dieta de que necessita. Apesar disso, do esgotamento e da idade, Mumia Abu-Jamal continua a fazer campanha contra o racismo, o capitalismo e o encarceramento em massa nos EUA, e pelo fim das prisões.

No início de Maio dirigia-se aos ocupantes das universidades em protesto pelos Palestinianos, enaltecendo-os como estando «a fazer a coisa mais humana que podem fazer». Apontando o dedo à cumplicidade bélica dos Estados Unidos, apelava a enfrentar e compreender «a natureza do Estado, a natureza dos Estados Unidos, a natureza dos Estados, a natureza do colonialismo dos colonos. Que despersonaliza, desumaniza, desaparece, destrói, e trata realmente os palestinianos como coisas e não como seres humanos».

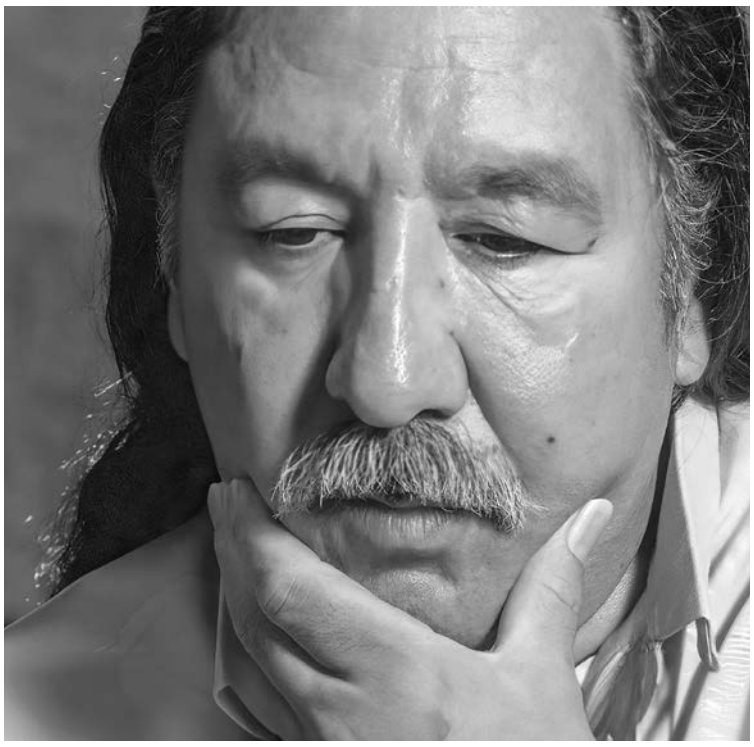
O caso dos anarquistas Mónica e Francisco

Em Março de 2024, o poder judiciário do Chile ratificou a sentença de 86 anos de prisão para o anarquista Francisco Solar, condenado em dezembro de 2023, junto com Mónica Caballero, condenada a 12 anos de prisão, por ataques com explosivos à 54.ª esquadra de polícia de Huechuraba, ao ex-ministro do Interior Rodrigo Hinzpeter e ao edifício Tánica, um símbolo do poder corporativo localizado em Vitacura, Santiago do Chile.

Presos em julho de 2020, a sentença de Francisco Solar, em particular, é vista como o corolário das operações policiais contra o movimento anarquista no Chile, onde a actuação insurrecionalista tem tido particular expressão nos protestos sociais.

Apenas podendo vir a apelar da pena daqui a 20 anos, da prisão de La Gonzalina, Francisco Solar Dominguez, hoje com 45 anos, escreveu ciente de que é uma «sentença de prisão perpétua oculta, uma das mais altas sentenças internacionais contra um anarquista, e tem obviamente a intenção de pacificar, mas cabe a nós decidir se esse sinal atinge seu objetivo.» «E se me perguntarem se valeu a pena. Eu respondo não só que valeu, mas que vale e valerá muito a pena. Que tomar a decisão individual de se rebelar, de se vingar e de pôr fim, mesmo que por um instante, à impunidade dos poderosos é um dos momentos mais bonitos que se pode vivenciar. Que associar palavras e acções, indo além de meros slogans esvaziados de conteúdo, fortalece e dá significado a uma posição individual e colectiva de conflito.»

Leonard Peltier, o mais antigo preso nativo nos Estados Unidos



Leonard Peltier é hoje um ancião indígena que completará em setembro 80 anos. Leva 48 anos preso na sequência da perseguição do governo dos Estados Unidos aos povos nativos americanos. Debilitado, face à negligência médica a que está sujeito, compareceu a 10 de junho na audiência que decidirá a liberdade condicional, cuja decisão não era ainda conhecida ao fecho da edição do MAPA.

Leonard Peltier foi um membro ativo no American Indian Movement (AIM), fundado no ambiente de contestação social de 1968, em defesa dos territórios, organizações e tradições nativas, e considerado pelo FBI de Nixon como uma organização «subversiva» e alvo de uma sistemática perseguição, sobretudo depois de em 1973 terem assumido temporariamente o controle de Wounded Knee, lugar da última batalha das Guerras Indígenas, que culminara no massacre de nativos americanos, em 1890. Na reserva de Pine Ridge, nos meses que se seguiram à ocupação de Wounded Knee, até finais de 1975, abateu-se uma onda de terror com mais de 80 militantes indígenas assassinados por milícias, levando de novo o AIM a intervir.

Leonard Peltier estava entre os que, numa manhã de junho de 1975, se viu cercado por membros das milícias, das forças policiais e do FBI. No tiroteio que sucedeu, dois agentes federais foram mortos, além de um jovem nativo. Leonard Peltier veio a ser acusado e condenado em 1977, apesar da falta de provas ligando-o diretamente às mortes dos agentes do FBI (a balística, veio a provar-se em 1981, descartava-o face à arma que empunhava). O julgamento foi veementemente questionado por diversas organizações de direitos humanos, como a Amnistia Internacional.

Leonard Peltier foi um membro ativo no American Indian Movement

Detido por 48 anos, viu esgotados ao longo das décadas sucessivos recursos e pedidos de liberdade condicional. Em todo esse período persistiu como símbolo e voz do seu único e verdadeiro «crime»: o de ser indígena e lutar pelos direitos essenciais desses primeiros povos no território que é hoje os Estados Unidos.

UE: Criminalizar as vítimas e a solidariedade

A UE está a avançar para a renovação de uma lei para criminalizar o tráfico de migrantes e alguns governos parecem ser a favor de uma criminalização máxima, apelando a uma definição alargada de tráfico de migrantes para facilitar os processos judiciais e ilegalizar o apoio.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO **GRAÇA SANTOS**

Alguns países consideram a definição de «tráfico humano», que implica um «benefício financeiro ou material», demasiado restritiva e argumentam que a facilitação da entrada ou permanência «irregular» deve ser criminalizada independentemente do facto de o facilitador obter ou não um benefício, uma vez que é muito difícil provar a sua existência, conforme salientou a Bélgica, imediatamente secundada pelo Estado grego.

Em meados de Abril, a presidência belga apresentou uma proposta de consenso sobre este assunto, onde exclui o elemento do «benefício financeiro ou material», aumentando as possibilidades de criminalização da solidariedade, ou seja, a acusação de indivíduos ou grupos que prestam apoio humanitário, jurídico ou outro às pessoas que atravessam as fronteiras.

O Chipre pretende garantir a possibilidade de processar pilotos de embarcações, afirmando que a proposta «não é suficientemente ampla para abranger todas as situações em que existe qualquer tipo de lucro obtido com o tráfico», por exemplo, «quando o traficante aceita que um nacional de um país terceiro, em vez de pagar a viagem, conduza o barco».

Um relatório de 2021 [*From Sea to Prison: The Criminalization of Boat Drivers in Italy]* defende que a perseguição de centenas de pilotos de embarcações em Itália tem sido uma táctica utilizada «para reforçar o regime de fronteiras da Europa». A organização borderline-europe observou que, na Grécia, a perseguição «sistemática» dos pilotos se baseia «na noção absurda de que qualquer pessoa que conduza um barco insuflável que transporta pessoas que procuram protecção é um traficante. Muitas vezes, os acusados são eles próprios requerentes de proteção e foram coagidos a conduzir o barco».

Em 7 de Fevereiro de 2024, Gun Ufuk, um turco de 29 anos, foi condenado a 20 anos de prisão em Crotone (Calábria, Itália) no âmbito de um processo acelerado, enquanto três outros «suspeitos» estão a ser julgados sob as mesmas acusações de terem provocado um naufrágio, facilitado a migração ilegal e causado a morte em resultado de outras infracções penais. Isto acontece praticamente um ano depois do naufrágio em Crotone, em 26 de Fevereiro de 2023, onde morreram quase 100 pessoas.

Uma dinâmica semelhante parecia estar em jogo no caso do naufrágio de Pylos (Grécia), onde morreram cerca de 600 pessoas. Nove dos sobreviventes egípcios do naufrágio enfrentaram acusações de terem provocado o naufrágio, facilitado a entrada não autorizada e pertencido a uma organização criminosa. No entanto, em 21 de Maio passado, o tribunal penal de Kalamata declarou-se incompetente para julgar acusações de participação numa organização criminosa. Esta rejeição das acusações com base neste fundamento técnico, se bem que retirou essas nove pessoas da barra dos tribunais, impediu a análise de aspectos substantivos do caso relacionados com a intervenção da guarda costeira grega e manobras suas (incluindo uma alegada tentativa de reboque) que podem ter desempenhado um papel no naufrágio.

Mandem as tropas

Finlândia e Itália defendem maior militarização da questão das migrações

TEÓFILO FAGUNDES

Em Abril, os governos finlandês e italiano apresentaram um plano para «contrariar a instrumentalização da migração e do tráfico de migrantes» na reunião do Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE, apelando a «formas inovadoras» de abordar a questão, incluindo uma maior cooperação entre a UE e a NATO.

O documento informal apresentado por estes dois Estados defende que a UE e a NATO «devem continuar a desenvolver os seus meios de resposta a ameaças híbridas», um termo importado do léxico militar desde que passou a englobar a «instrumentalização» de migrantes por Estados não pertencentes à UE.

Entre Agosto e Dezembro do ano passado, perante a chegada de cerca de 1.300 requerentes de asilo aos postos fronteiriços com a Rússia, a Finlândia decidiu encerrar os postos e acusar a Rússia de «instrumentalizar» a migração. Uma posição rapidamente secundada por uma visita de Ursula von der Leyen, durante a qual lhe foi dado um passeio de helicóptero pela região fronteiriça e se referiu à situação como um «ataque híbrido».

O governo finlandês está também a trabalhar em «legislação temporária que permitirá às autoridades bloquear os requerentes de asilo que chegam da Rússia», juntamente com outras medidas que limitarão os direitos dos refugiados no país. O país acolhe o Centro Europeu de Excelência para o Combate às Ameaças Híbridas, em que a UE e a NATO trabalham em conjunto, e von der Leyen pediu recentemente ao antigo primeiro-ministro Sauli Niinistö que redigisse «um relatório sobre a forma de melhorar a preparação e a prontidão civil e de defesa da Europa».

O governo italiano, por seu lado, há muito que procura encontrar novas formas de reprimir a «migração irregular», nomeadamente através do reforço da cooperação com a guarda costeira líbia e de novas formas de impedir as actividades dos navios civis de salvamento.

Sob o título «Instrumentalização da Migração», o documento informal apela à UE e à NATO para que «utilizem todas as ferramentas disponíveis de forma flexível e desenvolvam, nomeadamente, o conhecimento da situação e a avaliação das ameaças». Propõe ainda a utilização das missões da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE «para fornecer aconselhamento estratégico e apoio ao desenvolvimento de capacidades aos países parceiros para lidar com a migração irregular».

Os dois países querem também reforçar as operações de informação e propaganda no estrangeiro: «A comunicação estratégica deve ser dirigida a países terceiros, que estão a ser alvo de comunicação de influência por parte de actores maliciosos», defendem. «Combater a manipulação e a interferência de informação estrangeira é mais eficaz se reforçarmos a nossa própria comunicação e narrativas e se comunicarmos de forma proactiva».

O documento também apresenta ideias para a «melhoria» da forma de lidar com o fenómeno do tráfico de migrantes. Os dois Estados afirmam que «é essencial concluir parcerias estratégicas entre a UE e países terceiros que contribuam para desenvolver as capacidades de aplicação da lei e de controlo das fronteiras, mas também as competências de gestão da migração desses países», destacando o memorando de entendimento com a Tunísia como «um bom modelo».

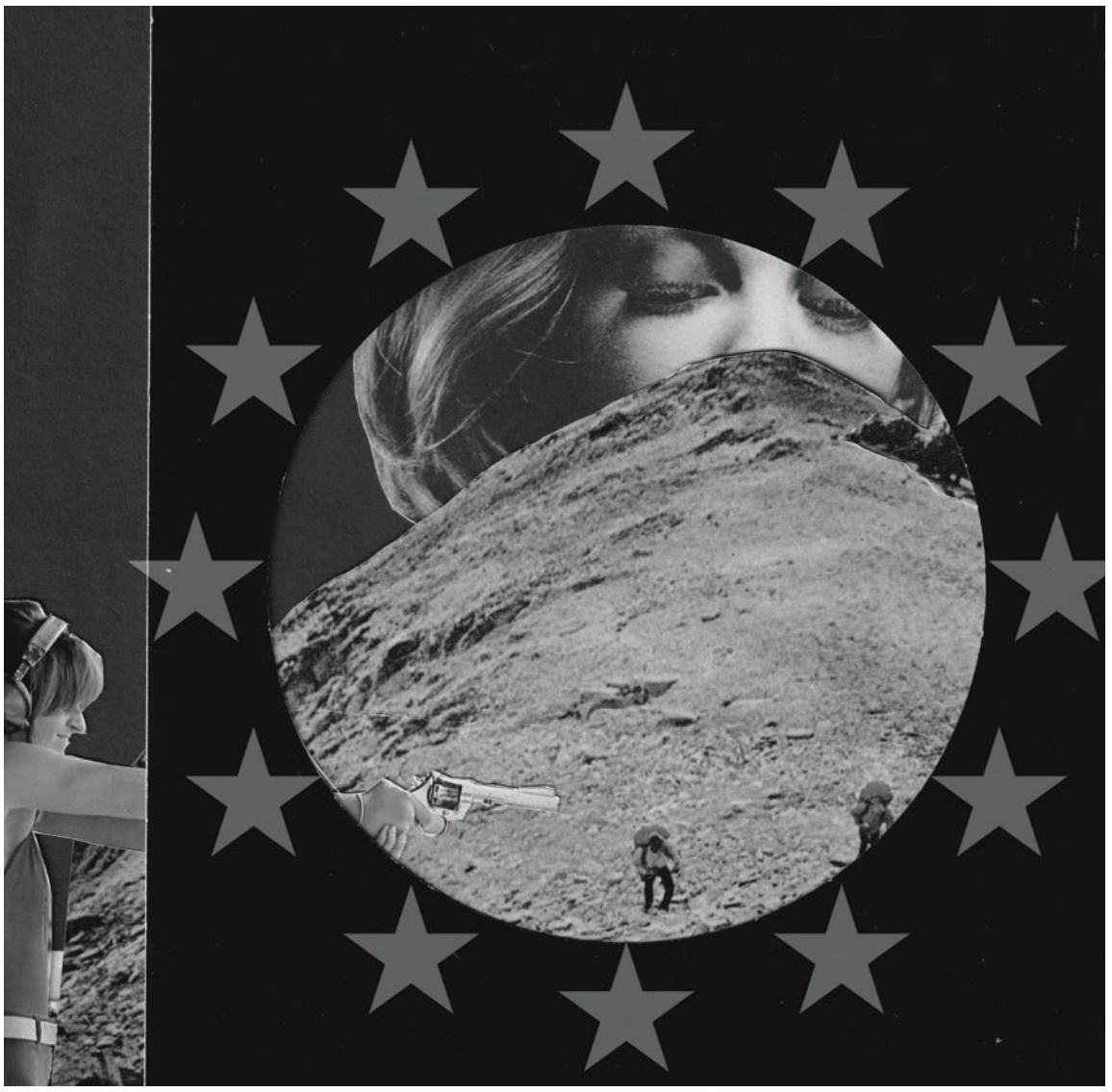
É importante relembrar, porque o documento não o refere, que o governo tunisino, desde que começou a defender a sua própria versão da teoria da conspiração da «grande substituição» da extrema-direita europeia, presenteou as comunidades negras presentes no país com rusgas violentas, deportações para locais desertos, tortura e outros abusos.

Ao considerar o acordo com a Tunísia como o modelo «para novas parcerias equilibradas, abrangentes e mutuamente benéficas com países terceiros», a Finlândia e a Itália subscrevem a ideia de que o destino das pessoas que migram é menos importante do que impedi-las de migrar. A mensagem, de tão desumana, é fortíssima e, para ser implementada, necessitará de um papel mais proeminente da Europol e da Frontex, como diz a nota, que afirma ainda a necessidade de «aproveitar todas as capacidades da Frontex, através da implantação efectiva da Agência em países terceiros».

Sanções com vistos: a nova arma de controlo de migrações

A UE ameaça países que não cooperem com a sua política de repatriamentos (e cumpre!)

TEÓFILO FAGUNDES
ILUSTRAÇÃO **GRAÇA SANTOS**



Desde há algum tempo, a UE faz depender a ajuda ao desenvolvimento da obediência dos países à sua política migratória, nomeadamente à aceitação de pessoas para repatriamento. Para além da suspensão da ajuda, ou pelo fim do comércio isento de direitos aduaneiros, as ameaças têm-se encaminhado sobretudo para o bloqueio de acesso a vistos.

No final de Abril, invocando o facto de a Etiópia «não ter prestado assistência no regresso dos seus cidadãos em situação irregular em território da UE», o Conselho da UE decidiu impor sanções em matéria de vistos a esse país. Não se trata de uma proibição geral, mas dificultará enormemente a viagem de etíopes para a Europa. Um toque de «ralhete» pode ser lido no facto de os titulares de passaportes diplomáticos deixarem de estar isentos de taxas de visto.

Esta decisão surge «na sequência de uma avaliação efectuada pela Comissão, que conclui que a cooperação da Etiópia no domínio da readmissão dos seus nacionais em situação irregular na UE é insuficiente». «As autoridades etíopes não dão resposta aos pedidos de readmissão e persistem dificuldades na emissão de documentos de viagem de emergência e na organização de operações de regresso voluntário e não voluntário», acrescenta a declaração.

A Etiópia não é um caso isolado. Nem sequer é o primeiro. A Gâmbia, por exemplo, em Outubro de 2021, enfrentou restrições totais em matéria de vistos, que foram levantadas depois de a sua taxa de «regresso» de migrantes ter aumentado de 14% em 2022 para 37% em 2023. Também foram propostas sanções contra o Senegal e o Bangladesh, mas acabaram por não ser adoptadas. Os critérios ou os limiares em que a Comissão baseia as suas decisões de impor sanções em matéria de vistos não são claros, como não o são o calendário ou as alterações que os países sancionados têm de fazer para levantar essas sanções.

> As ameaças têm-se encaminhado sobretudo para o bloqueio de acesso a vistos.

Bulgária: o novo ponto de fricção entre o controlo das fronteiras e os direitos das pessoas

Desde o aumento da violência nas fronteiras terrestres e marítimas entre a Turquia e a Grécia, a Bulgária tem sido cada vez mais uma rota alternativa, onde os abusos não parecem, no entanto, ser menores.

TEÓFILO FAGUNDES

Em Janeiro deste ano, um relatório de várias ONG documentou espancamentos cruéis de pessoas detidas em campos de refugiados e centros de detenção gregos. Na mesma semana, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem censurou a Grécia por causa de um incidente em que a sua guarda costeira disparou contra requerentes de asilo no Mar Egeu, resultando na morte de um refugiado sírio após meses de hospitalização. Quase em simultâneo, os investigadores da Forensic Architecture publicaram mais uma atualização da sua enorme base de dados sobre a campanha sistemática de violência grega, que inclui enviar de volta barcos à deriva no Mar Egeu. A lista inclui dezenas de casos em que as pessoas foram atiradas ao mar sem coletes salva-vidas pela Guarda Costeira Helénica ou por homens mascarados não identificados.

Esse aumento exponencial da desumanização dos migrantes em terras helénicas tem-nos levado a procurar outros caminhos para saírem da Turquia e se dirigirem à Europa, nomeadamente através da Bulgária. O que encontram, no entanto, se bem que possa não ter ainda o carácter bárbaro das fronteiras gregas, não é, de forma alguma, qualquer tipo de acolhimento. Espancamentos, roubos e *pushbacks* (envio forçado de volta para o exterior das fronteiras da UE) são, também ali, uma prática quotidiana.

O Mecanismo de Controlo Independente da Bulgária – estabelecido entre o Comité Helsínquia local, o ACNUR e a Polícia de Fronteiras búlgara em 2010 – referiu 5.268 *pushbacks* em 2022, afectando 87.467 pessoas, e 9.897 em 2023, afectando 174.588 pessoas. Uma outra investigação, efectuada por uma coligação de meios de comunicação social, revelou que os *pushbacks* violentos são um «segredo mal guardado» na Bulgária.

Ainda assim, as autoridades negam as acusações e dizem que os «alegados *pushbacks*» são, na verdade, «proibições de entrada» resultantes do aumento da vigilância das fronteiras com a Turquia. A UE, por seu lado, parece subscrever esta visão e, apesar destes relatórios preocupantes, após anos de negociações para aderir ao espaço Schengen, permite agora livre acesso para os viajantes que chegam por via aérea ou marítima da Bulgária. Já a Frontex triplicou o número de agentes do corpo permanente destacados na fronteira búlgaro-turca.

> A Comissão Europeia apressou um projeto-piloto para a «aceleração dos procedimentos de asilo e de regresso» (a palavra europeia para «deportação»).

A Comissão Europeia apressou ainda um projeto-piloto para a «aceleração dos procedimentos de asilo e de regresso» (a palavra europeia para «deportação») e a vigilância das fronteiras na Bulgária. Ainda antes da finalização e aprovação do Pacto sobre Migrações e Asilo, esse projeto foi implementado sem se dar por isso, sem qualquer tipo de controlo e sem a inclusão de intervenientes da sociedade civil. E foi agora atualizado para um «quadro de cooperação», sem se saber porquê, ou seja, sem que se conheça a forma como o projeto-piloto foi avaliado como bem-sucedido.

Na Cozinha Migrante dos Anjos serve-se solidariedade sem fronteiras

Desde o inverno passado, mais de uma centena de pessoas migrantes têm acampado junto à Igreja dos Anjos, em Lisboa. Um acampamento, três histórias. A de pessoas que arriscaram tudo para vir procurar trabalho na Europa. A das instituições do Estado, que vão erguendo muros. E a das vizinhas, associações e coletivos da cidade, que abrem as portas e os corações numa luta diária: a de caminhar juntas até que os muros caiam.

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM
FOTOS **COZINHA MIGRANTE DOS ANJOS**

been (um)

O *chef* remexe com a colher de pau a enorme panela fumegante. «Chamamos-lhe *thiebou guinar*», conta Gora, com um largo sorriso. «É o melhor prato do Senegal!»

Começou de manhã cedo mais um dia de azáfama da Cozinha Migrante dos Anjos. Das colunas de som, o canto quente do músico uolofe Ndongo Lô enche o centro social anarquista Disgraça, na Penha de França.

«Aprendi a cozinha no mar. Sou pescador, passava 10 dias, 15 dias embarcado. Mas aprendo cada dia», conta o jovem senegalês. «Não sou eu apenas, vimos preparar a refeição em conjunto.»

«Tudo isto é amor», diz Cheikh. «É uma família. Quando fazes algo sem amor, em breve desistes. Quem quer fazer, faz. Quem não quer, gere outra coisa. Enquanto vimos cozinhar, outros ficam no acampamento para guardar os nossos pertences», explica.

Luzia, uma das vizinhas que dá apoio ao grupo de migrantes, vai varrendo o chão. «Sentimo-nos em casa desde o primeiro dia», conta. «Ver a convivência entre os cozinheiros e as pessoas da Disgraça é uma delícia».

Olivier, vizinho da Penha de França, e Papa, outro dos jovens vindos do Senegal, debruçam-se sobre uma tábua com um quadriculado desenhado, numa partida de *damier*, a versão do jogo das damas popular na África Ocidental.

Pelas duas da tarde, o almoço está pronto. É costume então oferecer-se refeições às pessoas que ajudaram e às pessoas da Disgraça. Depois, num ápice, carregada por dois jovens, a pesada panela sobe os degraus do centro social para o clarão e o calor da rua. Ao longo dos passeios, desce a Penha de França. E aterra, enfim, no Jardim António Feijó, no meio do acampamento que há seis meses se instalou junto à Igreja dos Anjos, à margem da Avenida Almirante Reis.

«É uma espécie de ritual. Descer até ao acampamento, distribuir os pratos a toda a gente. A conclusão de um processo coletivo», observa Olivier. Cheikh serve, uma a uma, perto de uma centena de refeições. Alimentam pessoas de todo o lado, estrangeiros e portugueses.

O ciclo acaba depois com a lavagem das panelas, dos pratos reutilizáveis, da cozinha, que deixam impecável.

E assim foram, nos últimos dois meses, confecionadas mais de sete mil refeições.

ñaar (dois)

Basta que certa luz de seus raios aqueça
A semente que jaz na sua
leiva escondida,
Para que ela, a sorrir, desabroche
e floresça,
De perfumes enchendo as estradas
da Vida.

António Feijó

É aqui, no Jardim António Feijó, que Cheikh, Gora e Papa vivem há quatro meses, acampados, entre dezenas de pessoas. Foi a partir dos dias frios e chuvosos de janeiro que as tendas se começaram a acumular. A maioria são nacionais do Senegal, como eles, e da Gâmbia, mas também tem havido timorenses, brasileiros, guineenses e portugueses. Muitos aguardam por resolver as suas situações junto da AIMA, Agência para a Integração Migrações e Asilo, situada ali mesmo ao lado.

«Fizemos um pedido de asilo. Cinco dias depois exigiam-nos que saíssemos do país», conta Cheikh. «A situação no acampamento é muito dura. Passamos noites de mau tempo sem dormir. Passámos dias inteiros sem comer», recorda Gora.

«Muitas pessoas passam e, sem dizer palavra, começam a filmar-nos e a tirar fotos. É humilhante», conta Papa. Algumas das imagens chegaram até eles depois de correrem as redes sociais. «Nós procuramos tranquilizar as nossas famílias. Dizemos-lhes que tudo se passa bem. Porque a vida anterior não era fácil...»

«O que queremos é o normal para todas as pessoas: estar legais e ter direito a uma residência», diz Cheikh. «Queremos poder trabalhar», resume Papa.

«Vimos de diferentes países, e encontrámos-nos todos aqui com o mesmo objetivo: procurar um trabalho. Como estamos na mesma situação, tornamo-nos uma família», conta Gora. «Somos todos irmãos», acrescenta Papa.

Mesmo em frente ao acampamento, está o enorme refeitório, balneário, e centro de acolhimento para pessoas em situação de sem abrigo da Santa Casa da Misericórdia, que exige registo de morada em Lisboa. No jardim, estão casas de banho públicas, que só abrem a certas horas. Num dos lados, o Centro de Saúde da Penha de França. No outro, a AIMA. «Está ali tudo», diz Luzia, «e eles não têm acesso a nenhum deles».

Com uma emergência humana à vista, no início de Abril, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Arroios afixaram cartazes pelo jardim. Em letras coloridas, lia-se «Neste local vamos: reforçar a iluminação, plantar mais árvores, melhorar o pavimento, reabilitar os sanitários».

ñett (três)

A 9 de abril, um contingente da PSP, com pessoas da Comunidade Vida e Paz, Santa Casa, Junta de Freguesia e SNS começa uma operação no jardim.

«Passo pela Igreja dos Anjos no meu caminho de casa. Assisti ao aumento do número de pessoas em situação de sem abrigo até o espaço ficar sobrelotado. Falava com elas, alguns dias levava comida e tentava entrar em contacto com os coletivos para ver o que podíamos fazer», explica Luzia. «E nesse dia fomos lá para cobrir os acontecimentos e impedir um possível despejo.»

Segundo o comunicado oficial, o objetivo da ação era «dar resposta a todas as pessoas vulneráveis que ali se encontram, contribuindo ao mesmo tempo para o bem-estar dos moradores daquela zona da freguesia de Arroios, cuidando do equipamento urbano, da saúde pública e dos espaços verdes.»

«As prioridades das instituições são ativar um protocolo de higiene social e urbana acima da vida das pessoas nas situações mais vulneráveis», denunciaram então vários coletivos e organizações, entre eles

Stop Despejos, Humans Before Borders e sos Racismo, para quem a verdadeira intenção tem sido «despejar o espaço de pessoas que não ficam bem no postal turístico», recorrendo «à intimidação e a práticas ilegais», como fazer entrevistas de madrugada e sem direito a tradução.

A indignação e a solidariedade juntou pessoas e coletivos e conseguiu travar as tentativas de expulsão. E desencadeou uma rede de apoio que se tece até hoje.

neent (quatro)

A 14 de abril, a Festa do Cinema Italiano exibia no Cinema São Jorge o filme *Eu, Capitão*, de Matteo Garrone, sobre a dramática aventura de dois jovens de Dakar para chegar à Europa.

«Estão todas estas pessoas aqui, e há um filme ali em baixo que fala da sua história», pensou Luzia. Decidiram contactar a organização do festival. A resposta? Uma centena de bilhetes para a sessão e um momento para falar sobre a sua situação.

Luzia não esquece a força da imagem daquelas 60 pessoas migrantes a entrar no São Jorge. Empunhavam cartazes onde se lia «Isto não é ficção, é a realidade. Está a acontecer na tua cidade». «Essa noite, subiram ao palco, pegaram no microfone e explicaram à audiência que a sua longa travessia ainda não terminou. Agradeceram a Portugal ser um país acolhedor e apelaram à solidariedade de todos.»

Entre a plateia, estava uma amiga de Olivier, chocada e sensibilizada com o que via e ouvia. No dia seguinte foi aos Anjos trazer comida, e falou com vários amigos. Um deles era Olivier. «Fomos um dia, fomos dois, conhecemos as várias pessoas que já davam apoio há mais tempo, e fomo-nos envolvendo cada vez mais.»

«Cada pessoa no acampamento tem a sua profissão», lembram. Há pescadores, alfaiates, soldadores, agricultores, pintores, cozinheiros, carpinteiros, tradutores, empreiteiros.

> Cheikh, Gora e Papa, como muitas das pessoas acampadas nos Anjos, sobreviveram àquela que é hoje a rota migratória mais mortal do mundo.

O festival doou as receitas da bilheteira. As pessoas perguntavam como podiam ajudar. A maior urgência no acampamento era clara: alimentação. Contactou-se espaços e, em conjunto com as pessoas acampadas, pensou-se como organizar uma cozinha comunitária. «A Disgraça, como outros espaços coletivos com quem falámos, foi espetacular: "aqui têm a chave, e vamos acertando juntas"». Além da cozinha, sublinha Luzia, este lugar proporciona durante algumas horas um espaço seguro, íntimo, a um grupo de pessoas forçadas a morar na rua.

A cooperativa Fruta Feia, que distribui semanalmente cabazes de frutas e legumes que não obedecem às normas estéticas da grande distribuição, ofereceu os alimentos que sobram.

A Cozinha depende dos donativos de todos e do trabalho de dez pessoas, que dedicam 6 horas por dia a comprar e recolher os alimentos, preparar a refeição, limpar a cozinha e distribuir nos Anjos.

Enquanto o verão avança e o acampamento permanece, o apelo à solidariedade com a Cozinha Migrante dos Anjos é hoje tão atual como naquela noite de abril.

juroom (cinco)

Este ano está a ser marcado pela hostilidade do sistema de acolhimento de migrantes. Para emitir atestados de residência, necessários ao processo de regularização, a Junta de Freguesia de Arroios passou em fevereiro a exigir um título de residência, em vez de apenas um passaporte, criando mais um labirinto burocrático. Em abril, o Parlamento Europeu aprovou o novo Pacto para as Migrações e Asilo, prevendo o endurecimento das leis de contenção na entrada, a expulsão do território, reforçando parcerias com países terceiros. E em junho o novo governo apresentou 41 medidas que prevêem aumentar o policiamento sobre migrantes e pôr fim ao mecanismo da «manifestação de interesse», que permite a quem está em Portugal a descontar para a Segurança Social regularizar a sua situação.

Nos Anjos, enquanto as instituições públicas «passam a bola uns aos outros» e declinam responsabilidades, coletivos, associações e advogadas individuais fazem os possíveis para avançar os processos administrativos e apoiar as necessidades das pessoas.

Têm tido reuniões com a AIMA e com o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA). «Cada qual com a sua disponibilidade, com o que pode trazer. Há pessoas que vêm do âmbito da saúde e podem dar alguma assistência. Pessoas que vêm de lutas antirracistas e podem trazer espaços de escuta. Pessoas que vêm das lutas pela habitação e conhecem as estruturas e formas de abrir caminhos. É rico o conjunto de energias que as pessoas podem trazer. Porque esta luta é transversal», recorda Luzia.

«Pessoas a fazer um processo de regularização, com entrevistas marcadas, continuam super expostas, numa situação de rua. Não é digno. Elas têm de sair da rua e ser alojadas. Além das questões de saúde e de segurança básicas, há a ameaça da extrema direita. Houve momentos muito tensos, de insegurança, de medo.»

O grupo mantém a reflexão sobre como ser solidários mas não assistencialistas, como a solidariedade é uma responsabilidade de toda a gente. «Não podemos suprir as responsabilidades do Estado. Estamos aqui para juntar os nossos corpos e as nossas forças às deles e acompanhá-los até conseguirem os seus direitos garantidos.»

Luzia e Oliver sublinham a importância da «rede de coletivos ativistas, de espaços autogeridos, que não só têm meios e recursos, como integram na sua forma de estar a luta pelos direitos - habitação, trabalho, lutas anti-racistas, de acesso à saúde.»

A convite da Cozinha Migrante dos Anjos, na tarde de 2 de junho, diversos colectivos e habitantes da cidade juntaram-se no Campo Mártires da Pátria, para o convívio «Ninguém é ilegal, a luta é de todxs». «Somos muitas as pessoas que querem um Portugal aberto, solidário, e livre de racismo e xenofobia», lia-se no convite. «Precisamos de mudar a realidade e as políticas que a moldam, e que são experienciadas de forma dramática pelas pessoas migrantes. De promover alternativas ao acesso habitacional, à saúde, eliminar as leis racistas, humanizar os processos administrativos, educar na solidariedade.»

Para os coletivos, «é urgente eliminar a imposição de se deslocar, viver e trabalhar em condições inseguras, que fomentam no imaginário coletivo a ideia de criminalidade das pessoas de um determinado perfil étnico». Defendem a entrada e a residência das pessoas migrantes através de vias seguras, regularizar a situação de todas e garantir os direitos básicos e a dignidade nas condições de trabalho e de vida.

juroom been (seis)

Morte que, sem piedade, uma
a uma arrebata,
Como um tufão que passa, as
nossas afeições,
E, deixando-nos sós, lentamente
nos mata,
Abrindo-lhes a cova em nossos corações.
António Feijó

É o solstício de inverno, a noite mais longa do ano. Numa praia da costa senegalesa prepara-se a piroga, de madeira pintada em cores vivas. «Esperámos que o mau tempo passasse», recorda Gora. E, com alguns víveres, entre dezenas de pessoas, zarpam a bordo do barco de pesca tradicional. Ao longo das costas do Senegal, Mauritânia, Sahara Ocidental, Marrocos, vogam 1.500 quilómetros de oceano, rumo ao arquipélago espanhol das Ilhas Canárias. «A 26 de dezembro de 2023, cheguei a Espanha».

«A travessia pode durar quatro, cinco, no máximo sete ou oito dias», explica Papa. «Muitas pessoas, guineenses, gambianos, malianos, partem em pirogas. Muitos são grandes pescadores. Eu sou pescador, desde criança conheço o mar.»

Mas conseguir chegar também significa mágoa. «Ficámos atónitos. Havia outras pessoas. Nós chegámos, eles desapareceram. Centenas de pessoas, muitos amigos. Não voltei a ver as suas pirogas. Não desejávamos isso. Desejávamos que todos pudessem chegar bem», diz Cheikh. «É traumatizante. É duro. Muito duro.»

Cheikh, Gora e Papa, como muitas das pessoas acampadas nos Anjos, sobreviveram àquela que é hoje a rota migratória mais mortal do mundo.

juroom ñaar (sete)

Perto da árvore icónica do jardim, uma Bela-sombra - também ela vinda de longe, das pampas da América do Sul - tem lugar a reunião regular das pessoas acampadas e das pessoas e coletivos solidários. Uma delas, que fala perfeitamente português e uolofe, a língua mais comum no acampamento, apoia na tradução. «É um momento de fazer um ponto de situação, em termos de processos de regularização e das várias iniciativas», explica Olivier. São as «assembleias uolofe».

«Eu agradeço enormemente às associações e coletivos que nos apoiam. Foi uma mudança enorme, podermos organizar as refeições, ter apoio na documentação. Começámos a sentir alegria quando sentimos todo o amor destas pessoas. Cada dia os vemos, e isso tranquiliza-nos», partilha Gora.

«É uma imensa aprendizagem», diz Luzia. «Dá-me muita força, testemunhar o seu trabalho e a sua generosidade, a forma como se mantêm íntegros e dignos, sempre com um sorriso e uma palavra amável, enquanto vivem uma situação tão desumana e injusta.»

«As pessoas que não nos conhecem julgam-nos pela nossa aparência», afirma Cheikh. «Tudo isso é o racismo». «A aparência é sempre enganadora», remata Gora. «Somos pessoas responsáveis. Não somos ladrões, não somos assassinos, não somos bandidos», diz Papa, a voz assertiva. «Há muitas dificuldades em África, muita pobreza. Por isso arriscámos a vida e viemos cá simplesmente para trabalhar».

«Cada pessoa no acampamento tem a sua profissão», lembram. Há pescadores, alfaiates, soldadores, agricultores, pintores, cozinheiros, carpinteiros, tradutores, empreiteiros. Cheikh gostaria de trabalhar em mecânica automóvel. Para Gora, o sonho é trabalhar num barco de pesca.

juróom-ñett (oito)

«No Senegal, trabalhava o dia inteiro e quase não ganhava dinheiro», recorda Gora. O salário dum pescador senegalês pode rondar os 2,000 CFA, cerca de 3 euros por dia.

«O governo vendeu o oceano», denuncia-se no país. As licenças dadas aos navios de pesca industrial chineses e europeus, a par das alterações climáticas, causaram o declínio das populações de peixes.

Desde 2022, o Senegal vive um sentimento de «desespero social e político», marcado pela corrupção e a repressão, com inúmeras detenções de opositores ao governo, descreve Fatou Faye, jurista e investigadora sobre jovens e migrações da Fundação Rosa Luxemburgo em Dakar.

Disparou o preço de bens como arroz, óleo ou pão, e um terço das pessoas vivem na pobreza. «Sem futuro, sem a possibilidade de construir uma vida decente, os jovens aqui não têm opção», explicou à revista francesa Le Point. «Quando os teus pais, irmãos e irmãs dependem de ti para sobreviver, partes para ganhar dinheiro no estrangeiro.»

Um cenário familiar também em Portugal, onde, segundo o Observatório da Emigração, 850 mil jovens emigraram nas últimas décadas à procura de melhores condições de vida.

O último relatório do Banco Mundial revela que em 2022 os países mais pobres pagaram valores recorde de dívida externa, com juros cada vez mais altos. De acordo com a Oxfam, a pobreza acentuou-se ainda mais nestes países depois da pandemia. «Estamos a viver uma década de desigualdade extrema, exacerbada pelas empresas multinacionais. Desde 2020, os cinco homens mais ricos do mundo duplicaram as suas fortunas, enquanto quase cinco mil milhões de pessoas se tornaram mais pobres.»

juróom-ñeent (nove)

Ao crepúsculo, uma piroga lança-se ao mar na vila piscatória de Fass Boye, a norte de Dakar. A bordo leva 101 pessoas, do Senegal e da Guiné-Bissau.

Os ventos contrários complicam a perigosa travessia. Ao sexto dia no mar, abate-se uma tempestade. Ao décimo dia, com as Canárias praticamente no horizonte, o motor cala-se, sem combustível. Fazem remos com pranchas de madeira e fazem turnos a remar. Molham as roupas no mar em busca de consolo do sol implacável. Mas os ventos e a corrente afastam-nos fatalmente do destino.

A cada dia que passa, cruzam-se com cargueiros, repletos de mercadorias a circular livremente pelo globo. A cada vez, gritam até não ter mais forças. Vêem as bandeiras, brasileiras, espanholas, russas, e, por vezes, até os rostos da tripulação no convés. Mal podem acreditar: ninguém vem em seu socorro.

Várias pessoas tentam nadar até aos barcos - e morrem afogadas. A cada dia, alguém sucumbe à fome e à sede. Faz-se uma oração por cada morto e atira-se o corpo ao mar. Até que deixam de ter forças para orar. Até que deixam de ter forças para lançar os corpos ao mar. Os cadáveres acumulam-se a bordo.

> «Faz-me muita confusão, cento e tal pessoas, muitas apenas à espera de um documento, acampadas entre três instituições, igreja, AIMA e Santa Casa, e não se encontrar uma solução.»

Ao trigésimo sexto dia, ao largo de Cabo Verde, um navio de pesca espanhol vem em auxílio da piroga à deriva. Descobre 38 sobreviventes, corpos pele e osso, mal capazes de se mover. Entre o trauma e as alucinações, revelam a história, passada no verão passado, a meios como a BBC e a Associated Press.

Empurradas pelos ventos alísios, os mesmos que outrora impeliam os navios portugueses com milhões de africanos forçados à escravatura nas américas, centenas de pirogas repletas de pessoas migrantes desaparecem sem deixar rasto, testemunhas ou memória, em «naufrágios invisíveis» no sem fim atlântico.

Na vila de Fass Boye, os irmãos das vítimas continuam a querer embarcar para a Europa.

fukk (dez)

Um belo dia no acampamento dos Anjos surge a ideia: «e se fizéssemos jogos de futebol?» O clube desportivo Relâmpago acolhe-a com entusiasmo. «Venham cá à sexta, digam-nos quantos são e os nomes para as equipas.» Anunciaram quinze jogadores. Chegado o dia, a caminho, eram trinta. A resposta foi: «tudo bem, isto resolve-se, venham!». «Mais uma vez a generosidade, o não complicar e ir resolvendo as coisas», conta Olivier.

«Ficámos super contentes!», recorda Eupremio, presidente da Associação Desportiva e Recreativa O Relâmpago. O simbolismo do nome está ligado «à espontaneidade da associação popular, tal como sucedia nos inícios do futebol e do desporto. Uma das nossas missões é promover o desporto popular e recuperar de certa maneira o que era o associativismo», explica. Os jogos de sexta-feira, em lugares como o Centro de Cultura Popular de Santa Engrácia ou o Operário

«No fim uns ganharam, outros perderam, e é sempre uma grande festa! É fenomenal no Relâmpago terem-se lembrado como o futebol é uma ferramenta espetacular para unir pessoas»

Futebol Clube, já eram o momento mais emblemático do clube.

Agora, todas as semanas, no acampamento na igreja dos Anjos, junta-se um grupo de pessoas para mais um dia de bola. «Ver trinta pessoas a jogar com um sorriso daqueles, desfrutando de algo que lhes dá prazer, depois de meses de stress, a viver numa tenda», descreve Eupremio. «Está a ser uma experiência única. Têm sido dos momentos mais bonitos e mais marcantes da história do Relâmpago.»

«No fim uns ganharam, outros perderam, e é sempre uma grande festa! É fenomenal no Relâmpago terem-se lembrado como o futebol é uma ferramenta espetacular para unir pessoas», sublinha Olivier.

Eupremio devolve a bola: «É dos exemplos mais claros do poder que podes ter de solidariedade: a partir de indivíduos, coletivos, grupos desportivos, criou-se um movimento de apoio que talvez ninguém estivesse à espera. Faz-me muita confusão, cento e tal pessoas, muitas apenas à espera de um documento, acampadas entre três instituições, igreja, AIMA e Santa Casa, e não se encontrar uma solução. A freguesia que se diz a mais intercultural, com mais trabalho com migrantes, tem aqui uma oportunidade para o mostrar».

«Também acredito que tantas pessoas acampadas, em condições tão precárias, pode ser como um barril de pólvora. E ter esta válvula de descompressão, em que vêm jogar, descarregar, fazer desporto, baixa os níveis de tensão, os momentos de stress», observa.

O clube recebe mensagens de pessoas sensibilizadas. Nalgumas sextas fizeram recolhas de alimentos. Alguns dos associados começaram a ser voluntários no acampamento. «Viva a solidariedade internacionalista», lê-se numa das novas faixas do clube.

A vontade futura do Relâmpago é convidar as pessoas migrantes para praticar outros desportos, através das suas sete modalidades, que vão do boxe ao ciclismo, do atletismo ao xadrez - desporto bem popular no Senegal.

fukk ak benn (onze)

5.054 seres humanos morreram na fronteira ocidental entre África e a Europa nos primeiros 5 meses de 2024. Uma média de 33 mortes por dia. A esmagadora maioria, nas viagens de barco rumo às Canárias.

São os números mais altos alguma vez registados pelo coletivo Ca-Minando Fronteras, que trabalha com pessoas migrantes e suas famílias, pelo restabelecimento de direitos nas fronteiras europeias.

«Este alarmante aumento da mortalidade mostra claramente os efeitos de uma política mais preocupada pelo controlo migratório que pela defesa do direito à vida. Revela um sistema de acolhimento atravessado pelo racismo institucional.»

Frequentemente, quando são dados alertas de embarcações em perigo de naufrágio e pessoas em risco de vida, com as posições exatas, os meios de busca e resgate não são ativados, por se tratarem de pessoas migrantes. Os estados de origem e de destino cooperam para «silenciar e a invisibilizar as mortes».

«Não podemos normalizar estes números», clama Helena Maleno, da Ca-Minando Fronteras. «Devemos exigir aos países que coloquem a defesa do direito à vida por cima das medidas de controlo migratório. Não é assim tão complicado, é simplesmente não deixar morrer pessoas nas fronteiras».

Nos últimos anos, Marrocos utilizou o fluxo de pessoas migrantes para Espanha como chantagem política. O objetivo: conseguir o apoio espanhol à ocupação militar do Sahara Ocidental, onde o povo saarauí luta pelo direito à autodeterminação. O governo espanhol cedeu, e desde abril de 2022 os dois países reforçaram a vigilância e a repressão na costa marroquina. Este ano, o governo espanhol estabeleceu outro acordo com a Mauritânia para a repressão da migração. E o endurecimento securitário em terra e no mar leva as pessoas a tomar outras rotas, em travessias cada vez mais letais.

«Patrulhar as rotas migratórias torna-as na realidade mais perigosas. O que quer que se faça a nível de controlo de fronteiras, os jovens encontrarão sempre uma forma de partir, e tomarão caminhos mais perigosos», afirma Fatou Faye. Investir no «desenvolvimento» tampouco é uma panaceia. «Essa ideia de que vamos resolver a migração irregular criando riqueza é uma exportação da política da União Europeia».

Os problemas, sempre complexos. E as soluções, sempre simples. «Porque não aceitar que estes jovens queiram ir ganhar a vida na Europa?», questiona Faye. «A migração, quando é segura, permite às famílias sobreviver nos períodos difíceis. O que é necessário é criar vias de emigração legais, para que os jovens possam partir alguns anos, e regressar ao seu país quando o desejam».

fukk ak juróom-ñeent (doze)

Cada dia em que participa na cozinha é, para Olivier, «uma oportunidade para estarmos juntos, fora daquela relação da tenda». Procura conciliar a solidariedade com as pessoas migrantes com o trabalho numa empresa de informática e o cuidado de três filhos. «Tudo transpira de uma coisa para a outra. Os meus filhos perguntam pelas pessoas, querem vir cozinhar e participar. A mais nova fez dois bolos para lhes dar. Eu fico uma pessoa mais completa.»

Um belo dia, uma das pessoas acampadas disse: «se não aprendemos português, não saímos do Senegal». Isso motivou-o a procurar algo.

Começaram por participar nas aulas abertas de português que a Rede de Apoio Mútuo de Lisboa organiza na Sirigaita. Depois, criaram os seus próprios encontros no acampamento.

Os «encontros falantes» acontecem todas as terças-feiras. «Há várias pessoas que querem participar no ensino de português, e ninguém é professor! Durante duas horas estamos a conversar, com um guião que vai evoluindo a partir do que eles nos dizem: "preciso de saber como se vai de um sítio para o outro, como me apresentar quando for a uma entrevista de trabalho, explicar um sintoma quando for ao centro de saúde"», explica Olivier. «E também nós gostamos de aprender uolofe.»

«O que quer que se faça a nível de controlo de fronteiras, os jovens encontrarão sempre uma forma de partir e tomarão caminhos mais perigosos. O que é necessário é criar vias de emigração legais, para que os jovens possam partir alguns anos, e regressar ao seu país quando o desejam».

«Os encontros são uma maravilha», empolga-se Luzia. «Em redor ouves ambulâncias, pessoas que estão com problemas de saúde mental, imensa polícia que chega de repente por algo que aconteceu ali ao lado, a Almirante Reis a rugir de carros. É agressividade total. E cria-se ali uma bolha de bem estar, de humanidade, de pessoas a aprender uma língua em conjunto.»

Perante a situação «terrível, desumana, injusta» a que as instituições públicas têm votado Gora, Papa, Cheick e as dezenas de outros imigrantes, Luzia navega diariamente entre o sentimento solidário e a frustração e raiva por cada dia em que ela continua. «Os seus corpos, as suas vidas a sofrer as cruéis consequências do modelo capitalista. Eles representam a outra face da moeda, vieram até aqui para nos mostrar que esta vida que temos, que isto que temos construído, tem um custo mortal.»

«Queremos respostas, queremos que o Governo, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a AIMA, a Santa Casa e o NPISA se articulem e assumam responsabilidades», conclui. «Há uma responsabilidade de emergência humanitária, há uma responsabilidade de direitos universais e há uma responsabilidade de respostas sociais e políticas.»

Acompanhar e apoiar a Cozinha Migrante dos Anjos
- Instagram: @cozinhamigrantedosanjos
- cozinhadosanjos24@gmail.com
- PT50 0035 0413 0004 5049 730 79
Titular: Habita65 - Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade
Descritivo: Cozinha dos anjos

Uma crónica de proprietários ausentes e de ocupantes que cuidam

A ocupação de um edifício vazio há quinze anos juntou a vizinhança a novos conhecidos e trouxe o convívio ao bairro de Santa Engrácia, em Lisboa. Volvida uma semana, o novo centro social foi despejado após queixa da Fundação proprietária do edifício, uma IPSS envolvida em várias polémicas.

Foto: Mário Rui André #LPP

FILIPA CORDEIRO

A ocupação «selvagem» que trouxe vida ao bairro

No dia 25 de abril de 2024, 50 anos após a revolução de 1974, no n.º 2 da Rua Bartolomeu da Costa, em Lisboa, aconteceu o impensável: ao arrepio do princípio da propriedade privada, consagrado na Constituição, centenas de pessoas ocuparam um enorme edifício emparedado há quinze anos. Durante uma semana, desenvolveram ali intensa atividade de limpeza e construção e deram uma resposta auto-organizada a necessidades básicas — também elas consagradas na Constituição —, como a habitação, a alimentação e o acesso à cultura. Vasco Canto Moniz, há 35 anos presidente da Fundação D. Pedro IV, proprietária do imóvel, assumiu ao Público ter sido o responsável por apresentar a queixa que viria a precipitar o despejo no dia 2 de maio, finda a semana que liga o 25 de abril ao Dia do Trabalhador. As autoridades policiais aproveitaram o descanso dos ocupantes para expulsá-los do edifício, arrombando a porta centenária depois de os informar, sem dar espaço a resposta, que «ou saíam a bem, ou saíam a mal».

Moniz é peremptório ao caracterizar a ocupação — na qual participou um grande número de pessoas, algumas das quais habitantes do Bairro de Santa Engrácia e antigas utentes daquele espaço — como «selvagem», em declarações prestadas ao Expresso[1]. Apresentando-se como cidadão respeitador da lei, prontificou-se a justificar o prolongado abandono do edifício, que facilmente poderia levar a acusações de incumprimento dos fins sociais da Fundação, uma IPSS que tem como objetivo primário a ação social no apoio à infância e à velhice. O abandono prolongado, segundo Moniz, deve-se à morosidade da CML no desbloqueamento dos projetos de construção de apartamentos que a Fundação tem submetido desde 2010, e que permitirão «valorizar o património», objetivo secundário expresso nos seus estatutos, empregando o dinheiro realizado com a venda do imóvel em ações de cariz social. Note-se que a Fundação afirma ser cronicamente subfinanciada pelo Estado, argumento com que foram justificadas as más condições oferecidas em alguns dos seus equipamentos sociais, como o Lar de Marvila, que acabou por fechar em 2020[2].

Segundo o que Canto Moniz disse ao Expresso, os apartamentos projetados para o edifício da Rua Bartolomeu da Costa serão de «habitação comum», destinados à classe média. Situado no Bairro de Santa Engrácia, historicamente de habitação operária, mas pertencente à freguesia de São Vicente, onde se tem verificado uma vertiginosa subida do preço das casas[3], o complexo de habitação comum (i. e., não «social») será colocado à venda no mercado livre, alcançando, certamente, preços incomportáveis pela classe média, e ainda menos pela população que habita e mantém laços históricos com o bairro. Na prática, a habitação é encarada como um «investimento», no contexto da especulação que grassa no mercado imobiliário, para gerar fundos a serem investidos em ação social. Mas será que é mesmo assim?

Sob o olhar da Segurança Social

Vasco Canto Moniz é presidente da Fundação D. Pedro IV desde 1989[4], tendo iniciado funções três anos antes da formalização da IPSS com o seu atual estatuto legal de fundação. Fundada em 1834 pelo rei D. Pedro IV enquanto Sociedade Promotora das Escolas Gratuitas da Primeira Infância, foi ainda conhecida como Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida e, mais tarde, como Sociedade das Casas de Apoio à Infância de Lisboa, designação adotada em 1982. Desde a sua criação, teve como objetivo promover o apoio a crianças de contextos sociais de baixos rendimentos, através de asilos, escolas primárias ou creches, tendo mais tarde alargado o seu campo de ação ao trabalho com idosos e pessoas com deficiência, e à gestão de habitação social. No que toca a Canto Moniz, quando iniciou o seu percurso na Fundação era ainda diretor regional de Lisboa do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), tendo cessado funções em 1990. Nessa altura, um relatório interno dava conta de «atropelos à legalidade» e «suspeitas de corrupção» no IGAPHE, recomendando a instauração de um processo disciplinar contra Canto Moniz[5].

Foi Pedro Seixas Antão, um outro membro-fundador da Fundação D. Pedro IV na sua atual forma, que em 1996 fez chegar uma denúncia ao então ministro da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues, na qual afirmava que Vasco Canto Moniz geria a Fundação tendo em vista o interesse pessoal, incumprindo gravemente a missão consagrada nos seus estatutos. A denúncia deu origem a uma investigação por parte da Inspeção Geral da Segurança Social, cujo relatório final, de 2000, corroborou em grande medida as acusações feitas por Seixas Antão, recomendando a destituição dos corpos dirigentes, ou mesmo a extinção da Fundação, cujos bens deveriam ser integrados noutro organismo que pudesse geri-los de forma adequada. Entre os factos apurados, contava-se a construção na Rua D. Carlos I de um projeto imobiliário legalmente autorizado para fins sociais, mas que na prática incluía 46 apartamentos de luxo, escritórios e lojas; a autojustificação de despesas pessoais avultadas; e o incumprimento da missão de apoio a crianças de meios sociais de baixo rendimento, ao «privilegiar a admissão de crianças oriundas da classe média e média-alta», assim como ao atribuir bolsas de estudo a familiares de membros da Fundação, apesar destes não sofrerem de carência económica[6].

Surpreendentemente, este relatório só veio a ser conhecido anos mais tarde, uma vez que foi arquivado sem ter sido submetido a apreciação ministerial aquando da sua elaboração. Simões de

Almeida, então inspetor-geral da Segurança Social, afirmou não saber justificar o porquê deste arquivamento. Contudo, sob a sua tutela, foi homologado em 2002 um outro relatório, desta feita com conteúdo favorável à Fundação[7]. O relatório de 2000 viria finalmente a tornar-se público no âmbito de um processo por difamação movido por Vasco Canto Moniz e pela Fundação D. Pedro IV contra Seixas Antão, no qual lhe exigiam uma indemnização de 75 mil euros. A queixa acabou por ser retirada, sendo que Seixas Antão aceitou um acordo, justificando-se com o cansaço e os custos decorrentes de um longo processo judicial — sem, contudo, deixar de reiterar à imprensa as suas afirmações sobre a má gestão da fundação, aliás sustentadas pelo relatório de 2000[8].

O caso dos Bairro dos Lóios e das Amendoeiras

Mas esta não é a única instância em que a Fundação D. Pedro IV sob a direção de Canto Moniz se viu envolvida em polémicas. Em 2004, durante o governo de Durão Barroso, a Fundação recebeu gratuitamente do Estado cerca de 1.400 fogos de habitação social bastante degradados, no Bairro dos Lóios e no Bairro das Amendoeiras, em Chelas, como parte do processo de extinção do IGAPHE, que por todo o país facilitou a cedência gratuita de património habitacional do Estado a câmaras municipais e a IPSS. Neste contexto, a Fundação D. Pedro IV foi a única IPSS a aplicar a cláusula que permitia a atualização das rendas de habitação social, ao abrigo do regime legal da renda apoiada[9]. Os moradores viram, assim, as rendas sociais de 20 a 30€ serem aumentadas para 200 a 300€, tendo a Fundação alegado que as casas, comprovadamente degradadas e há muito carentes de intervenção, estavam em bom estado de conservação. Canto Moniz reconheceu posteriormente a necessidade de realizar uma nova avaliação, e justificou o aumento das rendas, em muitos casos pelo coeficiente máximo, com o facto de alguns moradores não terem entregado declarações de rendimentos. Tal não mitigou a sensação de injustiça sentida pelos moradores, cujas ações interpostas contra a Fundação — que chegaram a acusar de «terrorismo social» — acabaram por ser coroadas de sucesso. Em 2007, foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República uma recomendação do PCP para que os fogos revertessem para o Estado, com salvaguarda da possibilidade de compra por parte dos moradores, o que acabou por concretizar-se. Foi também em 2007 que um grupo de pais de crianças que frequentavam os equipamentos da Fundação se organizou para expor a falta de condições sentida em algumas unidades, apesar dos esforços das funcionárias e funcionários neles empregados. Nesse ano, a RTP exibiu uma Grande Reportagem que expunha estas e outras práticas questionáveis daquela a que apelidou de «fundação intocável», aludindo às diversas suspeitas cuja investigação nunca foi levada até às últimas consequências. Dez anos mais tarde, a CGTP noticiou a existência de casos de assédio moral por parte da Fundação a trabalhadores sindicalizados no Lar de Marvila, engrossando uma já extensa lista de notícias de alegadas más práticas[10].

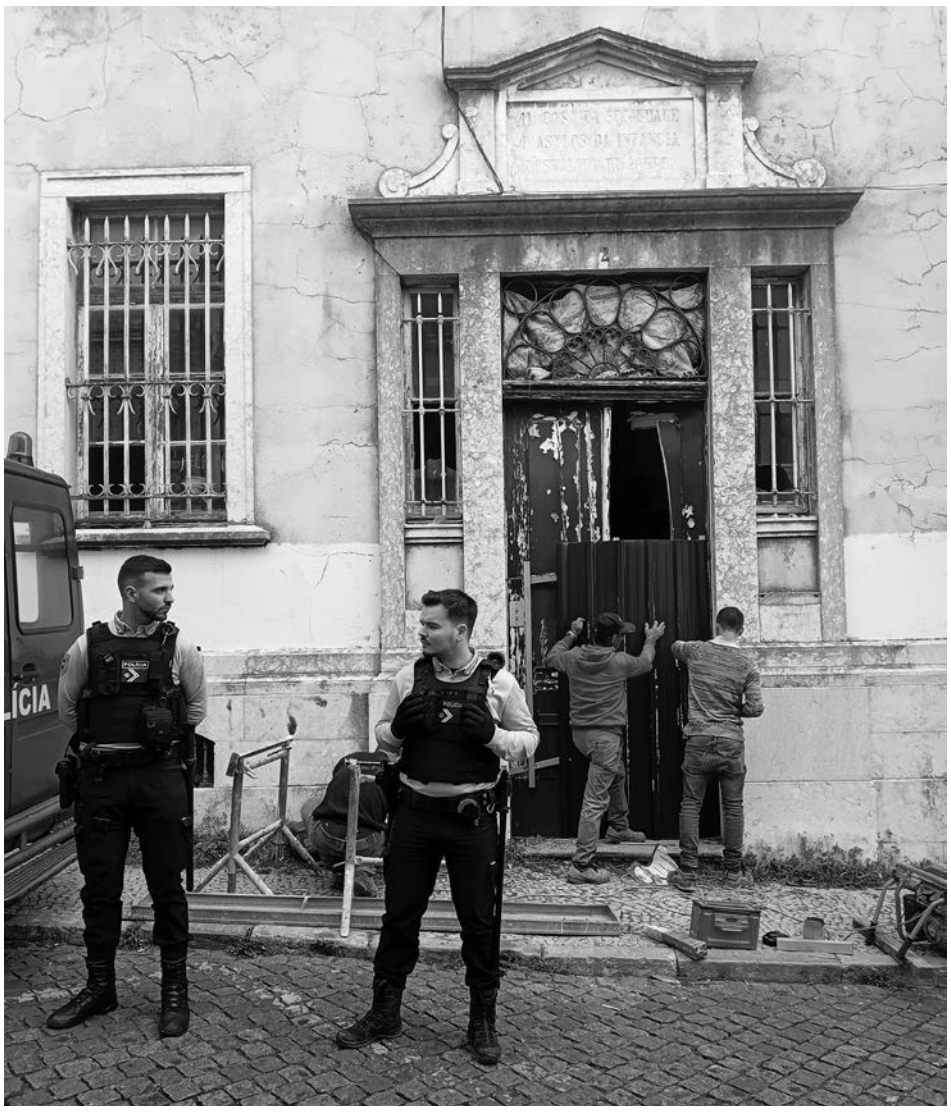


Foto: Mário Rui André #LPP (topo) e Outros Ângulos

A afirmação do «poder popular» no 25 de abril de 2024

Se a reconversão de um grande imóvel destinado a fins sociais num complexo habitacional sujeito aos valores especulativos do mercado pode suscitar desde logo objeções, são igualmente visíveis as outras potencialidades de uso do espaço em questão. As enormes dimensões do edifício e o facto de ter um jardim amplo e agradável — por diversas vezes referido pela vizinhança como o único espaço verde do bairro — tornam-no no espaço ideal para a criação de um centro social e cultural que possa servir o bairro, onde os moradores se queixam da falta de espaços de convívio, onde gostariam de ver acontecer atividades para todas as idades, contrariando assim o isolamento, e a insegurança dele decorrente, que atualmente sentem. A par desta questão, é também conhecida a grande dificuldade vivida por inúmeras associações culturais em encontrar ou manter espaços em Lisboa, devido às rendas proibitivas que lhes são exigidas e aos cada vez mais frequentes processos de despejo. Recorde-se que associações como a Sirigaita ou a Zona Franca dos Anjos, entre outras, enfrentam atualmente esta ameaça, procurando alternativas que lhes permitam continuar a resistir. Estas são apenas duas das necessidades dialogantes a que o edifício no n.º 2 da Rua Bartolomeu da Costa pode dar resposta.

Durante os sete dias da ocupação, moradores, membros de associações culturais em luta e muitas outras pessoas tomaram nas suas mãos a construção do Centro Social de Santa Engrácia, que respondeu a pelo menos quatro dos principais objetivos referidos nos estatutos da fundação que detém legalmente a propriedade do espaço: (a) *o apoio a crianças e jovens*, mediante várias atividades artísticas, como oficinas de banda desenhada, cerâmica, pintura e narrativas sonoras, assim como a criação de uma sala para crianças com biblioteca; (b) *o apoio à integração social e comunitária* e a (c) *proteção dos cidadãos na velhice e invalidez*, com uma cantina social diária, espaços de convívio e assembleia de vizinhança; e (g) *a promoção de iniciativas de caráter cultural*, com concertos, leituras de poesia, conversas, oficinas e projeção de filmes. Acrescenta-se que estas atividades não foram decididas nem implementadas de forma unilateral e hierárquica, mas antes co-criadas e geridas horizontalmente, sendo as vontades, capacidades e propostas de diferentes participantes discutidas em assembleias gerais diárias, assim como em assembleias pontuais focadas em questões específicas, como a assembleia dos cuidados, a assembleia da vizinhança ou a assembleia de resistência, na qual participaram associações sem espaço, ou em risco de o perder.

A ocupação do Centro Social de Santa Engrácia contrariou, assim, e no período de uma semana, o imobilismo e a ausência de soluções sentida por quem quer construir a vida cultural e social da cidade fora dos modelos especulativos do mercado, experimentando soluções concretas e amplificando a vontade popular — a qual, nos 50 anos do 25 de abril, se pretendeu recordar estar na base da legitimidade da democracia. O desrespeito pela propriedade privada é prontamente condenado por quem adere a uma conceção de democracia estritamente legalista, que, no limite, conduz a uma burocracia instalada, sem empatia e desligada da realidade vivida, ou mesmo favorece interesses pessoais ao invés de «fins sociais», a promover em comunidade. Inversamente, a ocupação do n.º 2 da Rua Bartolomeu da Costa convocou a memória do PREC para voltar a afirmar o «poder popular», assumindo a responsabilidade de dar resposta às questões urgentes de todos os dias, e rompendo com a sensação de impotência através da participação e da construção coletiva.

NOTAS

1 «Movimento "Okupar Abril" expulso pela polícia de edifício devoluto em Lisboa: Tinham uma cantina e trabalhavam com crianças e idosos» *in* Expresso, 2 de maio de 2024.

2 «Lar de Marvila gerido pela Fundação D. Pedro IV vai fechar portas. 160 utentes não sabem para onde vão» *in* Observador, 12 de agosto de 2020.

3 Em maio de 2024, o preço médio do metro quadrado era de 2.654€ em Portugal, em contraste com 5.220€ na freguesia de São Vicente. Nesta freguesia, o preço das casas tem vindo a aumentar continuamente ao longo dos últimos dez anos, segundo os relatórios do preço da habitação do *site* Idealista.

4 A alteração dos estatutos da Fundação D. Pedro IV de «associação» para «fundação» permitiu que a direção anterior passasse a nomear a seguinte, o que explica a longa presidência de Vasco Canto Moniz.

5 *In* «Grande Reportagem RTP: Fundação Intocável», da autoria de Rita Marrafa de Carvalho, Miguel Montes, Luís Lobo e Samuel Freire, 2 de maio de 2007. Vasco Moniz afirma que esse processo nunca chegou a ser instaurado.

6 Excertos deste relatório podem ser encontrados no blogue da Associação de Pais D. Pedro IV (publicação de 7 de fevereiro de 2007), e informações adicionais podem ser lidas no Projeto de Resolução n.º 210/X do PCP, apresentado na AR a 22 de maio de 2007.

7 «Ex-secretário de Estado ignorou proposta de extinção da Fundação D. Pedro IV» *in* Público (Local Lisboa), 1 de abril de 2006.

8 «Fundação D. Pedro IV retirou queixa em tribunal» *in* Público (Local Lisboa), 23 de junho de 2006.

9 Esta possibilidade não constava na Lei do Orçamento em vigor aquando da cedência dos fogos à Fundação, tendo sido acrescentada à Lei do Orçamento de 2005.

10 «Assédio na IPSS "Mansão de Santa Maria de Marvila"» *in site* da CGPT, 2 de outubro de 2017.

Por cada despejo, mil ocupações

Breve cronologia de episódios de resistência e luta pela habitação e pelo direito à cidade

Talude. Foto: Stop Despejos

STOP DESPEJOS / HABITA
STOPDESPEJOS@RISEUP.NET;
HABITA.COLECTIVO@GMAIL.COM

Os despejos sem alternativa e as demolições sem realojamento digno continuam a acontecer, invisivelmente, nas margens da grande crise de habitação, que chegou à classe média e trouxe para a rua milhares de pessoas nas manifestações de 1 de abril de 2023, 30 de setembro de 2023 e 27 de janeiro de 2024. Desde a suspensão da moratória aos despejos que esteve em vigor durante a pandemia, em Julho de 2021, o número de despejos não parou de aumentar. Os dados disponíveis dizem que, no primeiro semestre de 2023, deram entrada no Balcão Nacional do Arrendamento 1.412 requerimentos de despejo, um aumento de 22% face a 2022. O Programa Mais Habitação criou ainda o Procedimento Especial de Despejo, para facilitar e acelerar o processo de despejo em situações de arrendamento. Diante do despejo fácil, rápido e silencioso, em zonas de alta pressão imobiliária, multiplicar a resistência por mil ainda é um desafio, embora tenha crescido o movimento social e o movimento ocupa em torno da questão da habitação e do direito à cidade. Neste artigo, recapitulamos alguns dos despejos e demolições em Lisboa, Loures, Almada, Setúbal, que ficaram marcados por atos de resistência e solidariedade.

Demolições nos Bairros autoconstruídos em Loures, Almada e Seixal

Bairro do Talude, Loures

Em março de 2021, a Câmara Municipal de Loures demoliu habitações autoconstruídas no bairro do Talude, ameaçando com mais demolições nos meses seguintes. Os moradores organizaram-se para impedir a Câmara Municipal de Loures de levar a cabo as suas intenções, fazendo um levantamento das pessoas que ainda vivem no bairro e das que perderam a casa, intervindo na reunião pública da CML Loures e na Assembleia Municipal. Todas as famílias se candidataram a Habitação Municipal e participaram em várias assembleias de moradores, com apoio da associação Habita, Stop Despejos e Associação para a Mudança e Representação Transcultural. A Câmara Municipal de Loures comprometeu-se a não perpetuar a ameaça das demolições. Passados dois anos, em março de 2023, a polícia e a Câmara voltaram a entrar no bairro para demolir as casas de sete famílias, sem que qualquer alternativa de habitação adequada tivesse sido apresentada. Deixaram na rua, entre outras, várias famílias constituídas por mulheres com crianças e bebés de colo, tendo a assistência social comparecido no local, no dia do despejo, apenas devido à insistência da Habita e do Stop Despejos, presentes nesse dia. Um pequeno grupo de mulheres resistiu e organizou encontros e atividades de apoio mútuo, participou nas manifestações e assembleias de resistência e mobilizou-se para diversas idas ao Ministério da Habitação, à assembleia municipal da Câmara Municipal de Loures e ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, embora, até à data, nem todas as "Mulheres do Talude" tenham obtido uma solução digna de alojamento, continuando algumas a viver em quartos de pensão.

2º Torrão, Trafaria, Almada

Sobre uma vala subterrânea de escoamento de águas da chuva, no bairro do 2.º Torrão, estavam construídas 83 casas. Destas, 73 foram efetivamente demolidas em seis dias pela Câmara Municipal de Almada por um alegado risco de colapso da vala. A Câmara iniciou as demolições em outubro de 2022 sem ter soluções habitacionais permanentes para grande parte das famílias. Quando começaram as demolições, 18 agregados familiares haviam sido totalmente excluídos do realojamento. Destes, 13 interpuseram providências cautelares em tribunal, que adiaram a demolição das suas casas. Entre os moradores que recorreram à ação judicial, quatro foram enviados para unidades hoteleiras, oito permaneceram em suas casas no bairro e um foi desalojado sem nenhuma alternativa, nem de emergência. No total, 10 agregados familiares resistiram, organizaram-se – "Sem Chave, não saio" – e permaneceram em luta pelo realojamento digno de todxs.

Bairro da Jamaika, Seixal

O Bairro da Jamaika esteve desde 2018 sinalizado para demolição, depois de décadas de abandono. A demolição do lote 7 aconteceu em outubro de 2023 enquanto uma providência cautelar impediu a Câmara Municipal do Seixal, cujo executivo é dirigido pela CDU, de avançar com a demolição do lote 8, onde viviam seis famílias a quem o direito ao realojamento tinha sido negado. No dia 6 de fevereiro de 2024, o corpo de intervenção entrou em força no bairro e, mais uma vez, criou um cerco policial. Os apartamentos foram esvaziados sem que as famílias soubessem onde iam passar aquela noite. A luz foi cortada com as famílias ainda dentro das habitações. Uma moradora do bairro que, apesar de ter sido incluída no realojamento, não deixou de lutar ao lado dos seus vizinhos, foi violentamente detida e agredida pela PSP, levada para a esquadra, impedida de ver a sua advogada durante várias horas, e várixs companheirxs foram identificados por terem apoiado a vizinha solidária. O que restava do Bairro da Jamaika acabou por ser demolido nos dias seguintes, sem terem sido garantidas alternativas habitacionais para todas as famílias afetadas, embora a narrativa da Câmara Municipal do Seixal, amplamente reproduzida pelos meios de comunicação social, descreva um processo de realojamento «exemplar» e livre de conflito.

Despejos em Lisboa: Bairros Gebalis e Senhorios Privados

Bairros Carlos Botelho e Padre Cruz, Lisboa

Nos dias 19 e 20 de abril de 2021, a Câmara Municipal de Lisboa, através da Gebalis, promoveu o despejo ilegal e violento de cinco famílias (ao todo 19 pessoas) residentes no bairro Carlos Botelho (Olaias), construído em 2000 para realojar pessoas vindas dos bairros Casal do Pinto e Quinta dos Embrechados. A notificação do despejo foi afixada nas portas das casas camarárias no dia 18 de abril e menos de 24 horas depois as famílias foram despejadas através de força policial e sem acompanhamento social. Circularam várias imagens de agressões de agentes a mulheres com crianças ao colo e a destruição dos móveis das casas ocupadas e material comum aos blocos habitacionais. A Câmara Municipal de Lisboa fez saber através da empresa municipal Gebalis que iria retomar em força os despejos nos bairros sociais, ameaçando com 800 «desocupações». Seguiram-se os despejos no Bairro Padre Cruz, em Carnide, no mês de maio. Com grande aparato

policial, quatro famílias, entre as quais uma mulher grávida e dez crianças, foram despejadas, à força e sem qualquer alternativa, de casas camarárias que se encontravam vazias há anos. Estas casas, depois de esvaziadas, foram destruídas «por trabalhadores da Gebalis» (segundo a polícia presente no local), de forma a não poderem ser ocupadas de novo. Também no grande Porto houve vários despejos e ameaças de despejo de casas públicas, o que motivou uma chamada conjunta (Habitação Hoje!, Habita e Stop Despejos) para concentrações no Porto e em Lisboa, no dia 6 de julho de 2021 sob o lema «Quem não tem casa não tem culpa!», reivindicando o fim dos despejos de habitações públicas e a regularização das situações das famílias que ocuparam.

Centenas de ocupações com fins habitacionais em toda a cidade como atos de resistência e de luta pelo direito à habitação.

Despejo em Arroios: solidariedade e vizinhança

O despejo do Carlos, da Alcina e do seu pai de 89 anos, acamado e dependente de cuidados, despertou uma grande onda de solidariedade. Aconteceu na freguesia de Arroios, o que permitiu mobilizar várias pessoas e coletivos no centro de Lisboa para um piquete antidespejo, na casa em que Alcina vivia desde a infância, e da qual pagou renda até ao dia do despejo, a 25 de outubro de 2023. A lei portuguesa não obriga a informar do dia e a hora da execução do despejo, ao contrário do que acontece no estado espanhol, por exemplo. Apesar do piquete, não foi possível evitar a execução da ordem de despejo, que contou com a presença da PSP mas não teve a presença de nenhum apoio social, deixando uma pessoa de 89 anos, em cadeira de rodas, no vão de escada. O caso despertou uma onda de solidariedade antidespejo, que se converteu numa campanha de *crowdfunding* na qual se denunciava o absurdo da «falta de soluções»: depois de várias chamadas para a linha de emergência social (144), através da qual não se conseguiu obter uma resposta que permitisse à família e animais de estimação ficar juntos, uma vizinha decidiu alugar um *airbnb*, para que pernoitassem na noite do despejo. Em poucos minutos de pesquisa, à porta do Ministério da Habitação (onde Alcina não foi recebida), encontrou-se uma casa de dimensão adequada ao agregado familiar, perto do lugar em que residiam. A campanha de *crowdfunding* (que ultrapassou o objetivo de restituir à vizinha o valor desse alojamento) denunciava as falsas soluções do Estado Social: enviar famílias para quartos de pensão, separando-as, ou colocando-as em abrigos de proteção civil, precários, enquanto há 20.000 casas ao serviço do Alojamento Local e 48.000 casas vazias (2.000 da Câmara Municipal de Lisboa) que não cumprem a sua função social.

Despejos de Okupações

Para lá do reconhecimento das centenas de ocupações com fins habitacionais em toda a cidade como atos de resistência e de luta pelo direito à habitação, o movimento social em torno do slogan «retomar a cidade» está em crescendo, chamando a atenção para prédios e património do estado devolutos, denunciando a sua financeirização e os «grandes projetos inúteis». Surgiram algumas okupações breves, que terminaram de modo espontâneo, cuja proposta foi o uso de grandes edifícios para fins habitacionais, sociais e culturais (ver notícia sobre prédio em Arroios no MAPA n.º 39). Em outubro, a faixa «Menos Quartéis, Menos Hotéis» chamava a atenção para o quartel da Graça, concessionado pelo Estado ao grupo SANA para instalação de mais um hotel de cinco estrelas. Destacamos aqui duas okupações, especialmente ilustrativas neste crescendo, e que foram alvo de despejo, em ambos os casos, revestido de várias ilegalidades.

Jamaika. Foto: Outros Ângulos

CSO Santa Engrácia. Foto: Outros Ângulos

Kasa Ladra

Em Setembro de 2021 aconteceu mais um despejo ilegal (não houve informação, consulta das partes, nem pré-aviso em prazo razoável) na Rua da Verónica n.º 60: as pessoas que tinham ocupado um prédio devoluto (há décadas) para habitar foram despejadas e detidas pela polícia, sem que houvesse qualquer procedimento judicial contra elas, mas só uma queixa do suposto dono do imóvel (um fundo imobiliário chamado Spark Capital). O caso foi divulgado nas redes sociais da Stop Despejos e Habita, chamando a atenção para a ilegalidade do despejo e para o papel da ocupação dos prédios devolutos como parte da solução da crise habitacional.

Santa Engrácia: Esta ocupação permitiu à comunidade reunir-se e expressar um desejo profundo de retomar a cidade e libertar estes espaços abandonados.

Centro Social e Cultural de Santa Engrácia

O Centro Social foi inaugurado no dia 25 de abril de 2024 com a ocupação de um prédio devoluto no Bairro de Santa Engrácia, reivindicando a memória do PREC, do poder popular e dos milhares de ocupações para habitação e fins sociais vividas a partir de 74. Nesta antiga escola, abandonada há mais de 15 anos pelo atual proprietário, centenas de pessoas e vizinhxs de todas as idades participaram e apoiaram as atividades do novo Centro Social e Cultural Okupado: concertos, oficinas, conversas, cinema, diversas atividades com crianças, cantina social, limpeza e assembleias de autogestão que envolveram a vizinhança. Esta ocupação permitiu à comunidade reunir-se e expressar um desejo profundo de retomar a cidade e libertar estes espaços abandonados, reféns da especulação imobiliária, para o uso e fruição das pessoas e do bairro. O proprietário é a Fundação D. Pedro IV, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que por estatuto e por lei só pode perseguir fins sociais, mas cuja intenção é transformar o edifício num condomínio de luxo, cuja construção vai contribuir para despejar indiretamente um a um todos os vizinhos, num bairro que tem sofrido bastante com o alojamento local. O despejo ocorreu ilegalmente no dia 2 de maio, sem ter sido apresentada qualquer ordem de despejo ou justificação, com a polícia de intervenção a arrombar e destruir a porta do edifício, e forçando a saída e identificação dos ocupantes, que se encontravam também a fazer uso de um dos andares do centro social para fins habitacionais. O centro lançou uma petição pública pela cedência permanente do espaço à comunidade, que recolheu cerca de 200 assinaturas em papel e 2.269 assinaturas online. Perto de uma centena de pessoas, contando com dezenas de vizinhos estiveram reunidxs em frente ao Centro Social no momento do despejo e estiveram presentes no dia seguinte na assembleia de freguesia da junta de S. Vicente, reivindicando esta okupação.

Nota

Enquanto escrevemos este artigo:
- As pessoas que moram no bairro Pena Jóia, no Monte da Caparica, estão em luta! Cerca de 70 famílias vivem neste lugar, com casas autoconstruídas em terrenos do IHRU. Receberam agora notificação para sair dali até Julho.
- Há despejos a acontecer na Quinta das Mós, em Loures.

Sempre, sempre atirar as plantas desenraizadas por
cima dos muros, vivas sem rega nem régua,
daninhas, tudo será delas, imitá-las, arranca q
dobra a crescer
Esquecer, o direito a esquecer, largar o cantil entre
os arbustos e aprender das crianças a esfolar os
joelhos nos tropeços, a colecionar pregos
ferrugentos sem tétano, a observar os raios pelos
vidros coloridos das garrafas q se partiram
Sempre, sempre atirar os vasos pro outro lado do
Muro, como a luta q se faz e fará, espontânea como
um cravo, sempre
sempre atirar o foda-se pro outro lado do muro,
sempre, enquanto houver muro
vai cair, vai cair enquanto houver, vai cair,
como as raízes comendo lentas a cal, vai cair
como as raizes q me ensinam a ocupar,
como as raizes como elas comeram o muro,
como a aranha vomita pelos braços as paredes
novas todas já escritas e por escrever
como um sonho lindo

Cátia Sá

A primavera entrou pelas portas de uma casa fechada
Encheram-se divisões com união, cumplicidade e cooperação
De dia para dia juntaram-se rios de pessoas
A secura do abandono foi inundada de limpeza, cor e organização
Desenharam-se sonhos nas paredes
A cada instante a casa transformou-se
Pela vontade colectiva, espontânea e voluntária
Cada uma contribuiu, compartilhou e comprometeu-se
Parecíamos formigas sem rainha
A agência, a responsabilidade e o sentido pleno de agir brotaram
Uma floresta de futuro cresceu no bairro
Construimos, cuidámos, cozinhámos, conversámos, conspirámos e
disfrutámos
Existir pareceu mais real ali
Uma abundância de decisão
Como um rasgo de luz insurgente contra a distopia quotidiana
Deixámos de ser um "eu" entre "vós" e passámos a ser "nós"
Alguém escreveu na parede que "resistir é vencer"
De 25 de Abril a 1 de Maio foram dias de vitória
Agora "fazemos uma pausazinha e logo se vê" disse o vizinho Joaquim
Ninguém vence a primavera
Ninguém vence Abril
Ninguém vence o Centro Social de Santa Engrácia
Como bandos de pássaros cantamos ao ritmo da resistência
Um despejo, mil ocupações!

Carlos Godinho

Sines, a megalomania triunfante

O Porto e o Complexo Industrial de Sines permanecem como a promessa nacional de um crescimento infinito.
Esta é uma história em curso de conflitos sócio-ambientais.

Sines, anos 1970. Foto: J. M. Cavalinho no blog Cabo de Sines

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

A vida em Sines mudou drasticamente em 1971, quando, por decisão do Estado Novo, se impôs a criação do Complexo Industrial de Sines. Tão pouco o 25 de Abril travou a forja de uma identidade industrial da qual não há volta atrás. O quotidiano das populações alicerçou-se numa ideia da modernidade e progresso que subjaz à dicotomia entre «trabalho» e «ambiente». Entre uma indústria que fixa as populações, lhes aumenta os rendimentos e os níveis de consumo e uma acelerada perda da qualidade de (e da) vida em todos os seus elementos básicos – no ar, na terra e na água –, geram-se lutas pelo território. A «competitividade nos mercados internacionais», assim decretava Marcello Caetano e todos os que se lhe seguiram, ditava o porto de águas profundas como porta de entrada europeia de energias fósseis, acoplada a uma vasta área industrial petroquímica.

Adentro que vamos no século XXI e o crescimento portuário de Sines surge a par de dois novos paradigmas industriais: a economia dos dados digitais e a transição energética «verde». A demanda energética necessária ao novo figurino industrial de Sines faz escalar o conflito territorial a toda a região alentejana, que reclama novas zonas de sacrifício para Centrais Solares, Eólicas e Linhas de Alta Tensão. Tomemos o fio à meada da história recente de um território que em permanente ecocídio se foi – assinalemos a contrariedade do verbo – naturalizando como território industrial.

O devir industrial

O devir industrial de Sines é inaugurado pela transformação da cortiça, ainda no século XIX. Entre 1890 e 1960, para além da indústria corticeira, desenvolvia-se a indústria conserveira e o sector marítimo: pescadores e estivadores. Assim chegou o caminho-de-ferro. Em 1911, as fábricas já ocupavam um terço da população activa de Sines. Entre 1911 e 1950 a população de Sines duplicava de 4794 para 9490 habitantes. Apesar disso, a vila mantinha as suas actividades artesanais e práticas «vindas do fundo dos tempos», nas palavras de Sandra Patrício, do Arquivo Municipal de Sines.

A doença do gigantismo

Quando Marcello Caetano decreta, em 1971, o grande complexo portuário e industrial, nada mais será igual. Apesar da crise do petróleo de 1973, o Gabinete da Área de Sines (GAS) – «uma espécie de Estado dentro do próprio Estado fascista», dizia o comunista Américo Leal (1922-2021) – irrompia em Sines e Santiago do Cacém, impondo a expropriação das terras. «O momento da "modernização" da burguesia industrial e da tecnocracia havia chegado», como disse a socióloga Teresa Patrício, num artigo de 1991.

O desígnio de Sines será confirmado, após o 25 de Abril, pelo III Governo Provisório de Vasco Gonçalves, que mantém a zona de actuação directa do GAS «para o prosseguimento da realização do complexo urbano-industrial». Américo Leal recorda como, de imediato, uma Comissão de Redenção do Povo de Sines veio exigir o saneamento do GAS. Nesse Agosto quente de 1975, Afonso Cautela (1933-2018) relata, no jornal O Século, como camponeses, rendeiros e pequenos proprietários resistiam ainda ao avanço industrial até chegarem os carros militares do R11 de Setúbal para «restabelecer a ordem» em nome do «bom andamento dos trabalhos, com graves prejuízos para a economia do país», cedendo as terras aos novos donos industriais. Este percussor do movimento ecologista português diagnosticava a «doença do gigantismo» do projecto de Sines: um «plano de megalomania triunfante» para «realizar à vontade o Ecocídio sistemático». O socialista Artur Costa Pina, num testemunho apelidado de "História Trágico-Industrial", recorda Sines como uma «enorme "residencial" com uma população flutuante de milhares de pessoas com alto poder aquisitivo que implicou por reflexo um alto custo de vida», tendo a autarquia chegado ao 25 de Abril numa «situação de quase rotura do tecido social». Por tudo isso, em Fevereiro de 1975, operava um Grupo de Trabalho de Informação da População que, em plena Revolução, não se esquivava à tarefa de fazer cumprir o sonho capitalista de Marcello Caetano.

Expropriações e terrenos ao abandono

Numa faixa de mais de 35 quilómetros e cerca de 41 mil hectares, surgia um novo porto, um complexo industrial e uma cidade de raiz: Vila Nova de Santo André, projectada para 100 mil habitantes, onde vivem hoje cerca de 11 mil, e que, junto com Sines e Santiago do Cacém, acolhia a nova população industrial, de migração interna e da vaga de retornados.

Em 1978 tinha início a laboração da refinaria da Petrogal e a Companhia Nacional Petroquímica, actual REPSOL, e, em 1979, a Central Termoeléctrica a Carvão da EDP. O novo porto torna-se a porta de abastecimento energético do país (petróleo e derivados, carvão e gás natural). Entre 1972 e 1981, a população de Sines cresce 92% e o centro urbano 94%. O nível médio de rendimentos aumenta significativamente, mas os pescadores e pequenos proprietários agrícolas são prejudicados, uns pela contaminação do peixe, outros pelas expropriações. Até 1984, 80% de quase 22 mil hectares previstos inicialmente são expropriados. Na memória de "Lavradores e Ceifeiros, entre a Lagoa de Santo André e o Vale do Sado" (2021), Dina Calado diz-nos, sobre os montes alentejanos que hoje vemos em ruínas, que «não foram as actividades industriais que preencheram o espaço antes ocupado pela agricultura, permanecendo os terrenos ao abandono, por cultivar até à extinção do Gabinete da Área de Sines, anos oitenta dentro, justamente toda a área que fora expropriada invocando fins de utilidade pública, o que deixou acesa até hoje tensão social».

> Obra industrial centralista, Sines é hoje um concelho onde metade do território é propriedade estatal.

Obra industrial centralista, Sines é hoje um concelho onde metade do território é propriedade estatal: 5,7% de órgãos da administração local; 44% de órgãos da administração central, frente a 49% de particulares e sociedades comerciais.

Se no final dos anos 80 apenas 15% da área total industrial estava ocupada, à entrada do novo século assiste-se a um novo fôlego vindo de várias empresas nacionais e estrangeiras. Sines, que somava cerca de 12 000 residentes nas décadas de 80 e 90, chega aos censos do século XXI com 14 000. Em 1988 fora finalmente extinto o GAS, hoje substituído pela AICEP Global Parques, gestora da Zona Industrial e Logística de Sines, a maior área do tipo em Portugal. A Zona Atividades Logísticas de Sines, na zona intra-portuária, é gerida pela Administração dos Portos de Sines e do Algarve. Outras três zonas de indústria

ligeira encontram-se sob gestão municipal, restando destas ainda uma zona para a instalação de novas indústrias.

Poluição, o custo a pagar

A década de 1980 põe em evidência o custo a pagar. A poluição. Constantes derrames dos efluentes da refinaria e das novas fábricas do complexo petroquímico nas linhas de água. Ausência de estações de tratamento de águas e um fedor nos campos e na praia. A refinaria faz descargas através do tubo submarino a uma milha da Costa do Norte, onde também os petroleiros lavam os tanques, cujo crude acosta às praias de São Torpes e Sines. Do impacte sobre a pesca resultará, em Janeiro de 1982, aquela que foi apelidada a primeira «greve verde» em Portugal, controlada pelo executivo autarca comunista, que celebra vitória com a abertura de uma ETAR. O problema estava, porém, longe de terminar. Em 1987 dá-se o derrame do petroleiro Nisa; em 1989, do petroleiro Marão. Em Maio de 2011, é interdita a pesca na zona da Costa do Norte por ser o pescado impróprio para consumo. Em terra, a Central Termoelétrica a Carvão da EDP era quem mais poluía a atmosfera em Portugal. No projecto de Sines, refere Teresa Patrício, «a noção de irreversibilidade, genericamente aceite pelo Estado e impondo uma intervenção persistente, tornou-se no princípio da "absoluta irreversibilidade". Quanto à participação das "massas democráticas", esta tem vindo a aumentar mas sempre subserviente à lógica imposta pelo plano inicial».

Em Janeiro de 1983, o poeta Al Berto escrevia da sua casa na Rua do Forte, em Sines: «Anoiteceu. A vila está cercada por pipelines, luzes indecifráveis, chaminés gigantescas, máquinas que corroem a terra, traçam acessos rodoviários, fazem tudo o que se lhes depara pelo caminho. (…)

> O discurso politicamente correcto anuncia uma nova vaga industrial, assente, em primeiro lugar, numa reconfiguração da base energética – do fóssil aos biocombustíveis, à energia eólica e solar, e à instalação de projectos na área do hidrogénio verde.

Dentro de pouco tempo será insuportável viver aqui. O vento e as águas chegarão contaminados. A praia será um areal negro, um pesadelo sem nome, onde morrem as palmeiras, que ali plantaram. Os barcos serão os nossos fantasmas vagueando sobre as águas sujas de óleo, e uma gaivota perder-se-á no veneno da alba. Em mim nunca mais fará claro, nunca mais amanhecerá. Nem será preciso acender qualquer luz de vigia… eu morro com as paisagens».

Da praia ao resort

A velha tradição veraneante da praia de Sines foi sendo contrariada como opção de desenvolvimento turístico. Ainda assim, com vista à conservação de habitats de elevada biodiversidade, é criada em 1988 a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e, em 1995, o Parque Natural que se inicia em São Torpes, a sul de Sines.

Manifestações em Sines:
Em 1982 na Greve Verde
e em 2023 na acção Parar o Gás

A aplicação de normas e avaliações ambientais, a partir da década de 1990, não impediu a crescente facilitação do licenciamento industrial ou dos «resorts» no eixo Tróia-Melides e, a sul de Sines, a partir de Porto Covo. Em Outubro do ano passado, e novamente no 25 de Abril deste ano, diversos colectivos da região marcharam em Sines e Lisboa reclamando justiça social e ambiental no litoral alentejano, e exigindo a voz das populações locais nos processos de decisão.

Crescimento do Porto de Sines

O crescimento do Porto de Sines avança. O terminal de contentores XXI do Porto de Sines, a funcionar desde 2003, em concessão por 30 anos à PSA – multinacional estatal da Autoridade Portuária de Singapura – emprega cerca de 1.200 trabalhadores em modo precário através da subsidiária Laborsines. Para lá dos portos de pesca, recreio e serviços, e do Terminal XXI, somam-se o terminal petroquímico, o de granéis líquidos, o de granéis sólidos e o Terminal GNL de Gás fóssil liquefeito da REN Atlântico, este movimentando mais de 50% do gás natural consumido em Portugal.

Em 2021 teve início a expansão da 3ª fase do Terminal XXI, com consequências na Praia de São Torpes. A conclusão está prevista para 2030, com um aumento da movimentação anual de 2,3 para 4,1 milhões de TEU (contentores de 20 pés). Eis que Sines entra na disputa pelos maiores porta-contentores. Com mais de 4000 comboios por ano a sair do porto, à expansão associa-se o novo Corredor Ferroviário Internacional Sul, que fechará o Corredor Atlântico da Rede Transeuropeia de Transportes e encurtará a ligação à fronteira com Espanha em 140km, quando concluído o troço Évora-Elvas em 2025. Apesar disso, está também anunciada nova ligação Sines-Grândola (para lá do troço existente Sines/Ermidas do Sado/Grândola) no Plano Nacional de Investimentos 2030, que tem vindo a ser contestado pelos impactes no montado, na Serra de Grândola, em ecossistemas lagunares e na proximidade às populações.

Nova vaga industrial – resistência à vista

Na actual revisão do PDM, é declarado que a cidade de Sines «está preparada para lutar contra um excesso de indústrias que possam vir a estiolar Sines e a prejudicar as suas condições de vida e ambientais». Não negando «a vocação que foi imposta a Sines e que continua a fazer sentido para o desenvolvimento do Alentejo e do País», projeta-se «Sines a renascer das cinzas e dos fumos e efluentes poluídos, à procura de um espaço humano e economicamente positivo, com os seus símbolos e convicções».

O discurso politicamente correcto anuncia uma nova vaga industrial, assente, em primeiro lugar, numa reconfiguração da base energética – do fóssil aos biocombustíveis, à energia eólica e solar, e à instalação de projectos na área do hidrogénio verde; em segundo lugar, no Sines TECH - Innovation & Data Center Hub, que prevê um centro de processamento de dados (*data center*), usufruindo do cabo submarino EllaLink de transmissão de dados que liga Fortaleza (Brasil) a Sines e do projectado Olisipo que ligará Sines-Lisboa, onde se encontram os cabos 2Africa e Medusa com ligação a Carcavelos.

Os anos 20 do século XXI apresentam-se como novo capítulo desta história industrial num palco feito de diferentes zonas de sacrifício, quer naturais, quer humanas. Mas anunciam-se também a resistência e recusa da «absoluta irreversibilidade» desta ideia de progresso, como se conta nas páginas seguintes.

Transição Energética e Zonas de Sacrifício

Sergio Maraschin fala-nos da voracidade energética do Complexo Industrial de Sines e de como é viver numa Zona de Sacrifício.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
IMAGEM ANA FARIAS

A nova vaga industrial de Sines resulta num aumento planeado de megaprojectos fotovoltaicos e eólicos do litoral à planície alentejana. Associados a interesses económicos que desvirtuam a almejada Transição Energética, surgem Zonas de Sacrifício que desconsideram problemas de escala, localização e impactos cumulativos. A pegada energética da nova expansão de Sines, em contraponto com projectos ditos «verdes», resultará numa adição energética centralizada no pólo industrial de aproximadamente sete a oito vezes os actuais consumos, o que equivale a 17,5 % da energia eléctrica gerada em 2023.

Nas lutas ambientalistas é difícil não nos cruzarmos com Sergio Maraschin, de naturalidade brasileira. A viver numa quinta em São Luís, Odemira, trabalhou como geólogo e conselheiro ambiental corporativo ao longo de mais de 40 anos para empresas mineiras e petrolíferas. Conhecedor dos diferentes lados das barricadas, em 2008 veio a concluir o mestrado de Ciências Holísticas no Schumacher College, Universidade de Plymouth. É actualmente membro do grupo Transição São Luís e tem marcado presença em diversos movimentos como o Juntos pelo Cercal que se opõe à construção da central fotovoltaica da Central Power. Falamos acerca dos conflitos gerados por estes megaprojectos.

Perante o novo paradigma industrial de Sines, de que Transição Energética estamos a falar?
O objectivo declarado seria uma "descarbonização", mas na realidade esconde várias estratégias políticas com o objectivo de um crescimento económico contínuo e acelerado. Nós vivemos na periferia de um país periférico, uma coisa que dói para aceitar. As estratégias vêm de cima: do Olimpo de Bruxelas e por via de consequências mais globais, dos conflitos geoestratégicos nos quais a Europa quer assegurar a sua situação num novo paradigma que não vai ser muito sustentável. Temos aqui uma expansão industrial centralizada num paradigma chamado "verde", um eufemismo infeliz e que é implementada à medida dos interesses económicos corporativos e com a benesse das autoridades competentes e representantes políticos. É lógico que tudo isso não vai servir o bem público. Um neoliberalismo implementado a ferro e fogo e que chega próximo de um capitalismo selvagem, quase um neocolonialismo, como estivéssemos a ser colonizados por nós próprios, pelos filhos e vizinhos. O pior de tudo é que isso é uma réplica do modelo dos combustíveis fósseis: não há consideração pelos bens comuns, pelos limites ecológicos aqui na região e no planeta.

Se não estamos a falar da necessária Transição Energética, para quem serve verdadeiramente esta transição?

Vamos ser mais explícitos: quem lucrará com isso? Grandes corporações onde temos vários actores, como as grandes empresas petrolíferas que agora têm sempre um braço de renováveis e coisas como empresas de capital, como a famigerada Aquila Capital baseada em Hamburg, com um portfolio de energias renováveis e projectos verdes. O real interesse destes bancos de investimento é implementar estes megaprojectos numa escala considerável, levando-os ao ponto de comprovada capacidade operacional para depois transaccionar (vender, comprar, consolidar) esses *assets* [activos económicos]. E continuamente capitalizando-os em termos de créditos de carbono, essa grande falácia, e da *Net Zero* [mercado de créditos de carbono]. O capital de uma Aquila Capital (que fundada em 2001 gere mais de 15 mil milhões de euros em renováveis e imobiliário) é baseado em créditos de carbono e para esses *big players* do momento é um mercado fantástico. É a nova corrida ao petróleo e ao gás, só que agora nas energias renováveis. E por cima dessas empresas operacionais há o Banco de Investimento Europeu que participa em várias delas. Toda uma estrutura montada para um sistema centralizador e não democrático.

Depois, a escala aqui é fundamental. Se pudéssemos pulverizar pequenas unidades fotovoltaicas na escala apropriada, no terreno apropriado, que não seriam zonas agrícolas, mas descentralizadas em terrenos e áreas artificializadas, acho que essa seria uma premissa para uma transição energética mais justa e mais democrática. Mas não é isso que está acontecendo.

> Qualquer coisa num raio de 70 quilómetros ou mais em termos de produção energética ligada à rede vai cair em Sines.

Mas em Sines falamos de um aumento energético que se torna complicado. Não estamos a criar energia renovável apenas para suprir as comunidades, há aqui um outro cliente em jogo.

Esse grande cliente é todo o conglomerado de Sines e em Portugal será também Matosinhos. Em Sines, perante os projectos de expansão previstos, estamos a falar de um incremento de sete a oito terawatts/hora por ano. Só o Data Center são quase 5000 GWh anuais. Em 2021, o consumo anual em Sines rondava os 1201 GWh anuais, pelo que calculando somente a energia necessária ao Data Center (4769,8), ao projecto de Hidrogénio da Galp (770) e do Green H2 (495) e a fábrica de baterias de Lítio (450), chegaremos a um gasto expectável mínimo de 7696 GWh/ano. Estamos a falar de um incremento de sete a oito vezes mais e que continua a expandir-se. Qualquer coisa num raio de 70 quilómetros ou mais em termos de produção energética ligada à rede vai cair em Sines. A imagem que uso é a de um buraco negro onde não sabemos qual o horizonte de eventos, o ponto de não retorno.

Qual é essa geografia das zonas de sacrifício de que estamos a falar?

Em Sines como nó da rede eléctrica nacional, há claramente a intenção de fazer o abastecimento por todos esses mega projectos, como esse infeliz nomeado Parque Solar Fernando Pessoa em Vale de Água e São Domingos (o poeta deve estar-se virando na cova…) e o projecto do Cercal por exemplo. Todos eles feitos em função de três factores estratégicos. Um é a proximidade aos pontos de intercepção à Rede ou implicando uma Linha de Muita Alta Tensão até à Subestação de Sines; o segundo é a utilização de grandes áreas de terrenos planos, evidentemente agrícolas, ou com montado ou eucaliptos; o terceiro é a estrutura do domínio da terra que reflecte um passado do Alentejo: grandes proprietários que vão lucrar – e nem moram aqui – com essa tal transição energética. Nós estamos a copiar exactamente o mesmo modelo extractivista e feudal, até. Os lucros são absurdos, estão a oferecer algo como 2000 euros por hectare de renda por ano.

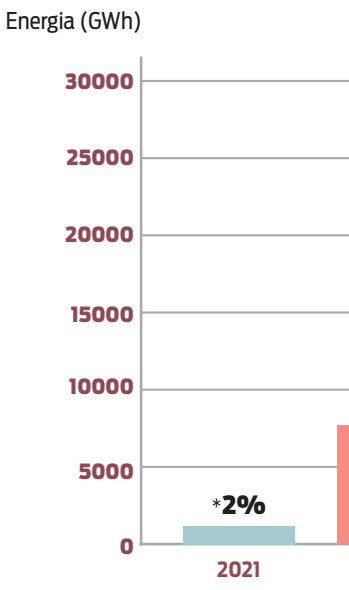
E depois há aqui um outro factor, temos cada vez menos pessoas que possam reclamar outra vivência para esses territórios.

E aí temos um efeito interligado. Esses projectos vão esvaziar ainda mais o território. Impõem não termos uma voz activa, não termos massa crítica. Imagina se fossem fazer um megaparque em Monsanto, ao lado de Lisboa...

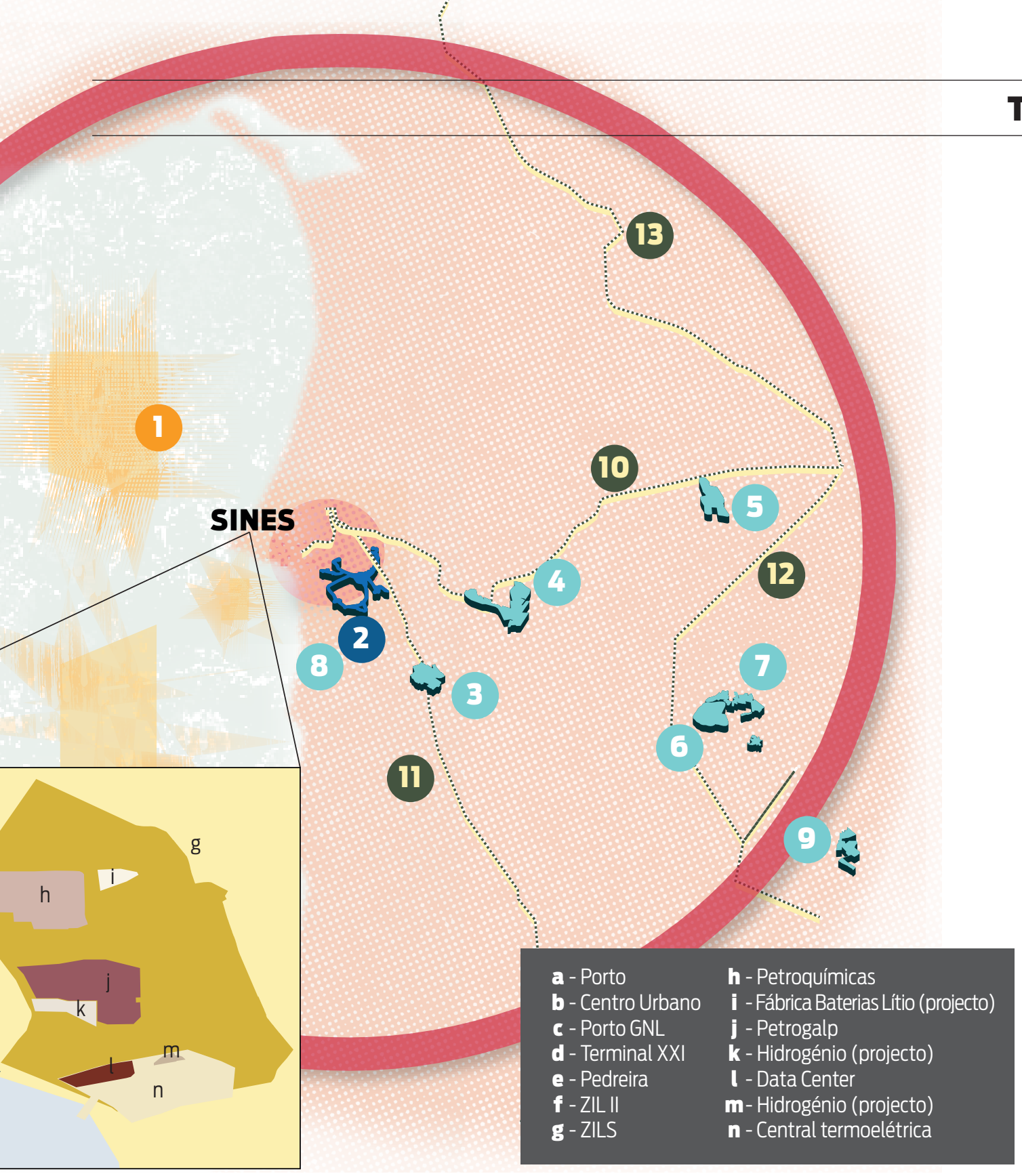
Comparando Vale de Água e São Domingos e o Cercal, esta última parece beneficiar de alguma massa critica neo-rural que motiva uma reacção.

A resposta é muito simples: vê a vila do Cercal e vê as aldeias de São Domingos e de Vale de Água... Depois tem outro aspecto. O que me surpreendeu e continua me surpreendendo é um receio muito grande em ambas as comunidades de sair à tona. Pessoalmente dizem-nos que estamos certos, mas "o meu primo e o meu filho trabalham na Câmara ou tem um alojamento local financiado pela Câmara". Toda uma rede de dependência e de subsídios que é inata à rede social daqui. Há uma grande dose de receio em ser visto como um oponente.

Projeção de consumo elétric



*Percentagem rela
F
6



1 - Eólicas (projecto)
2 - Eólicas de Morgavel

Centrais Solares em projecto (AIA):
3 - Cercal
4 - São Domingos
5 - «Céu e da Luz»
6 - «Bartolomeu Dias»
7 - Ourique I / II
8 - NGreen Hydrogen
9 - Almodôvar

Linhas Alta Tensão:
10 - Sines — Ferreira do Alentejo
11 - Sines — Portimão
12 - Ferreira do Alentejo — Tavira
13 - Ferreira do Alentejo–Rio Maior (projecto)

remodelado em termos sociais, ambientais e tecnológicos. Se estivéssemos num avião poderíamos ir numa trajectória planeada e com uma aterragem suave, ou como tem sido, planamos até cairmos bruscamente numa catástrofe. Estou a falar do óbvio, mas como poderíamos contribuir para uma aterragem mais suave? Vê como estou evitando o termo decrescimento, mas é isso mesmo. O decrescimento planeado seria uma solução. Mas teríamos de passar por uma mudança de valores muito grande e não vejo muito bem como o vamos fazer. A nossa posição pessoal perante tudo isto é também a incoerência. Somos parte integrante e ao olharmos nos olhos dos nossos filhos e netos vamos ver uma realidade muito incómoda. Existe uma opção fácil? Não. O decrescimento planeado é politicamente impossível, não tenho grandes esperanças de que a descida seja suave.

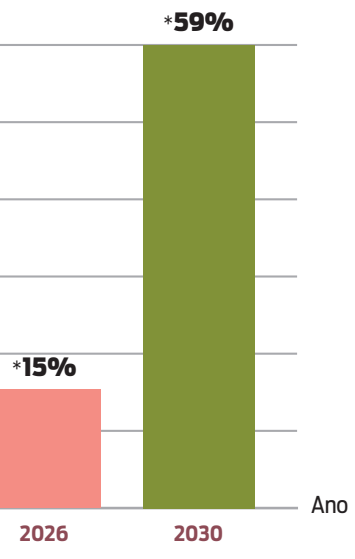
Se olharmos ao nosso redor num círculo de 70 km, temos uma tempestade perfeita. Uma transição energética que não é transição, mas uma adição de energia ao que já existe, duplicando sete a oito vezes sua escala, ou mais. A expansão industrial, com todo esse pesadelo sobre os recursos, impactes ambientais, sociais, etc. Depois, questões como a falta de água e os projectos de agro-indústria que se multiplicam por todo o lado; projectos turísticos de luxo; novas minas, todo um novo cenário de minerais críticos para a Europa. Só falta um elemento para a tempestade perfeita: o nuclear. E a pressão do nuclear vai aumentar, porque estas estratégias políticas dependem de uma aceleração muito grande da questão da energia. Todo este discurso de crescimento infinito vai desembocar aí, com as suas consequências. Estamos a ser levados por uma falsa narrativa, sem pensar muito em consequências e sem termos alternativas de momento.

E não estamos a falar em Sines como se fosse um sistema único, estamos dentro de um sistema muito grande. A geoestratégia de recursos, desde metais a fontes de energia, a trabalho barato, etc., todo um cenário de conflitos inevitável.

É difícil ser optimista, mas algo te move a ti e aos jovens também, que são valores que nos tocam, como a natureza, a solidariedade…

É por aí. Não temos uma crise de recursos naturais, temos uma crise de valores. Uma crise de valores interna, de comunidade e pessoal. E aqui vem a noção de Gaia, onde a base comum seria a reverência à natureza, essa conexão profunda com os valores naturais. E até lá, continuar a construir comunidades saudáveis e solidárias num ambiente saudável.

…co para a expansão de Sines



…ativa ao consumo de Portugal em 2023.
Fonte: Jornal Expresso «Sines precisa de …0% da eletricidade do país», 6.06.2024

Não há uma avaliação estratégica ambiental, social e de saúde pública do impacto da nova expansão.

Voltando a Sines, um outro confronto que surge resulta da vivência industrial que se separou da ruralidade. Se as pessoas têm consciência dos custos, no tema da poluição e das nocividades do trabalho industrial, já hoje parece difícil comunicar a quem trabalha no Complexo de Sines a urgência destas lutas a partir das novas zonas de sacrifício rurais, perdida a memória e solidariedade entre si.

É essa mesma malha de dependência económica que distancia as pessoas que aí trabalham dos efeitos desse tipo de trabalho nas áreas circundantes. Tocas numa coisa importante que são as externalidades desse mundo e do novo monstro de Sines. Essa área de sacrifício é também a área onde as nuvens de partículas finas e gases descem desde Sines. Daquelas chaminés, a sua distribuição é um cone a jusante do vento e todas as partículas e gases atingem o solo 30 a 50 quilómetros de distância. Há uma zona de sacrifício em termos de saúde ao redor de Sines, como também dentro nas próprias instalações. O número de cancros e aberrações genéticas, perdas de parto, é já bastante elevado em Sines e na região circundante. Esse estudo não está feito porque não há vontade de o fazer. Não há uma avaliação estratégica ambiental, social e de saúde pública do impacto da nova expansão. Mas há uma necessidade de saber de onde vêm essas fontes difusas e qual é a carga adicional que esta expansão vai causar. Há sinergias, efeitos cumulativos dessas indústrias, e tudo isso tem um impacte muito maior do que aqueles pequenos impactes minimizados nos Estudos de Impacte Ambiental, omissos, pré-aprovados e dentro de um processo viciado em que as autoridades competentes fecham um olho ou dois.

E como se ultrapassa a dicotomia ambiente/trabalho?

Na dicotomia trabalho/ambiente e saúde pública é a velha história: não se faz uma omelete sem quebrar ovos. Somos todos responsáveis como consumidores ou produtores, nesta sociedade globalizante. Não é um paradoxo, mas uma relação directa. No nosso sistema de vida, os nossos padrões de consumo, as nossas expectativas, ultrapassam largamente o que a nossa comunidade natural, digamos assim, pode aguentar, pelo que vamos sofrer as consequências, fechando o círculo que isto é.

Qual seria então o território que haveríamos que construir?

A pergunta fundamental. Eu não vejo Sines como algo a ser fechado e destruído, mas para ser

As pessoas só pensam no trabalho

Quando a vaga de trabalhadores migrantes, a precarização dos salários e a falta de habitação ecoam nas ruas, podemos falar em Sines de um cenário de conflitos sócio-ambientais?

Nas páginas anteriores, traçámos a identidade industrial de Sines e falámos de como a demanda energética recentra os impactes ambientais na sua periferia. Mas qual é a dimensão social e conflituante presente neste devir industrial que se trasveste de transição verde?

FILIPE NUNES

Central Termoeléctrica de Sines, 2007 / Foto João Campos (CC 2.0)

Antonio Maria Pusceddu, antropólogo do CRIA-ISCTE, tem trabalhado na história e na transformação das regiões industriais, incluindo as novas «geografias da energia» nos contextos da Transição. Em Itália, interessou-se pelo complexo petroquímico de Brindisi e o gerar de «ambientalismos operários» no cruzamento da fábrica com os movimentos ambientalistas. Por cá, encontrámo-nos em Sines para uma conversa. Desde logo, Pusceddu refere uma diferença crucial (já apontada também na entrevista a Sergio Marashin): «enquanto em Brindisi toda a questão de saúde se tornou uma ferramenta muito forte em todo o movimento ambiental, em Sines nada. Os estudos epidemiológicos foram feitos pelas autoridades sanitárias públicas na relação entre a poluição ambiental e um conjunto de cancros. Em Sines, numa primeira impressão, parece que se trata de uma área pacificada. Não é de todo certo que não exista, há as suspeitas..., os colegas que no passado podem ter morrido por causa da exposição à toxidade, mas a imagem fabricada é que Sines é a coisa mais sofisticada e limpa do mundo».

Pesquisando as memórias pós 25 de Abril em Sines, Pusceddu de imediato anotou uma «luta pela sobrevivência da cidade, em que no plano original as pessoas seriam deslocadas para Santo André e Sines seria, como dizia o primeiro director do Gabinete da Área de Sines, o Cais do Sodré do Alentejo». Apesar do movimento popular até à Greve Verde, «ainda agora, numa conferência dos 50 anos de Abril, se apontou essa ideia canónica de que havia coisas mais urgentes a pensar do que o ambiente, reduzindo-o àquela visão burguesa da defesa da natureza e ignorando tudo aquilo que desencadeia.» Assim, acerca das questões ambientais, não hesita em afirmar não haver actualmente «uma grande preocupação em relação ao que está a acontecer [na região], para lá de um conjunto de pessoas que fazem parte de uma rede que vai para além de Sines».

Trabalho, Ambiente e Transição

Uma dessas pessoas é Bruno Candeias, natural das Ermidas do Sado, trabalhador e sindicalista na REPSOL, membro do Bloco de Esquerda e uma das vozes activas dos movimentos ambientalistas do litoral alentejano. Ser delegado sindical e activista ambiental «não é fácil! É um exercício diário, tentar encontrar soluções, narrativas que permitam defender o trabalhador na transição justa. O que não é fácil porque entramos num patamar de suposições e para os trabalhadores as suposições são nada; precisam sim de soluções concretas, no momento. Por outro lado, é difícil dialogar com os trabalhadores e com as comunidades, porque vivem dessas indústrias, e os próprios sindicatos no seu geral são muito recuados em relação a isso. O SIEAP, Sindicato das Indústrias, Energias, Serviços e Águas de Portugal, a que pertenço, é um sindicato pequeno que ainda vai falando sobre isso, mas na maior parte das vezes há mesmo contradições.

> Sines foi já entregue há muito tempo, sacrificada, se quisermos.

Neste ponto, é obrigatório falar do fecho da Central Termoeléctrica a carvão de Sines. Para Bruno Candeias, se este «foi um contributo essencial, o problema é que existem coisas que se tornam difíceis para todos aqueles que defendem esse caminho do encerramento. Uma, é agora importar de Espanha ou de Marrocos energia que vem do carvão ou do nuclear, o que é uma hipocrisia. O segundo aspecto é que, de 400 trabalhadores, 300 foram para o fundo de desemprego. Não houve um planeamento sério para fazer disto um exemplo nacional, para que todos pudessem ver que sim, é possível encerrar indústrias poluentes sem que ninguém perca os seus direitos e os seus postos de trabalho. No entanto, não foram vistos como trabalhadores penalizados pela transição, mas entregues à selvajaria do mercado de trabalho. Foi muito mau.»

«No caso da Central, se o nosso Sindicato dizia que não vale a pena andar para trás, temos é de encontrar soluções; tínhamos a CGTP à porta da fábrica a dizer que era urgente que não fechasse, a apelar à produção nacional e à nacionalização de sectores estratégicos. A perspectiva é sempre a mesma e a questão ambiental é secundarizada. Desde que seja estratégico do ponto de vista económico para o Estado, a questão do carvão é pouco relevante. Um tipo de discurso que não ajuda muito na própria comunidade local onde, com essas entropias, não há entendimento.»

António Pusceddu prefere enquadrar o discurso da CGTP na «reconfiguração que começou há vinte anos para fazer de Sines uma porta de entrada no circuito global de mercadorias, mais do que um lugar de produção. Daí terem um discurso sobre a soberania nacional e defesa das capacidades produtivas. Discurso que perdurou no encerramento da Central. Este foi um daqueles casos exemplares em que tudo é alimentado para aquele tipo de conspiração à volta da Transição. Alguém diria "conspiração", mas é realmente um caso claro desta grande reestruturação do Capital na dita Transição verde. A acção do Estado, da Câmara, revelou falta de capacidade de resposta e que a EDP poderia fazer o que quisesse. Em nome da Transição. O discurso da soberania nacional e da defesa produtiva levanta um paradoxo que não é de resposta fácil e é partilhado por muitos: daqueles que podem ter posições negacionistas aos que tenham uma clara posição de defesa da necessidade de uma Transição, questionando contudo se é possível ter uma Transição Energética nacional. Qual é o contributo oriundo de uma migalha, como Portugal, numa dimensão global? É evidente que esse discurso levanta questões. E depois, enfim, encerra-se a Central e aumenta o volume do tráfico marítimo do Porto de Sines, responsável pelas maiores emissões. Um conjunto de paradoxos e, claramente, de contradições».

Migrantes, Salários e Habitação

Ambiente à margem, em Sines há outras preocupações. Diz-nos António que «há mais uma preocupação com o efeito que está a ter esta expansão industrial, em termos de um grande número de força de trabalho, na sua maioria de comunidades migrantes, em condições bastante complicadas, e uma série de fricções que se estão

a agudizar em relação aos salários. Porque esta sobreabundância de mão de obra resulta em *dumping* salarial e está a criar uma situação bastante explosiva em relação às formas regressivas que estes salários podem ter. Acho que as preocupações são mais nesse sentido. Há um conjunto de transformações que já aconteceram no sentido de uma maior precarização, como se vê pelo número de agências de trabalho temporário, que em Sines é absurdo, ou quando no Porto de Sines se cria uma empresa onde em 1200 estivadores nem 100 são directos. Daí a grande preocupação com a deterioração das condições de vida, com o grande afluxo de trabalhadores, a falta de habitação e a questão salarial. Dentro destas questões não vejo haver grande preocupação por parte dos trabalhadores sobre a questão ambiental, nem climática.»

O investigador recorda o movimento pela justiça climática, como alguma preocupação da Climáximo numa aproximação a Sines. «Mas no *feedback* que continuo a ter de pessoas que estão de alguma forma alinhadas com as mesmas estratégias, a percepção é de desacordo profundo com as modalidades e a ingenuidade em trazer modelos de acção mais metropolitanas, que num contexto de Lisboa e Porto têm possibilidade de crescer, mas num contexto mais pequeno, onde a questão laboral é muito mais forte, correm o risco de ter o efeito contrário.»

Bruno Candeias sabe que está perante «um apego ainda muito grande às concepções vindas do socialismo real, digamos assim, da industrialização e do progresso. Aquela lógica do progresso a favor dos trabalhadores, que é a história de Sines. A lógica de esquerda aqui criada a seguir ao 25 de Abril ou a que existe actualmente, uma lógica totalmente de mercado, é igual. Só muda a cor da bandeira. Emprego, emprego, emprego e o resto não interessa. Quando foi da operação *Influencer*, mais do que o estrito caso, a nível local todos vieram a partilhar uma mesma linha fundamental: os projectos não podem parar, queremos desenvolvimento. Por outro lado, em São Domingos ou no Cercal, geraram-se pequenos movimentos de cidadãos que têm feito um trabalho imenso, porque há a consciência da destruição da identidade rural que os levou a viver ali. Aí é possível chegar próximo das pessoas e ser compreendido porque há de facto uma fractura. Aqui o grande desafio é como conseguirmos criar uma narrativa que seja aceite e consiga disputar o espaço público desta identidade e dependência industrial. Há uma incapacidade muito grande de quem defende os caminhos alternativos em derrubar a barreira da comunicação.»

> Tentar encontrar soluções, narrativas que permitam defender o trabalhador na transição justa (...) não é fácil porque entramos num patamar de suposições, e para os trabalhadores as suposições são nada.

O que mobiliza?

«A percepção da transição permanece muito no campo teórico académico», acaba por nos dizer António Pusceddu. «Poderemos falar de muitas respostas, como a reindustrialização noutro sentido, mas qual é o sujeito que transportará as respostas? Não é apenas elaborar as respostas, mas qual é essa massa crítica. O facto de não existir talvez advenha desta ser uma cidade constrangida em termos de dimensão, apesar de agora não sabermos exactamente quantas pessoas estão a morar em Sines. Moro no bairro Amílcar Cabral, onde há uma associação que funciona como apoio aos migrantes, que estão a aumentar. A conjuntura é super favorável para o capital, com milhares de trabalhadores à disposição, sem nenhuma responsabilidade em termos de emprego numa selva de empreiteiros.»

Bruno contrapõe a ideia de uma reindustrialização apelando ao papel do Estado e aos empregos para o clima. «É obviamente muito difícil voltarmos à ideia da pequena aldeia, até porque há uma identidade industrial aqui que não pode ser desvalorizada. Pelo que se quisermos fazer uma reindustrialização adaptada à nossa realidade e aos novos desafios, nomeadamente à questão climática, que tenha uma perspectiva social agregada, temos de pensar que tipo de indústrias faz sentido existirem.»

Intersectando a linha condutora deste raciocínio, António, antropólogo à escuta, liga a omnipresente visão trabalhista com «essa ideia do senso comum, banal, mas recorrente, de que "as pessoas só pensam no trabalho". E aí vês as dimensões de vida a esvaziarem-se, da vida cultural, da vida em comunidade. Os sítios de referência da cidade abandonados, como se esta fosse somente uma reserva da força de trabalho.»

Chegamos ao fim da conversa e para Bruno Candeias «a propaganda que é feita, muito forte e difícil de combater, é de que Sines vai se transformar radicalmente num pólo industrial verde. Essa é a falácia. E não há uma conexão entre as pessoas que aqui vivem e as pessoas dos territórios que vão ser sacrificados aqui ao lado. Propositadamente. Pelo que há que tentar conseguir criar um elo entre tudo isto.»

> A percepção é de desacordo profundo com as modalidades e a ingenuidade em trazer modelos de acção mais metropolitanas, que (...) num contexto mais pequeno onde a questão laboral é muito mais forte, correm o risco de ter o efeito contrário.

Para António Pusceddu «fica a pergunta em cima da mesa: como é que essa articulação consegue ir além da pequena obrigação do indivíduo, ou seja, qual é o motivo mobilizador? A defesa do ambiente, a justiça climática, concordamos todos, mas há que aumentar a parada. O discurso climático é "o" discurso, logo subordinado à justiça climática algo que me parece politicamente um bocado míope. Podemos todos concordar, mas aqui a mobilização está a fazer-se para quê, exactamente? Parece-me demasiado evanescente. Não quer dizer que a questão climática não seja um problema, mas será um motivo socialmente mobilizador fora de alguns contextos?».

Hortas do bairro Amílcar Cabral. Foto: António Pusceddu

Os Soulèvements de la Terre e o livro *Premières secousses*

Recentemente editado em França pela La Fabrique, o livro *Premières secousses*, escrito pelo movimento dos Soulèvements de la Terre, apresenta uma série de recursos teóricos, estratégicos e táticos essenciais para fazer descer as lutas ecológicas e ambientais à terra.

UMAS AMIGAS DOS SOULÈVEMENTS DE LA TERRE
FOTOS **LUNDI MATIN**

Ação em 20 de dezembro de 2023 contra a cimenteira Lafarge de Bouc-Bel-Air

«Fazer descer a ecologia à terra: por uma luta terra a terra» não é apenas uma simples formulação — é uma linha política. Lê-se logo nas primeiras páginas do livro *Premières secousses* [Primeiros tremores], escrito pelo movimento francês dos *Soulèvements de la terre* (doravante SDT)[1] e publicado pela editora francesa La Fabrique em abril de 2024. No início do livro, podemos continuar a ler: «Trazer a ecologia para a terra significa desistir da ideia de "salvar o planeta". Esta ambição de super-heróis é demasiado grande para nós. A Terra não precisa de nós. Ela precedeu-nos e sobreviver-nos-á. Esta pretensão é tão exagerada como as suas consequências são irrisórias. Esta ambição é muitas vezes reduzida ao apelo a um hipotético "governo mundial" para que tome "medidas" contra as alterações climáticas. Tal como o céu, o clima parece estar fora do nosso alcance. Como um todo inacessível, ele ergue-se acima de nós e excede-nos. A primeira vaga do "movimento climático" confrontou-nos com esta impotência. [...] Perante este impasse, nós apostamos numa ecologia terra a terra, enraizada nas lutas pelo acesso à terra e nas lutas territoriais» (p. 15).

Os SDT são um movimento nascido em 2021 de uma assembleia na ZAD de Notre-Dame-des-Landes (França) na qual participaram duzentas pessoas de diferentes coletivos de agricultores[2], ambientalistas, sindicais e autónomos. A assembleia reunia-se em torno de duas questões principais: a artificialização e a usurpação de terras, analisadas nas suas dimensões ecológicas e agrícolas, mas também sociais e coloniais. Durante a assembleia, foi decidida uma primeira série de ações a realizar durante um período de seis meses em várias zonas onde estavam iminentes projetos de usurpação de terras. Os métodos de ação foram rapidamente definidos: manifestações, bloqueios, ocupações de terras e *desarmamentos*. Desde o início, a composição está no centro da abordagem organizacional dos SDT. Contrariando o fetichismo identitário, em que cada um fica confinado a formas de ação convencionais: *lobbying* e recursos jurídicos, mobilização de massas ou confronto, legalidade ou ilegalidade, acontecimento simbólico ou sabotagem concreta. A composição visa, por um lado, a articulação de diferentes alavancas, de forma a unir forças e a dar o melhor de cada uma delas, agindo de forma híbrida, o que aumenta as chances de um desfecho vitorioso, e, por outro, permite uma não dissociação entre uns e outros e a vontade de não deixar que o Estado faça o trabalho de separação e classificação necessário ao exercício da repressão.

> Os SDT são um movimento nascido em 2021 de uma assembleia na ZAD de Notre-Dame-des-Landes (França) na qual participaram duzentas pessoas de diferentes coletivos de agricultores, ambientalistas, sindicais e autónomos.

Em três anos, os SDT realizaram cerca de quarenta ações em toda a França em apoio às lutas locais: defesa de hortas comunitárias periurbanas, lutas contra projetos rodoviários, contra as infraestruturas de alta velocidade destruidoras de vales e montanhas (como o túnel Lyon-Turim) e contra as indústrias do betão, as suas pedreiras e cimenteiras. Desempenharam um papel ativo na alteração da relação de forças numa série de lutas locais: contra as megabacias de retenção hídrica[3] e contra a autoestrada A69 (Toulouse-Castres); e apoiaram uma série de vitórias de etapa: impedindo a extensão da pedreira da Lafarge em Saint-Colomban, travando o projeto de megabacia em La Clusaz e bloqueando as obras no glaciar da Girose (Alpes). As estratégias têm sido vitoriosas, a ponto de forçar o Estado francês a uma escalada de criminalização do movimento: violência policial com recurso a armas de guerra, repressão jurídica dos membros dos SDT, acusações de «ecoterrorismo» e a tentativa de dissolução do movimento[4].

Os SDT são um movimento impulsionado pelo desejo de sair do sentimento de impasse e de paralisia catastrofista, redescobrindo a confiança e a alegria na ação direta coletiva. Um movimento que considera que assumir um certo grau de ilegalidade, de desobediência e de conflitualidade é hoje absolutamente necessário para preservar as terras e a água, mas que é também necessário atuar paralelamente em várias outras frentes políticas e jurídicas. Perante tais desafios, nenhuma alavanca deve ser negligenciada; cada aliado é tão precioso como a análise ontológica dos nossos inimigos.

Premières secousses foi escrito a mais de dez mãos e revisto por dezenas de pessoas *desde* o coração do movimento — é um balanço de etapa destes três anos dos SDT. O livro formula as quatro hipóteses políticas dos SDT*: o desarmamento do betão, o desmantelamento do complexo agroindustrial, a reapropriação de terras e a construção de uma organização passo a passo*. O livro aborda também os paradoxos e as contradições que atravessam o movimento, nomeadamente: a voluntariedade ativista *versus* a vontade de ancorar o movimento a longo prazo, a elaboração estratégica que implica a escolha da concentração de forças em determinados locais e a atenção às dinâmicas horizontais e transversais do movimento. O livro elabora igualmente certas posições políticas: sobre a natureza, a recusa da defesa reacionária da terra, a subsistência, a relação com o Estado e a catástrofe; e deseja alimentar o debate sobre o que poderiam ser formas de organização revolucionárias e redes de resistência.

O livro está estruturado em torno das quatro hipóteses políticas dos SDT. Cada parte apresenta a hipótese e aborda os seus próprios paradoxos, baseando-se em relatos de ações vividas, construindo as palavras a partir dos gestos e evitando, assim, um discurso sem chão.

A primeira parte, *desarmar o betão*, introduz a necessidade do *desarmamento* face à cumplicidade entre o Estado e as empresas. Por outras palavras, apela à organização coletiva para travar as infraestruturas de devastação, com base no legado histórico das lutas operárias e ambientais. No livro constrói-se uma semântica em torno do termo *desarmamento* : «*O "desarmamento" tem a vantagem de explicitar numa só palavra*

Confrontos entre manifestantes e polícia contra as mega-bacias de Sainte-Soline

o alcance ético do gesto e a natureza dos alvos. Constitui uma espécie de moral provisória para a ação: o que nos mata, temos o direito de o desfazer. É uma autodefesa primordial e os meios são inteiramente orientados para um fim […]. O desarmamento provoca uma deslocação ao relegitimar a ação direta através da nocividade evidente dos alvos a que se dirige» (p. 53).

O objetivo, portanto, é o desarmamento do betão, que é um dos materiais mais nocivos do planeta e está em constante expansão, tendo as suas quantidades triplicado nos últimos vinte anos. A corrida à produção de betão é indissociável da uniformização dos territórios e da artificialização da terra. A «necessidade» de produzir betão serve de pretexto para o controlo colonial dos seus promotores em todo o mundo.

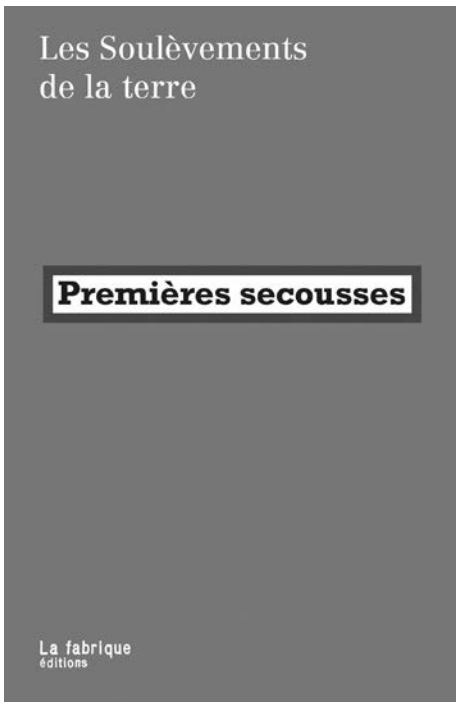
A segunda parte trata do *desmantelamento do complexo agroindustrial,* da organização contra os sectores agroindustriais que devastam os organismos vivos (solo, água, biodiversidade), destroem o campesinato e monopolizam os rendimentos dos agricultores, apanhados num impasse entre as indústrias a montante: fornecedores, vendedores de equipamentos agrícolas, empresas de sementes industriais, vendedores de insumos e alimentos; e as indústrias a jusante: cooperativas de recolha-distribuição, supermercados e indústrias agroalimentares. Estrategicamente, os SDT optam

O livro está estruturado em torno das quatro hipóteses políticas dos SDT. Cada parte apresenta a hipótese e aborda os seus próprios paradoxos, baseando-se em relatos de ações vividas, construindo as palavras a partir dos gestos e evitando, assim, um discurso sem chão.

por atacar certos sectores tóxicos e certos pontos específicos de alguns sectores (por exemplo, a inadaptação às alterações climáticas, que permite manter um modelo para as megabacias, a intensificação dos fluxos de tráfico para as autoestradas e para as plataformas logísticas), na convicção de que concentrar as forças é mais eficaz do que dispersá-las por todo um conjunto de lutas. É por isso que optam por uma relação estratégica e conflituosa com o Estado e os *lobbies* industriais. Por um lado, apoiando a exigência de moratórias e de reformas estruturais, à imagem de certas componentes sindicais do movimento que têm uma ancoragem jurídica, e, por outro, visando a co-construção de uma rede de resistência a vários níveis (base de retaguarda logística, jurídica, material, de cuidados médicos e de abastecimento alimentar, entre outros).

A terceira parte aborda a necessidade da reapropriação de terras, na qual se pode ler : *«Numa altura em que Elon Musk está a colonizar os céus, a terra — os seus usos e a sua partilha, como é cuidada e trabalhada — é uma questão política crucial. A terra dá-nos uma aderência ao mundo. A questão fundiária está na interseção entre a questão ecológica, a questão social e a questão colonial.»* Parar os grandes projetos infraestruturais de betão e desmantelar o complexo agroindustrial abre a perspetiva da necessidade da reapropriação de terras e de uma reforma agrária que arranque a terra e a água à lógica do mercado e as transforme em comuns, a fim de conciliar: a defesa das condições de vida e de trabalho dos agricultores, o favorecimento das instalações camponesas, o cuidado da terra e dos seres vivos, a preservação da água, a construção de uma autonomia alimentar e o acesso de todos à terra, à água e a uma alimentação de qualidade. A perspetiva geral é a de uma economia de subsistência, ou seja, a da produção de bens essenciais inseridos em relações sociais desejáveis, em vez de uma sociedade organizada com vista à produção de mercadorias. Esta perspetiva é acompanhada de uma rejeição: a de uma defesa reacionária da terra e da vida, encarnada em correntes que querem fronteiras herméticas entre nações e géneros (racismo/transfobia/homofobia). Defende-se seres vivos múltiplos e territórios abertos!

A quarta parte do livro aborda a construção de uma organização passo a passo. Apesar de uma desconfiança em relação às organizações, em parte na sequência de exemplos de projetos revolucionários infelizes e das suas recuperações burocráticas; e depois de observar os limites de um ativismo disperso, de ações e compromissos sem amanhã, sente-se a necessidade de uma forma de organização coerente. A degradação do clima, a ameaça fascista, o agravamento das desigualdades e das alienações causadas pelo imperialismo mercantil em todas as esferas da vida tornam, mais do que nunca, necessária a criação de espaços organizacionais capazes de provocar mudanças emancipatórias. Esta última parte do livro pretende ser uma contribuição para o debate histórico sobre as modalidades de organização, essencial a qualquer perspetiva de transformação radical do mundo.



Se o surgimento do movimento dos *Soulèvements de la terre* foi a melhor notícia dos últimos anos no que diz respeito às lutas ecológicas e ambientais, a publicação do livro que aqui abordamos parece-nos um contributo essencial, com os recursos teóricos, estratégicos e táticos que nos apresenta, para as lutas ecológicas, agrícolas e sociais, transmitindo o gosto e a necessidade absoluta da ação direta coletiva.

NOTAS

1 Decidimos guardar para este texto o nome original do movimento em francês. A tradução em português seria algo entre "as revoltas da terra, os levantamentos da terra" ou "as insurreições da terra".

2 Em francês, *paysan* remete para quem cultiva a terra fora de uma lógica produtivista e com respeito pelos ciclos da terra, associado ao sindicato agrícola de esquerda — a Confédération Paysanne — e a nível internacional à Via Campesina. No texto ora se usa camponês e campesinato, ora agricultor.

3 As megabacias de retenção hídrica são gigantescas instalações de armazenamento de água destinadas a satisfazer as necessidades da agroindústria, nomeadamente durante os meses de seca. Trata-se de enormes bacias artificiais, plastificadas e impermeáveis, de uma superfície de 8 a 18 hectares, ou seja entre 10 e 23 campos de futebol. Contrariamente ao que os seus promotores pretendem, o armazenamento da água faz-se através do bombeamento de água, quer se trate de águas subterrâneas (lençóis freáticos) ou de rios.

4 Ligação para a tradução em português do texto publicado na sequência da ameaça de dissolução do movimento dos SDT pelo Estado francês em março de 2023: https://bit.ly/4cMaFqH

Álbum americano.
Os maus e os bons imigrantes

JORGE VALADAS
ILUSTRAÇÃO **ANDRÉ LEMOS**

O Partido Republicano, agora dominado por um Trump que tornou cativa a sua base, opõe-se à continuação da ajuda à Ucrânia porque quer afectar o dinheiro à «verdadeira defesa da América»: a «guerra contra a imigração» e a «segurança da fronteira sul». A questão da imigração entrou, assim, no debate sobre a guerra. Os mesmos republicanos erguem-se agora, antecipadamente, contra a possibilidade de os palestinianos que escaparam ao massacre encontrarem refúgio nos Estados Unidos! Numa entrevista a um blogue racista, Trump acrescentou mais uma camada de teoria medieval: «Os imigrantes estão a envenenar o sangue do nosso país.»

As multidões, crianças e velhos, mulheres e homens, actualmente nos caminhos do exílio, em busca de condições de sobrevivência, são um dos aspectos mais violentos da presente decadência do capitalismo. As guerras e as crises climáticas, as destruições, os massacres, as catástrofes e os colapsos políticos estão na origem da ruína das sociedades. Nos Estados Unidos, tal como na Europa, em África e na Ásia, os poderes estabelecidos, co-responsáveis por estas catástrofes, tentam encontrar uma saída isolando-se. Rejeitando o *Outro*. Os muros, as separações de todo o género, são a expressão do pensamento político mais primário. Sabemos que as separações não protegem nada nem ninguém, aumentam o sofrimento e não impedem o movimento das populações que nada têm a perder, porque já perderam tudo, excepto a esperança de sobreviver. Políticas que, além do mais, beneficiam as máfias e os bandos que «rentabilizam» o comércio de seres humanos. A actual administração democrata prima pela hipocrisia. Depois de ter feito promessas demagógicas, Biden prossegue as mesmas políticas que os seus antecessores, deportando pessoas a todo o momento e continuando a construir o muro entre o México e os Estados Unidos, enquanto afirma que o muro «é ineficaz» e que não é uma solução séria para o problema! A catástrofe está a alastrar e o fluxo de pessoas que fogem para a «terra prometida» não pára de crescer. Desde 2021, um recorde de dois milhões de pessoas atravessaram a fronteira sul (*The Boston Globe*, 6/10/23). Só em 2023, mais de 400 000 pessoas já entraram no país, 200 000 em Setembro, e todos os dias há, em média, 8000 novos pedidos de asilo. Nos últimos anos, o colapso de um grande país como a Venezuela agravou esta tendência. A fraude do socialismo bolivariano atirou centenas de milhares de pessoas para o exílio. Quase meio milhão de venezuelanos já se encontram nos Estados Unidos. Representam uma grande parte dos recém-chegados. Depois da classe média, são agora os proletários que tentam atravessar a pé a selva, a caminho do Norte. A actual administração acaba de criar um estatuto especial para os venezuelanos, mas também para os cubanos e os haitianos, que, por sua vez, fogem de um país onde os bandos substituíram o Estado. O objectivo é conceder-lhes uma autorização de residência temporária com direito a trabalhar, a fim de aliviar os centros de acolhimento.

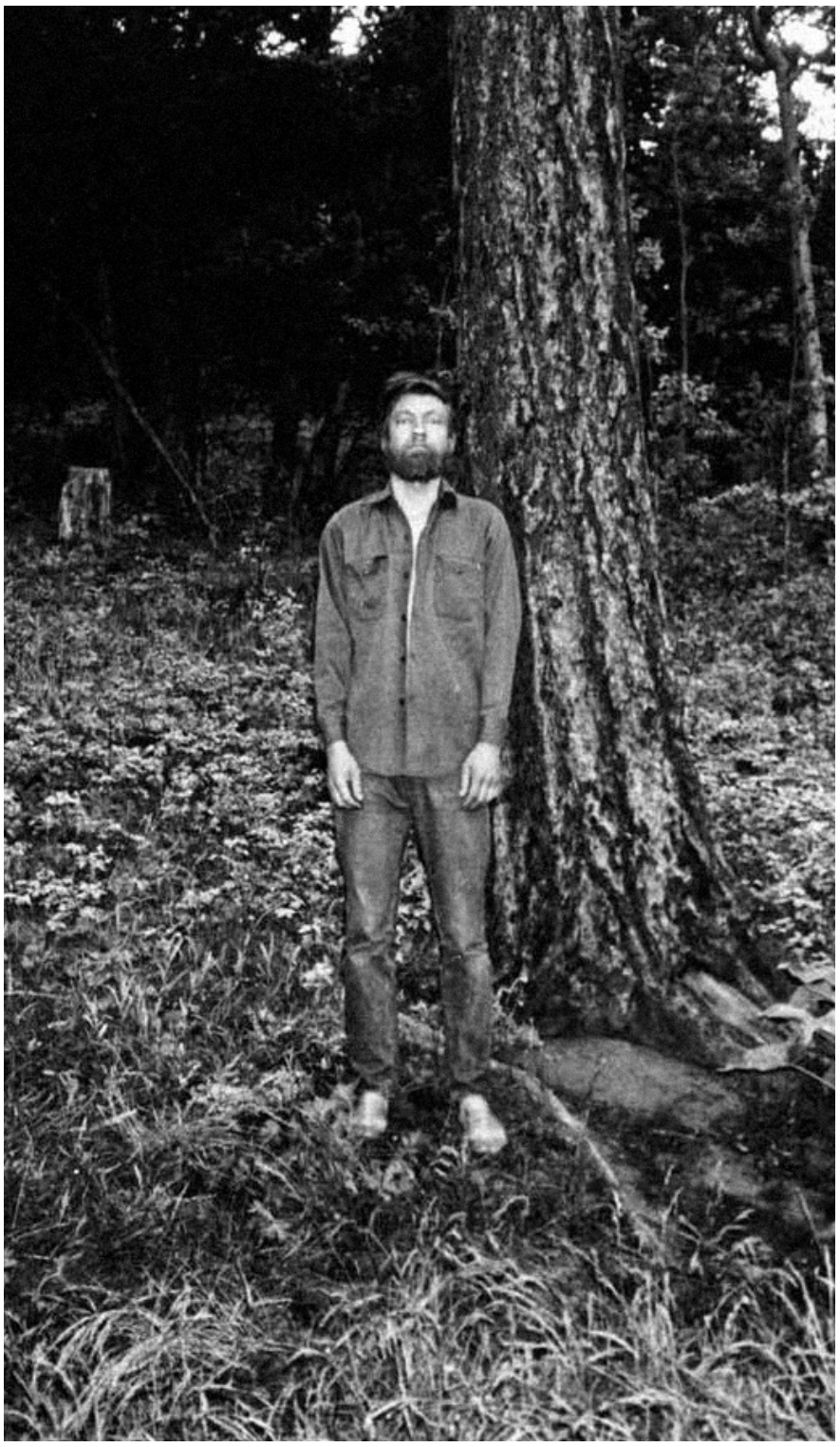
> Uma América onde «o sonho» se desfez, onde a pobreza branca também se generaliza. Os recém-chegados são confrontados com esta nova realidade, encontrando-se em concorrência com outros pobres.

As pequenas cidades fronteiriças do Sul dos Estados Unidos não conseguem fazer face à vaga de refugiados. Em Eagle Pass (Texas), uma pequena cidade de 28 000 habitantes, chegam mais de 10 000 pessoas por semana. O único abrigo para imigrantes está sobrelotado e as organizações de ajuda não têm recursos. O presidente da Câmara declarou o estado de emergência... (*Wall Street Journal*, 22/09/23). Nas grandes cidades da Costa Leste, para onde a maioria dos imigrantes se dirige na esperança de encontrar refúgio, trabalho e alojamento, bem como apoio para os seus filhos, os serviços sociais estão sobrecarregados. Os autarcas estão a pedir recursos adicionais ao governo federal. Com efeito, a lei determina que as cidades são obrigadas a dar abrigo aos imigrantes que se registam.

Em todos os Estados Unidos, a população imigrante é já omnipresente no funcionamento da sociedade, dos serviços à construção, da agricultura à indústria. Os proletários da América Central, e agora também da América do Sul, mantêm a máquina económica a funcionar. Uma América onde «o sonho» se desfez, onde a pobreza branca também se generaliza. Os recém-chegados são confrontados com esta nova realidade, encontrando-se em concorrência com outros pobres. Por sua vez, para a classe capitalista, a imigração continua a ser uma dádiva de Deus, um factor económico de rentabilidade. A aspiração de «sobreviver» transforma os recém-chegados em presas fáceis de explorar, enquanto os «pobres autóctones» estão, na maior parte das vezes, demasiado destruídos para trabalhar. A classe política voga na indecência, fazendo equilibrismo entre o sofrimento dos que já não podem viver e o dos que querem viver. Durante uma sua visita ao México, o presidente da Câmara de Nova Iorque tentou demolir a miragem do sonho americano, avisando os futuro imigrantes de que uma vida de miséria os esperava no Norte. Sugere mesmo que o afluxo de imigrantes cria um «ambiente de desespero» e tem «um impacto no roubo de lojas» (*NYT*, 19/10/23). Não é certo que isso seja suficiente, há graus de miséria mais ou menos suportáveis. Depois de uma refeição bem regada, o homem foi discursar num Fórum Empresarial Americano-Mexicano, convidando as *startups* mexicanas a deixarem a Cidade do México e a instalarem-se em Nova Iorque! Os maus e os bons imigrantes.

As cartas do Unabomber

BORBOLETA AZUL
DESENHOS TED KACZYNSKI
WWW.THETEDKARCHIVE.COM
FOTOS WWW.THETEDKARCHIVE.COM



Ted Kaczynski, 04475-046, US Penitentiary Max, PO Box 8500, Florence CO 81226-8500. Foi a última morada do Unabomber (designação dada pelo FBI, acrónimo de *University-and-Airlines Bomber*), entre 5 de maio de 1998 até 10 de junho de 2023, dia em que morreu. A sua cela individual estava na ala das celebridades, adjacente às de Timothy McVeigh (bombista da cidade de Oklahoma), Luis Felipe (o «Rei do Sangue», fundador do gangue Latin Kings de Nova Iorque) e Ramzi Yousef (bombista do World Trade Center). Entre outros notáveis da Supermax contam-se os bombistas Richard Reid, Umar Farouk Abdulmutallab e Dzhokhar Tsarnaev, o espião Robert Hanssen e Joaquin «El Chapo» Guzman, líder do Cartel Sinaloa, México.

A Florence Supermax começou a ser construída em 1994 e abriu no ano seguinte. Foi concebida para os prisioneiros mais violentos, considerados um risco mesmo para as prisões de segurança máxima. Os reclusos estão confinados durante a maior parte do dia, a interação social é limitada e são mantidos sob supervisão constante, com uma elevada taxa de guardas por prisioneiro. Em 2012, a Supermax foi alvo de um processo federal por os responsáveis se recusarem a diagnosticar doenças mentais. Pelo menos sete reclusos cometeram suicídio, e inúmeros estudos confirmam que o confinamento prolongado nas celas solitárias afeta gravemente a saúde mental. Mas parece construída para Ted K, cujo pior medo é acabar por gostar do ambiente.

Para compreendermos como a Supermax se tornou a casa do Unabomber, temos de recuar no tempo. Em 1996, depois de ser denunciado ao FBI pela cunhada Linda Patrick, juntamente com o seu irmão David Kaczynski, o pior terror de David era que Ted fosse condenado à morte. A defesa, contra a vontade de Ted, alegou insanidade com base no parecer da Dra. Sally Johnson[1], que o diagnosticou com esquizofrenia paranoide por achar que a tecnologia moderna o controlava. A mesma médica alegou que Ted se sentia perseguido (argumento curioso tendo em conta que foi alvo da maior caça ao homem do FBI). Se fosse provado que era esquizofrénico, não iria para a Supermax, proibida legalmente de prender doentes mentais. Quando foi impedido de montar a sua defesa numa base antitecnológica, Ted declarou-se culpado para não ser declarado louco.

> Ted concebe o Sistema como a civilização tecno-industrial. Este Sistema transforma todos os indivíduos e seres vivos em roldanas da máquina, sem autonomia nem liberdade.

Unabomber quis ser levado a sério e cumpriu prisão perpétua. Temeu adaptar-se à prisão e esquecer-se das memórias de liberdade vividas em Lincoln, Montana, na sua propriedade[2]. «A comida aqui é surpreendentemente boa, às vezes é aveia», diz numa entrevista à revista Times, onde conta que confraterniza com os outros presos e que estes não são tão violentos quanto os imaginam[3]. Na carta que escreve da prisão a uma primitivista turca, defende que a violência não é inerentemente boa nem má, mas depende de como é usada e para que propósito[4]. Provavelmente, concordaria com o primatólogo Robert Sapolsky, que afirma que só odiamos a violência quando está no contexto errado[5].

A primeira entrevista que Ted deu na Supermax foi a Theresa Kintz, na altura editora da Earth First!. Confessou-lhe que o principal motivo para enviar bombas pelo correio foi estar com muita raiva e desejar vingança. O que o enraiveceu foram as motas de neve na montanha, o barulho da serração adjacente à casa de madeira que construiu, os aviões e, por fim, a estrada que abriram, cortando imensas árvores e terminando de vez com a sua paz. «Se ninguém tivesse cortado as estradas, eu podia viver lá e o resto do mundo podia tomar conta de si mesmo»[6]. É esta invasão do seu espaço, da sua autonomia e liberdade que o leva a retaliar contra o sistema inteiro. «O que é interessante em Ted é que o pessoal é político», diz Theresa. E é precisamente a construção desse pessoal-político que é ímpar em Ted, e que aprofundaremos de seguida.

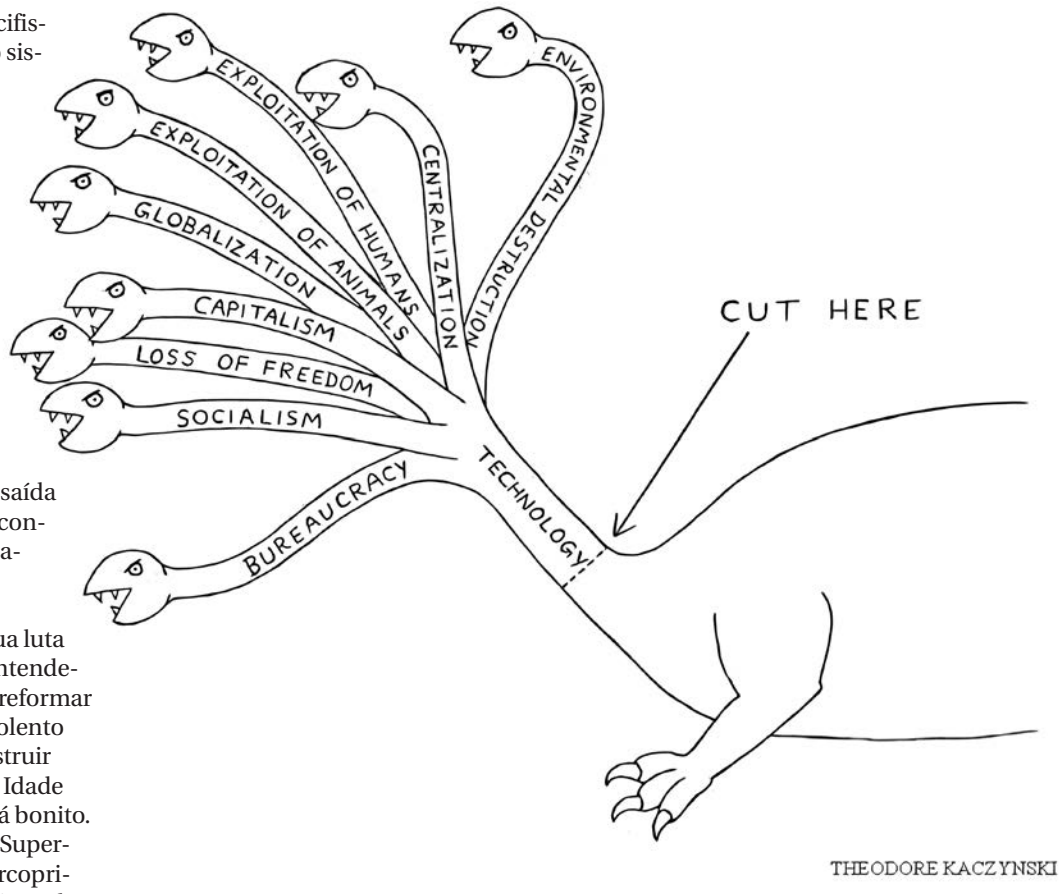
Ted concebe o sistema como a civilização tecnoindustrial. Este sistema transforma todos os indivíduos e seres vivos em roldanas da máquina, sem autonomia nem liberdade. A crítica de Ted nasce do coração do sistema, tendo em conta que nasceu nos EUA e teve uma vida que hoje seria considerada privilegiada. Nunca teve problemas de dinheiro, e com um QI de 167 ingressou na universidade aos 16 anos. Dedicou-se à matemática teórica precisamente por não ser aproveitável pelo sistema e por gostar de quebra-cabeças, mas não queria passar a vida toda em jogos inúteis. Foi professor universitário durante alguns anos e, assim que poupou algum dinheiro, comprou a sua floresta em Montana e procurou viver como eremita a partir da natureza.

Infelizmente, o lugar não era tão remoto como esperava. Apesar de Montana ser um dos estados recomendados para quem quer aventurar-se a viver *off-grid*, é também um dos lugares onde as indústrias mineira, madeireira e turística têm grande expressão. Foi-lhe impossível estar sossegado, e jurou vingança ao espírito da floresta junto a um curso de água.

Entre os alvos das bombas de Ted K contam-se universitários, donos de lojas de computadores, aviões e pilotos, e lobistas de empresas madeireiras. Nas suas palavras, procurava atacar o «coração do sistema» que produz o conhecimento necessário à civilização tecnoindustrial. Ele lança um desafio moral formidável

às pessoas que se consideram pacifistas e contra a violência: quando o sistema cair, trará a miséria e apocalipse a muitas pessoas e será violento, como viverão com isso então?[7] A conversa com Theresa Kintz aprofunda a questão da violência justificável. O interesse de Ted em Theresa prende-se com esta ter considerado justificável a destruição de uma estância de esqui numa reserva de proteção de lince. Imagino que estudasse formas alternativas para a sua defesa. A questão levantada por Theresa culminou na fratura entre ativistas e na sua saída da revista, por uma grande parte considerar a sabotagem como politicamente contraproducente.

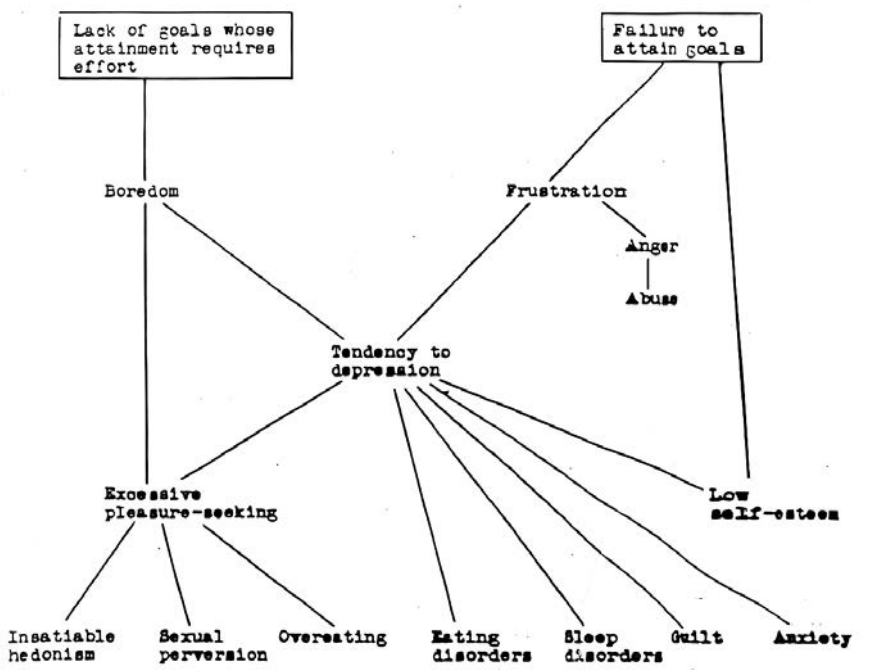
Ted nunca se considerou anarquista e declarou sempre que a sua luta não é política na forma em que entendemos a política. Ted não pretende reformar o sistema nem torná-lo menos violento ou inclusivo. A sua proposta é destruir a civilização e fazê-la recuar até à Idade da Pedra, e avisa-nos que não será bonito. Sobre este tema escreve livros na Supermax e corresponde-se com o anarcoprimitivista John Zerzan, de quem discorda profundamente, não subscrevendo a visão romântica do bom selvagem, salientando que as sociedades primitivas estão repletas de desigualdades sociais, homofobia e abusos de mulheres, crianças e animais. O que Ted nos diz é que, mesmo assim, seria melhor do que viver na civilização, admitindo que, para quem procura a igualdade de género e os direitos humanos na deficiência, a civilização poderá ser a melhor hipótese.

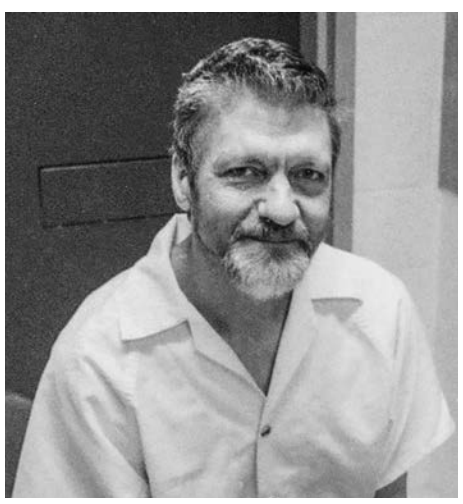


THEODORE KACZYNSKI

DIAGRAM OF SYMPTOMS RESULTING FROM DISRUPTION OF THE POWER PROCESS

DIAGRAM OF SYMPTOMS RESULTING FROM DISRUPTION OF THE POWER PROCESS



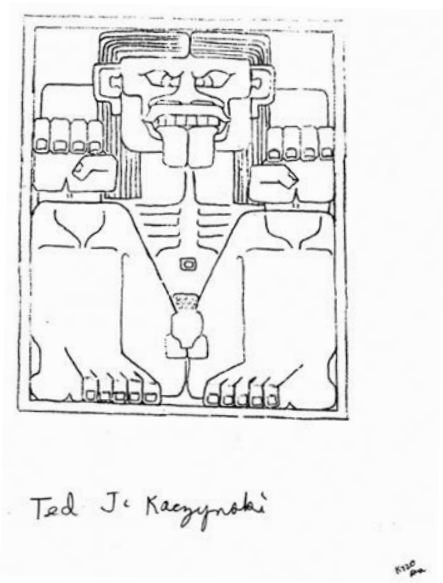


> Do ponto de vista da civilização é difícil não o considerar louco. Simultaneamente, poucos conseguem atacar os seus argumentos filosóficos.

Ted diz-nos que odiou viver na civilização e procurou mais pessoas como ele enquanto viveu na Supermax. Trocou numerosas cartas com ativistas e respondeu sempre cordialmente a todas. Considera que levou uma vida produtiva e esperou por um verdadeiro movimento de rebeldes que não fossem desviados das ações revolucionárias por um esquerdismo que considera pior do que inócuo, ao afastar os jovens da verdadeira capacidade de destruir o sistema, ao invés de o criticar ou reformar.

Do ponto de vista da civilização, é difícil não o considerar louco. Simultaneamente, poucos conseguem atacar os seus argumentos filosóficos. De forma provocadora, podemos dizer que Unabomber também faz parte do sistema. Sigmund Freud contemplou-o no livro *Civilização e os Seus Descontentes*, que, ao invés de patologizar os descontentes, dá-lhes razão, subscrevendo que o compromisso entre o conforto da civilização e a autonomia pode ser intolerável para alguns, levando-os à infelicidade permanente. Em última análise, este é o argumento central de Ted:

> Lança um desafio moral formidável às pessoas que se consideram pacifistas e contra a violência: quando o sistema cair, trará a miséria e apocalipse a muitas pessoas e será violento, como viverão com isso então?



a civilização torna-nos infelizes e causa um enorme sofrimento mental e psíquico, que se torna físico. «Basta olhar para as notícias do mundo agora», diz o seu carcereiro no documentário *Unabomber: in its own words*. Mais vale sair dela cedo do que tarde, o sistema vai-nos condenar a todos.

Suspeito que o Unabomber tenha encontrado alguma paz na Supermax. No fim de contas, prender um eremita na solitária não é lá grande castigo, ainda mais quando pode trocar correspondência. Suicidou-se depois da quimioterapia não funcionar contra o cancro retal que desenvolveu. Os trabalhos completos de Ted Kaczynski estão disponíveis no Ted K Archive (www.thetedkarchive.com), incluindo desenhos, um aviso para apanhadores de bagas e a descrição de uma cenoura amarela. A nós, resta-nos viver com as suas cartas.

NOTAS

1 Magid, A. K. (2009). *The Unabomber revisited: Reexamining the use of mental disorder diagnoses as evidence of the mental condition of criminal defendants*. Indiana Law Journal, 84(5), 1. (https://ilj.law.indiana.edu/articles/84/84_Magid.pdf)

2 *What worries me is that I might, in a sense, adapt to this environment, in the sense that I'll actually become comfortable here and not resent it anymore and I'm afraid that as the years go by, I might lose my memories of the mountains and the woods, and that's what really worries me.* (excerto da entrevista com Theresa Kintz, https://www.thetedkarchive.com/library/theresa-kintzs-interview-with-ted-kaczynski).

3 *"The food here, believe it or not, is pretty good, Sometimes it's oatmeal..." https://www.thetedkarchive.com/library/time-magazine-s-interview-with-ted-kaczynski*

4 *it is clear that a significant amount of violence is a natural part of human life. There is nothing wrong with violence in itself. In any particular case, whether violence is good or bad depends on how it is used and the purpose for which it is used.* (https://www.thetedkarchive.com/library/ted-kaczynski-kevin-tucker-ted-kaczynski-s-interview-with-a-turkish-primitivist)

5 Sapolsky R. (2018). *Behave: The biology of humans at our best and worst*. Penguin

6 *The honest truth is that I am not really politically oriented. I would have really rather just be living out in the woods. If nobody had started cutting roads through there and cutting the trees down and come buzzing around in helicopters and snowmobiles I would still just be living there and the rest of the world could just take care of itself. I got involved in political issues because I was driven to it, so to speak. I'm not really inclined in that direction.* (https://www.thetedkarchive.com/library/theresa-kintzs-interview-with-ted-kaczynski)

7 *I think that the only way we will get rid of it is if it breaks down and collapses. That's why I think the consequences will be something like the Russian Revolution, or circumstances like we see in other places in the world today like the Balkans, Afghanistan, Rwanda. This does, I think, pose a dilemma for radicals who take a non-violent point of view. When things break down, there is going to be violence and this does raise a question, I don't know if I exactly want to call it a moral question, but the point is that for those who realize the need to do away with the techno-industrial system, if you work for its collapse, in effect you are killing a lot of people. If it collapses, there is going to be social disorder, there is going to be starvation, there aren't going to be any more spare parts or fuel for farm equipment, there won't be any more pesticide or fertilizer on which modern agriculture is dependent. So there isn't going to be enough food to go around, so then what happens? This is something that, as far as I've read, I haven't seen any radicals facing up to.* (https://www.thetedkarchive.com/library/theresa-kintzs-interview-with-ted-kaczynski)

Votar é abdicar!

GASTÃO DE LIZ

«A coerção é o meio menos eficiente de obter ordem.»
Ursula K. le Guin, *Os Despojados*

Na véspera das eleições europeias recebi as seguintes mensagens piedosas: «Votar é mais importante do que nunca» e «Somos todos responsáveis pelas escolhas que fazemos. Pior que ter uma má escolha é mesmo não ter opinião ou não se envolver.»

Precisamente porque sou responsável, tenho opinião e me envolvo, resolvi no dia das eleições escrever esta crónica em defesa da abstemia e da auto-organização sem *arquismo*. Preservando a possibilidade de uma escolha mesmo quando ela parece destinada à derrota. Abandonando as escolhas fantasma, isto é, a produção do imaginário que permite fugir à realidade.

Começo por relembrar que a democracia foi rapidamente confiscada pelos poderosos e o jogo eleitoral, no qual somos regularmente convidados a participar, é essencialmente uma encenação destinada a legitimar as relações de dominação estabelecidas. Por aqui, na parte ocidental, há muito tempo que se esforçam por edificar, à força das desigualdades de todos os tipos, as democracias sem os povos, sem a participação directa de todos e de cada um naquilo que lhes diz respeito. Ora, o exemplo mais instrutivo é fielmente a comunidade europeia, nas mãos das oligarquias milionárias, banqueiros e grandes investidores.

Este «golpe de Estado» permanente contra a gestão directa da coisa pública só é possível por via da propaganda feroz dos *meios de formação de massas* dominados pelo dinheiro, com capacidade de doutrinação política, religiosa ou ideológica. O sistema de exploração e de esbulho dos pequenos e médios assalariados só pode continuar a funcionar graças ao entretenimento quotidiano desta trapaça. Felizmente que existem pequenas publicações como esta que o leitor, a leitora, lê independente e livre.

Quando falo de auto-organização sem *arquismo* refiro-me à tomada de consciência que surge quando as pessoas, inquietas pelas suas condições de vida e após terem perdido a fé naqueles que tinham escolhido para actuar por elas, decidem actuar por si próprias. Por conseguinte, a auto-organização *anti-arquista* nunca se manifesta na forma de um partido político, de um sindicato vertical, nem de nenhum outro tipo de organização que pretenda representar as pessoas actuando em seu nome. E o que define esse tipo de organização é a rejeição de toda a representação. Partidos, sindicatos e outras organizações representativas tendem sempre a relacionar-se com organizações autónomas somente na qualidade de recuperadores das lutas, esforçando-se em dominar e a impor-se como porta-vozes dos conflitos.

> Partidos, sindicatos e outras organizações representativas tendem sempre a relacionar-se com organizações autónomas somente na qualidade de recuperadores das lutas, esforçando-se em dominar e a impor-se como porta-vozes dos conflitos.

Assim, somente podemos vê-los como potenciais usurpadores, ali onde surja um protesto, uma revolta auto-organizada, ou seja, a gestão directa dos despojados, dos oprimidos, dos submetidos. Essa gestão directa tem algumas características que a definem. Em primeiro lugar, é não hierárquica. Não existe uma liderança ou autoridade institucional permanente. Enquanto alguém, que demonstre ser particularmente entendido num determinado assunto específico relacionado com a luta concreta, recebe a atenção que merece por tal conhecimento, não se pode permitir que se converta em argumento para o desempenho de um papel de Autoridade estendida a tudo e com carácter permanente. Porque isso destruirá a outra característica da gestão directa: a horizontalidade da comunicação e das relações. O que significa pessoas que se comunicam umas com as outras, interactuando, expressando necessidades e vontades aberta e livremente, discutindo realmente os problemas com que se deparam juntas. Isso leva-nos a outra característica que pode ser controversa para os ideólogos do centralismo: a união básica da gestão directa é o indivíduo, a pessoa. Se assim não for pode dizer-se que todos os Estados e as empresas são formas de gestão directa porque se organizam a nível institucional e colectivo. Porém, os indivíduos estão definidos por essas instituições e situados de acordo com as necessidades institucionais. Desta maneira, a auto-organização *anti-arquista* é antes de mais o indivíduo que organiza a sua luta nos seus próprios termos contra os condicionamentos que este mundo exerce sobre ele. Todavia, entre os meios necessários estão as relações com outras pessoas, logo a gestão directa é uma prática colectiva. Prática colectiva essa que não se baseia na submissão dos indivíduos a uma organização que lhes é imposta, mas sim, no desenvolvimento de relações de entre-ajuda entre eles onde se descobrem as áreas comuns. Desta forma pode dizer-se que a auto-organização anti-arquista é a realização plena de cada indivíduo envolvido.

Voltando aos conselhos enunciados no início desta prosa: as pessoas que aconselham ir votar para eleger representantes, não estarão a dizer que os abstencionistas são seres profundamente anti-sociais? Ou então, julgam-nos todos cordeiros mansos a pastar, criados como gado para dar a voz aos pastores esclarecidos que nos apascentam?

Pode existir aquele e aquela que recusa o pastoreio, que rejeita ser tratada como gado, abstencionista, obviamente, não por indiferença ou negligência, nem tão pouco contra este ou aquele governo, mas, por defender outro modo de agir no mundo, de relacionar, de fazer, de olhar, de lutar... ?!

Um repto lançado a todos os sistemas *arquistas* que tornam este mundo inviável.

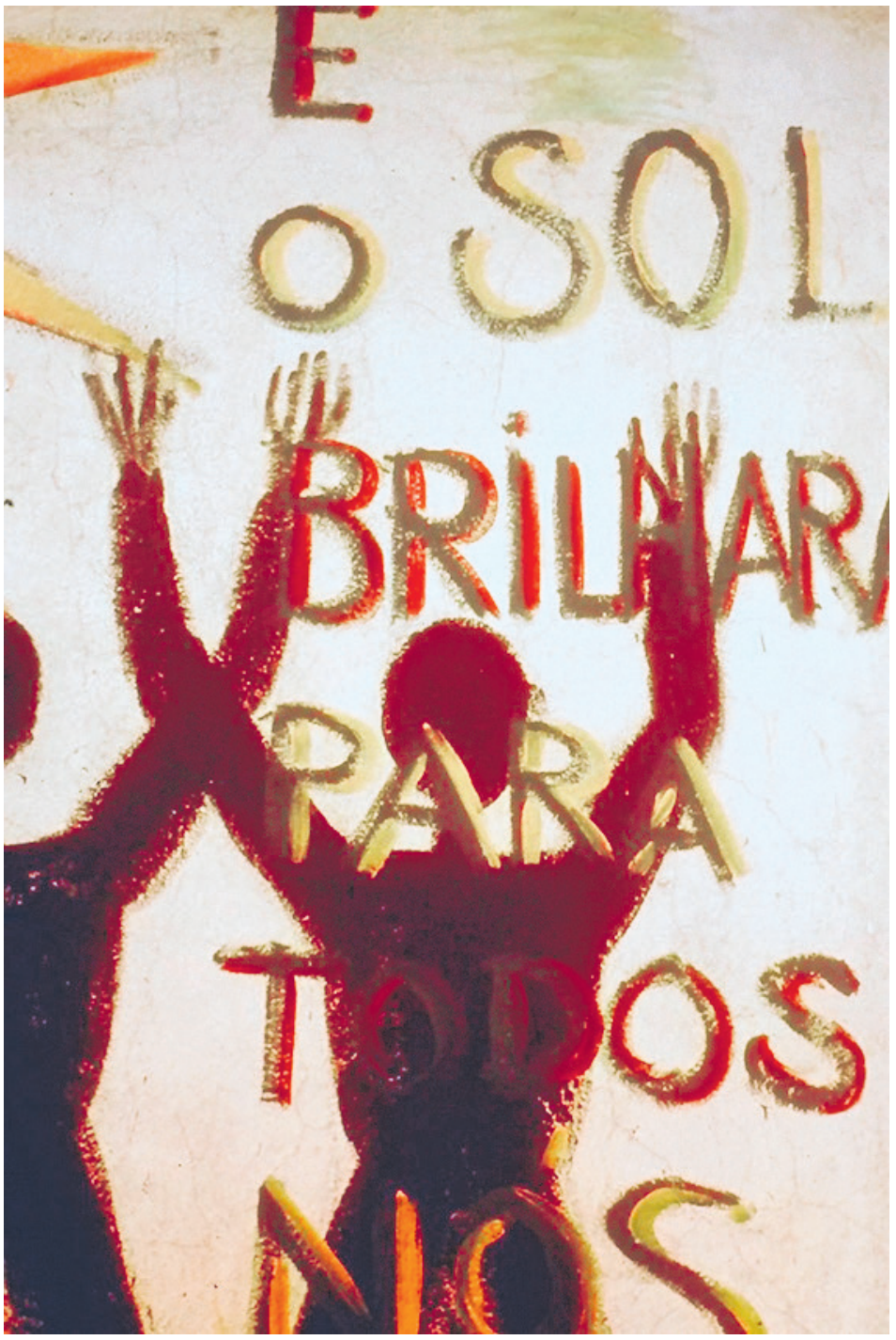
Dos estrangeiros na revolução social do 25 de Abril

Joëlle Ghazarian, francesa, escritora e co-editora da revista Flauta de Luz, recorda a sua vinda a Portugal em Abril de 1974.[1]

JOËLLE GHAZARIAN

O meu primeiro contacto com Portugal foi através do livro de Erich Maria Remarque, *A Noite de Lisboa*, sobre os refugiados do nazismo que acorreram ao porto de abrigo que a capital portuguesa representava e a partir do qual procuravam exílio seguro nas Américas. Este romance alemão levou-me a pressentir o que se adivinhava na realidade portuguesa da minha época: a mais longa ditadura política do mundo ocidental, uma sangrenta guerra colonial que parecia interminável e uma impressionante emigração para vários países europeus, em particular para França.

O contacto mais próximo que depois tive com portugueses foi na Universidade de Paris VII, em 1973. Conheci na cantina um grupo de jovens portugueses, rapazes e raparigas na casa dos vinte anos, que chamaram a minha atenção pela sua jovialidade. Fiquei surpreendida quando soube que eram todos casados, percebendo depois que as raparigas tinham casado para conseguir sair de Portugal, e que esses casamentos haviam sido combinados entre eles, ludibriando os pais.



Centro de Documentação 25 de Abril

> Oriundos de países mais frios encontravam na maneira de ser dos portugueses, então muito mais calorosa e afectiva, motivos suplementares de participação.

Um ano depois, no 25 de Abril de 1974, todos esses meus amigos regressaram a Portugal. E eu segui-os. Tal como eu, acorreram a Portugal centenas de jovens estrangeiros. Alguns estavam até implicados, nos seus países, em actividades de apoio e solidariedade antifascista e anticolonial; para muitos outros, certamente a maioria, tratou-se de um impulso motivado pelo que parecia ser uma revolução social no Sul da Europa, susceptível de se propagar a outros países europeus.

O meu primeiro deslumbramento foi o 1.º de Maio de 1974 em Lisboa. Pareceu-me que desaguara ali o melhor do Maio de 68, sem barricadas nem violência das forças policiais. Foi como um estado de graça irrepetível, um intenso sentimento de fraternidade sem fronteiras, momento de autêntico universalismo. A primeira evidência de que algo de fundamental estava a acontecer via-se no facto de as pessoas falarem umas com as outras, abertamente, e em toda a parte.

No período que durou do 25 de Abril de 74 a 25 de Novembro de 75 irrompeu um processo social revolucionário que começou a pôr em causa a propriedade privada dos meios de produção, a razão de ser do trabalho assalariado ou as relações entre homens e mulheres, tudo isso através da democracia directa praticada nas comissões de trabalhadores e de moradores, movimento autónomo que criou a palavra «apartidário» no léxico político internacional. O resultado, porém, não foi a vitória do movimento revolucionário, mas precisamente o contrário, por força do contragolpe do 25 de Novembro e da «normalização» que este impôs, pela ameaça das armas, através de uma banal democracia parlamentar, na qual as classes populares não conquistaram nenhum poder efectivo.

Na Primavera de 74, Lisboa tornou-se de repente uma cidade cosmopolita. Os estrangeiros oriundos de países mais *frios* encontravam na maneira de ser dos portugueses, então muito mais calorosa e afectiva, motivos suplementares de participação. Eu viera a Portugal para conhecer o país em revolta dos meus amigos portugueses de Paris, e rapidamente fiquei encantada, ao mesmo tempo que me dava conta das grandes contradições em curso, novas e antigas. Acabei por frequentar uma casa, no bairro da Graça, representativa da atmosfera jovem e internacionalista que então predominava em Portugal. Essa casa fora alugada, a uma senhora que fugira para Inglaterra com medo da revolução, pelo único morador português, o Júlio Henriques (então jornalista *freelance* e tradutor), que viria a ser o meu companheiro para a vida, e por um amigo irlandês, o Phil Mailer, professor em Lisboa, que já conhecia bastante bem a sociedade portuguesa. Nesta casa moraram pessoas vindas de Itália, França, Espanha, Grã-Bretanha, Brasil, Austrália, Estados Unidos. Algumas faziam parte do colectivo libertário Combate, constituído em pé de igualdade por participantes portugueses e estrangeiros, que editava o jornal com o mesmo nome e abrira uma livraria no Bairro Alto. O colectivo Combate tinha uma relação muito próxima com uma cooperativa agrícola constituída numa herdade ocupada em Aveiras de Cima, no Ribatejo, onde jovens estrangeiros participavam nos trabalhos do campo. Por não falarem bem português, esses jovens inspiravam brincadeiras aos trabalhadores rurais, em particular a mulheres e raparigas, que criavam diálogos hilariantes com rapazes alemães, franceses ou suecos, fazendo-lhes irónicas propostas de casamento…

Do Combate fazia ainda parte um grupo feminista, que incluía homens, em que as raparigas estrangeiras tiveram um papel relevante. As lutas feministas foram nessa altura muito marcantes, inclusive nos meios operários. Lembro-me bem do ataque à primeira manifestação organizada pelo Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), a 13 de Janeiro de 75, em Lisboa, no Parque Eduardo VII. Quando as manifestantes estavam para dar início à manifestação, caiu-lhes em cima, com histérica agressividade, uma multidão de homens acompanhados por algumas mulheres. Várias manifestantes tiveram de ser socorridas e a manifestação foi destroçada, perante uma desoladora estupefacção que teve repercussões internacionais. Vem a propósito o que diz a investigadora Manuela Tavares no seu livro *Feminismos: Percursos e Desafios*, de 2011: «O 25 de Abril, para as mulheres, foi terem a rua como palco. Foi um abrir de portas, um saltar de barreiras […]. As mulheres deixaram de viver acabrunhadas, fechadas. Foi a primeira grande oportunidade de tomarem a palavra. Foi uma libertação, mas muitas esperavam ter mais do que vieram a ter…».

> Os activistas estrangeiros participaram em múltiplas iniciativas; uma delas foi a Clínica Popular da Cova da Piedade.

Um dos moradores da casa da Graça, o Phil Mailer, publicou em 77 o importante livro sobre o movimento autónomo dos trabalhadores, *Portugal, a Revolução Impossível?* (editado na íntegra pela Antígona em 2018). Pela casa da Graça passou também um velho amigo meu de Paris, o Samuel Thirion, que fez a sua tese de doutoramento em agronomia sobre a reforma agrária no Ribatejo, na qual se implicou; e criou raízes por cá, casando com uma portuguesa, tal como o Phil. O Sam é uma das pessoas que tem fomentado em Portugal o sistema das AMAP para apoio à nova agricultura de proximidade. Um outro morador na casa da Graça, o inglês Bill Lomax, professor da Universidade de Nottingham, contribuiu com os seus estudos, já então publicados e hoje de referência, sobre a revolução operária húngara de 1956 e outros aspectos da resistência dos trabalhadores no bloco de Leste. O Gerry Vignola, australiano, documentou aturadamente, em parceria com a sua companheira, a brasileira Maria

Foto Acervo Luís Cruz, usada no cartaz do espectáculo «Revolution Junkies» do Teatro do Vestido

Joelle, Lisboa, 1977

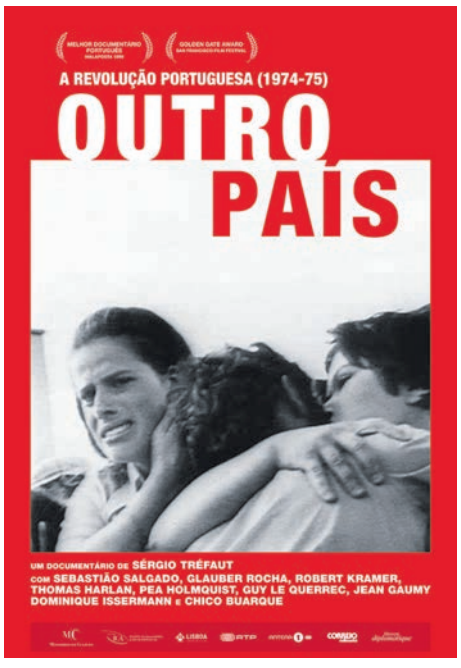
Luísa Carvalho, a cronologia das lutas sociais em Portugal entre 74 e 76. Outros moradores estrangeiros foram também estudiosos do inédito processo revolucionário português, fornecendo informações, em primeira mão, a publicações dos seus países. Uma das italianas, a Francesca, jovem militante feminista oriunda das lutas da autonomia operária em Itália, faleceu prematuramente há alguns anos, em parte, segundo cremos, na sequência dos efeitos a longo prazo causados pela grande ressaca política posterior ao 25 de Novembro. Houve militantes portugueses que se suicidaram, por lhes ter sido demasiado doloroso enfrentar uma sociedade que regressava ao medo, à exploração e à mentira. Passaram também pela casa da Graça companheiros espanhóis motivados pela influência que o processo português poderia ter na queda da ditadura franquista; um deles, o Jaume, catalão de grande estatura, calma ironia e boa-disposição, escreveu textos luminosos sobre a libertação sexual para a revista que entretanto o Júlio começara a editar com um pequeno colectivo (*Subversão Internacional*).

Os activistas estrangeiros participaram em múltiplas iniciativas; uma delas foi a Clínica Popular da Cova da Piedade, em Almada, criada em Setembro de 1974 por militantes da LUAR e do PRP, onde havia vários médicos estrangeiros voluntários. Instalada num antigo palacete abandonado pelos donos em fuga, começou como centro de planeamento familiar, dando informação e aconselhamento sobre medidas anticoncepcionais. Estava aberto 24h por dia e ali acorriam muitas pessoas da zona, sobretudo mulheres. Em 75 começou a ter consultas de medicina e abriu um infantário. As pessoas pagavam, numa caixa de papelão à saída, apenas o que podiam pagar. Mas após o 25 de Novembro a Clínica foi encerrada por intervenção da direita militar. Em 75, a cineasta Margarida Gil fez um filme sobre esta clínica, intitulado *Clínica Comunal Popular de Cova da Piedade*.

Os estrangeiros chegados a Portugal foram também prolíficos no cinema documentário – género que não abarca propriamente o caso, por exemplo, de Solveig Nordlund, cineasta sueca naturalizada portuguesa. O filme de Sérgio Tréfaut, *Outro País*, de 1999, revela a singularidade desses dois anos da revolução social graças ao inestimável trabalho levado a cabo em Portugal, em 74-75, por diversos cineastas estrangeiros como Robert Kramer, Glauber Rocha, Thomas Harlan, Peå Holmquist, e fotógrafos como Sebastião Salgado, Guy Le Querrec, Ursula Zangger ou Dominique Issermann. Como explica Sérgio Tréfaut em *Outro País*, este precioso espólio documental fora desprezado pelas autoridades cinematográficas portuguesas e encontrava-se disperso e esquecido em arquivos de outros países.

De um modo mais informal, parte dos jovens estrangeiros que tinham vindo para Portugal estabeleceu-se no mundo rural.

Desses mais de quarenta filmes «esquecidos» destacaria *Cenas das Lutas de Classes em Portugal*, do realizador nova-iorquino Robert Kramer, seguramente o melhor documentário conhecido sobre a auto-organização das classes populares. Perdido durante anos, foi restaurado graças à colaboração da Cinemateca Francesa com a Cinemateca Portuguesa. Robert Kramer manteve até ao fim uma relação especial com Portugal; quando morreu,



Filme de Sérgio Tréfaut (1999) sobre o olhar de autores estrangeiros que viveram o 25 de Abril.

em 1999, as suas cinzas foram dispersas no mar dos Açores pelo cineasta Joaquim Pinto. O outro filme que aqui destacaria é *Torre Bela*, do realizador e escritor alemão Thomas Harlan, que se tornou um clássico. Harlan e a sua equipa internacional, vindos de Itália, documentaram ao longo de oito meses, entre Março e Outubro de 75, a ocupação da herdade de Torre Bela, no concelho da Azambuja. O filme acompanha a ocupação de terras e a criação de uma cooperativa agrícola por um grupo de trabalhadores rurais, homens e mulheres, alguns muito jovens. Capta em profundidade as contradições entre os trabalhadores, reveladoras da falta de hábitos de diálogo numa sociedade reprimida durante quase meio século, e reveladoras, também, da extrema novidade constituída pela possibilidade de as pessoas agirem livremente em prol da colectividade, compreendendo que era possível viver sem chefes nem patrões.

Os estrangeiros tiveram também um papel estimulante no desenvolvimento de uma nova visão da agricultura que, decorrente da crítica ecologista, começou a ser manifesta em Portugal no fim dos anos 70. Naturalmente, já havia portugueses que tinham começado a lançar essas novas sementes, como foi o caso do professor e agricultor Luís Alberto Vilar, dirigente da Sociedade Portuguesa de Naturalogia. Depois do 25 de Abril o movimento francês de agricultura biológica teve grande influência em Portugal, sendo de registar que a primeira entidade criada neste âmbito, a Agrobio, teve como co-fundador o agrónomo francês Jean-Claude Rodet.

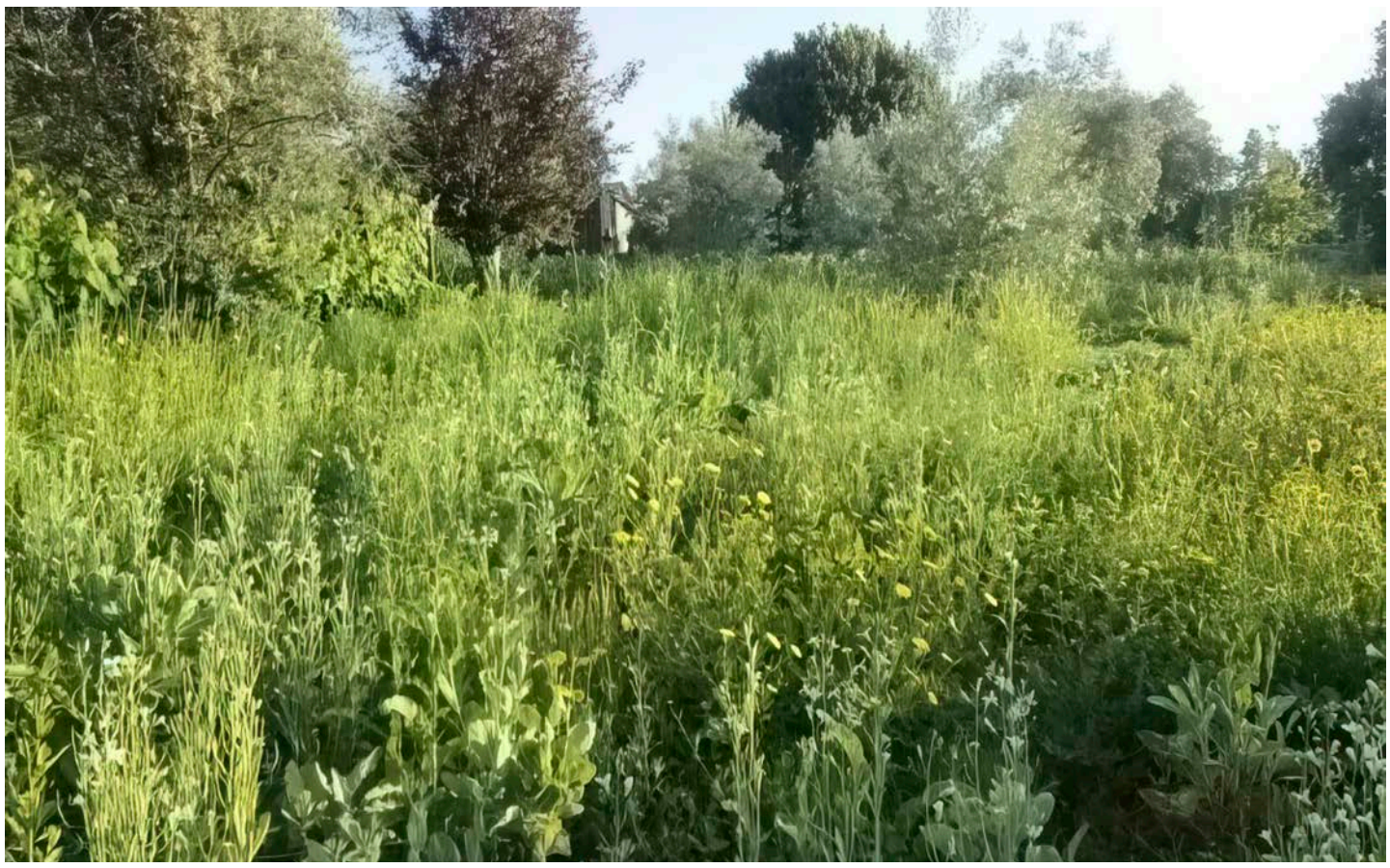
De um modo mais informal, parte dos jovens estrangeiros que tinham vindo para Portugal estabeleceu-se no mundo rural. Acompanhei de perto o repovoamento de várias aldeias da serra da Lousã abandonadas nos anos 50 ou 60, repovoamento esse levado a cabo sobretudo por jovens estrangeiros. Curiosamente, a dimensão crítica visível nessas práticas de vida estava intimamente associada, através de outras mediações filosóficas, àquilo que de mais avançado o movimento social revolucionário do 25 de Abril conseguira fazer vislumbrar: a capacidade colectiva de autogoverno das pessoas realmente empenhadas e a sua busca de uma inserção mais harmoniosa no mundo, libertas de hierarquias alienantes, tendo como meta, rumo ao bem comum, uma livre cooperação de iguais.

NOTAS

1 A partir do texto integral publicado no blog L´obéissance est morte, Abril de 2018

Agricultura e sanidade (também mental)

Um encontro com Carmen Staats. A vida no mundo rural fora de ambições predatórias.



JÚLIO HENRIQUES E JOËLLE GHAZARIAN

Carmen Staats é agricultora profissional numa pequena quinta na zona da Lousã. Criou e educou duas filhas e um filho, interpreta música e nunca deixou de ser uma pessoa animosa e convivial. Nossa amiga do peito, conversámos com ela e o seu filho Florian, na casa que ela e o então seu companheiro construíram, nos anos 1980, no pequeno lugar das Travessas, junto à aldeia de Ponte Velha, na freguesia de Foz de Arouce. Uma ronda por diversas experiências de vida no mundo rural demonstrativas de que também em Portugal é possível viver de uma actividade benéfica e de dimensão humana chamada horticultura. E, neste caso, alicerçada no lema «Que o teu alimento seja o teu medicamento».

Como te aconteceu vires viver para Portugal?
É uma história engraçada: foi por causa de um cão vadio. Eu e o futuro pai dos meus filhos, o Thomas, depois de um festival de música folk em que participámos na Alemanha, decidimos vir a Portugal, à boleia. Os ecos do 25 de Abril ainda estavam presentes. Entrámos pelo Norte, percorremos a pé a Peneda-Gerês, tocávamos em cafés, dormíamos numa tenda, onde calhava. Depois fomos descendo para sul e parámos em Coimbra. Pernoitámos naquele grande e belo laranjal que havia à beira do Mondego, andámos pela cidade, e no outro dia, num café da Baixa onde tomámos o pequeno-almoço, um cãozinho com quem tínhamos partilhado a refeição seguiu-nos quando continuámos a viagem, sempre à boleia. Por causa dele, fomos parar à Lousã, onde conhecemos um holandês, o Jan, que nos levou a uma aldeia completamente abandonada, a Ferrejosa. O Thomas, que era *okupa* em Göttingen, ao ver aquela aldeia abandonada ficou com ela na imaginação. Regressámos à Alemanha, e o Thomas dizia: «Gostaria de voltar.»

Que idade é que vocês tinham?
Eu tinha 21, o Thomas, 22… Meio ano depois, voltámos. Tentámos arranjar uma casa na Ferrejosa, mas era a bem dizer impossível, porque os donos tinham emigrado todos para o Brasil. Foi então, continuando nós por ali, que o ti Pompeu (o dono da vossa antiga casa aqui das Travessas) se lembrou de nos mostrar este terreno. Que acabámos por comprar por 100 contos.

Eras estudante de Medicina, o Thomas tinha pouca experiência do mundo rural, como foi que vocês mudaram de vida?
Ele vivia numa comunidade perto de Göttingen onde já faziam hortas. Eu não queria abandonar Medicina, desejava fazer uma pausa. Sentia-me mal, porque já tinha uma visão alternativa da profissão médica. Por isso, a vinda para Portugal, em 1981, calhou bem. Em 1985 inscrevi-me na Faculdade de Medicina de Coimbra – mas não me deram a equivalência,

Não lamentas ter feito essa opção de vida, mudado de rumo?
Não, nada, mas na altura achei o indeferimento uma estupidez. Os meus pais é que lamentaram, por pensarem que eu podia ter uma vida menos trabalhosa.

Justamente, o que pensas tu da vida difícil do campo? Muita gente não a quer, tanto agora como anteriormente, por pensar que é preciso trabalhar de «sol a sol».
Não creio que *difícil* seja a palavra adequada. É sem dúvida uma vida trabalhosa, e às vezes chega a ser dura. Mas uma agricultora como eu pode ter um ritmo bastante mais harmonioso.

> Pelo menos 70 % da alimentação mundial é assegurada por pequenos produtores como eu, e isto com apenas 30 % das terras.

Decidiste começar a fazer agricultura logo de início?
Eu venho de uma família de horticultores, cresci com isso. O meu pai era floricultor e lá em casa sempre se dedicaram também à horticultura. Nas férias escolares eu ajudava sempre os meus pais, e fazia-o com gosto. Aos 15 anos, desejava ser médica ou floricultora. Sei o prazer que é viver com a natureza, sentir o pulsar das estações, a vivência da terra. Isto está-me um pouco no sangue e nunca o senti como uma desvalorização, bem pelo contrário.

Quando se pratica agricultura orgânica como tu, pode emergir algum conflito com a pretensa necessidade de produtos químicos de síntese ou coisas parecidas.
As grandes corporações, a Bayer, a Monsanto e companhia, todas dizem que precisamos dos pesticidas, do glifosato, do *Round-Up* ou de OGM para produzir alimentos, alardeando que com isso estão a lutar contra a fome no mundo… É uma mentira descarada. Pelo menos 70 % da alimentação mundial é assegurada por pequenos produtores como eu, e isto com apenas 30 % das terras. Ou seja, exactamente o contrário do agronegócio, que dispõe de 70 % das terras mundiais para produzir 30 % dos alimentos «distribuídos». E produzidos em que condições de sanidade? Tanto das pessoas que nelas trabalham como dos solos em que isso é feito?

Recorres a voluntários?
Só muito de vez em quando. Quando acontece, é simplesmente por contactos pessoais. Agora está connosco o Esh, um jovem israelita dissidente; é pacifista, irreligioso, recusou o serviço militar, e é muito crítico do regime de Israel, defendendo a existência do Estado palestiniano. Fez voluntariado num santuário de animais, em Coimbra, e foi através da mãe da directora, minha cliente, que o Esh desejou ficar a colaborar connosco.

O que é que achas que falta na agricultura?
Na minha visão da agricultura, é preciso insistência e muito trabalho. Algumas novas tecnologias são úteis, é necessário investir em sementes de linha pura, duplicáveis, adaptadas às nossas condições edafoclimáticas. Depois da pandemia vi ainda mais claramente que a agricultura nos pode sustentar.

Quando falas de inovações tecnológicas positivas, referes-te a quê?
Nos últimos anos comecei a conhecer melhor os micro-organismos efectivos, muito interessantes tanto para enriquecer os solos como para a prevenção de pragas e doenças. É preciso saber lidar com isto, que se tornou bastante mais acessível. Comecei com os micro-organismos por causa dos maus cheiros da nossa fossa séptica. Fizemos um tratamento e a fossa nunca mais exalou maus cheiros. De outra vez, quando matei galinhas, para evitar as moscas-varejeiras verti um golo de micro-organismo efectivo em água e as moscas desapareceram. Passei a aplicá-los também no composto, ajuda muito a acelerar a compostagem.

Sabemos que há ainda preconceitos contra a Agricultura Biológica (AB). Ao mesmo tempo, os agricultores continuam a ser encarados com sobranceria pela sociedade, quando exercem funções fundamentais que deveriam ser muito mais valorizadas e enobrecidas.

Sem dúvida, e a AB a sério deveria ser particularmente estimada, porque é uma actividade com relevantes efeitos positivos na saúde pública. Por exemplo, eu não utilizo plásticos pretos nos cultivos, como continua a ser aceite mesmo em AB, a pretexto de que são biodegradáveis. Triturados na terra, deixam os solos cheios de partículas de plástico. Detesto estas coisas. Fazem isso por motivos estreitamente económicos, para evitar mondas, para poupar na mão-de-obra.

(Entretanto chegou o Florian.)

Florian, como encaras tu a tua experiência de cultivador?
É um trabalho que faço com a minha mãe já há uns bons quinze anos, aprendi tudo com ela. Saí algumas vezes para ir trabalhar aqui ou ali, mas esta tornou-se a minha profissão. Nunca deixei de ter uma relação muito próxima com o campo. É um prazer trabalharmos juntos e a minha irmã Sita deseja também associar-se a nós. Sublinho ainda a importância da auto-suficiência, um aspecto importante no nosso modo de vida.

Só começou a funcionar quando me pus a observar os vizinhos, a aprender com eles, embora eu praticasse sempre com sentido ecológico

Queres dizer que trabalhando como produtor agrícola te sentes mais independente?
Exacto. A azáfama não acontece todos os dias, não nos vemos submetidos a um horário uniforme. Uns dias começamos mais cedo, outros mais tarde, conforme é Verão ou Inverno. Se chove, cozinho em casa, fazemos doces, conservas… Também temos rotinas, como nos dias de mercado, mas não é comparável. Dispomos da nossa independência.

Carmen, no início tu e o Thomas tiveram aqui muito trabalho, começando pela construção de uma casa…
Foi preciso fazer coisas diversas ao mesmo tempo. Viemos no Inverno de 1981 e o que adquirimos aqui com o terreno era um palheiro, que fomos transformando numa casa. No primeiro Verão foi tudo à balda, vieram amigos da Alemanha, do movimento *okupa*. Nós éramos os primeiros estrangeiros aqui na zona, as pessoas da vizinhança não entendiam bem por que motivo vinham alemães como nós viver em Portugal, quando havia tantos portugueses a emigrar para a Alemanha. Dormíamos todos no palheiro… Mas ninguém nos hostilizava, bem pelo contrário. Dei início à horticultura logo em 1982. Estranharam um pouco a nossa presença, mas nós fomos sempre muito conviviais.

Aqui nas Travessas vivia mais alguém?
Vivia o holandês, o Yan, que tinha 70 anos e se casou com uma moçambicana, vivia a ti Alzira, viúva, mais idosa, e o ti Pompeu, na casa que mais tarde vocês compraram. Quando cheguei, ele tinha 82 anos e continuava a amanhar os terrenos dele. Quando comecei a minha horta, ninguém tinha ainda ouvido falar de agricultura biológica e aconteciam coisas curiosas. Uma vez, já noite cerrada, ao ver um vulto a rondar os meus tomateiros, acerquei-me: era o ti Pompeu que andava a espalhar adubo nos canteiros… Fiquei zangada, e ele, coitadinho, apanhou um raspanete; mas só fazia aquilo por bem.

A partir de certa altura começaste a ajudar, como improvisada enfermeira, as pessoas mais idosas. Lembramo-nos da grande estima que elas tinham por ti.
Quando comecei a dar injecções, foi porque as pessoas precisavam mesmo; nestas aldeias não havia serviços de enfermeiros ao domicílio.

Foi penoso, o processo inicial de horticultura? Como estavam os terrenos?
Ah, muito argilosos, muito pobres, foi complicado. No primeiro ano, quando quis arrancar a cebola, a rama partia-se toda. Para mim era também um processo de aprendizagem. Comecei por aplicar a visão que trazia da Alemanha, mas não funcionava. Só começou a funcionar quando me pus a observar os vizinhos, a aprender com eles, embora eu praticasse sempre com sentido ecológico. Aprendi muito, por exemplo a utilizar o mato, que foi muito importante para melhorar os solos.

Nesses primeiros anos, a horticultura permitiu-vos obter uma parte da alimentação?
Só uma parte. Comecei a ter auto-suficiência em batata e legumes na altura em que fiquei separada do Thomas. Ele queria fazer experiências com muita coisa, o que não é negativo, mas tem de ser gradual. Quando leu o famoso livro de Fukuoka [*A Revolução de uma Palha*], ficou entusiasmado. Mas eu também o li e percebi que era preciso agir com moderação, ir apalpando o terreno, não mudar logo tudo. Aceitei que ele fizesse uma leira e continuei a fazer o resto à minha maneira. É claro, aquilo não deu nada. O meu trabalho de conhecimento dos solos levou anos, tal como o gradual conhecimento das plantas, o modo como indicam o que no solo está bem ou mal. A cultura agrícola, além de ter muita ciência, é algo de muito empírico.

Voltando ao ti Pompeu, a experiência que tiveste com ele assemelha-se à de muitos dos que decidimos ir viver para o mundo rural sem saber nada de cultivos. Com as ressalvas que assinalaste, as pessoas com quem pudemos aprender alguma coisa foram nossos mestres.
O ti Pompeu ensinou-me muita coisa. Quando percebi que a minha visão da horticultura praticada na Alemanha não dava os resultados esperados, virei-me, naturalmente, para os portugueses, o mais próximo dos quais era o ti Pompeu. Depois fui experimentando outros melhoramentos adaptativos. Mas só comecei a produzir bem quando prestei mais atenção aos tradicionais modos portugueses de cultivo familiar.

Lembras-te de quando decidiste fazer o curso de Agricultura Biológica na Escola Agrária de Coimbra?
Claro que sim, entrei em 2007, tinha 47 anos, licenciei-me em 2010, com 50…

Se calhar não precisavas disso.
Realmente, não precisava. Foi um capricho meu, fazer aquela licenciatura. Por outro lado, nessa altura as filhas e o filho já estavam a voar fora do ninho, e andava também com vontade de obter habilitações com vista a organizar projectos agroecológicos em África, na América do Sul ou na Ásia. Para sair e ver outras coisas. Mas durante o curso senti que o mais honroso era mesmo continuar a produzir bons alimentos, e mudei de ideias. Ainda tive uma proposta, vinda de Angola. Imaginem qual: pôr a produzir 150 hectares de tomate! Nada que ver com agricultura biológica…

Havia mais rapazes ou raparigas?
Mais raparigas. Mas todas queriam ser secretárias no Ministério da Agricultura ou ter um lugar numa entidade certificadora; nenhuma queria ser produtora. Claro, o curso de agricultura biológica é necessário a quem quiser trabalhar numa certificadora, mas Portugal tem mais certificadoras do que qualquer outro país europeu. Eu gosto mesmo de fazer agricultura biológica, mas devo dizer que as certificações nos dão cabo da cabeça.

Desde 2005, não recorro a subsídios. Passei a considerar que a agricultura tem de ser verdadeiramente sustentável em si mesma.

Em relação à agricultura biológica praticável, quais são, a teu ver, alguns dos obstáculos ao seu desenvolvimento?
A burocracia é um grande entrave. Desde 2005, não recorro a subsídios. Passei a considerar que a agricultura tem de ser verdadeiramente sustentável em si mesma. Nisto, ou são os preços que estão mal regulamentados ou há outras coisas que não batem certo. Eu gosto de vender directamente ao consumidor, é nesta relação directa que estabeleço os meus preços com a necessária justiça. Não entendo bem as batalhas que levam ao bloqueio de estradas e a muito barulho mediático, anda tudo à volta das subsidiações. O sistema de consumo, ou dos consumidores, está mal. Quando eu era criança, mais de metade do rendimento das famílias destinava-se à alimentação, agora reduz-se, em média, na UE, a 12 %. Estes preços estão artificialmente muito baixos. Como é isto possível? São os subsídios da UE. A maioria das pessoas não quer saber disto, mas a subsidiação provém dos impostos que toda a gente paga.

Varela Gomes, o franco-atirador

No centenário do seu nascimento (1924–2018)

Varela Gomes durante o PREC

EDUARDO SOUSA
EDITOR E LIVREIRO

In memoriam de Varela Gomes e Maria Eugénia

Quem conheceu Varela Gomes sabe que ele usava um endereço de correio electrónico com o nome «franco atirador». Não terá sido por acaso que escolheu essa designação, pois conhecia bem essa função. Muitos lhe reconheciam esse papel. Foi um homem que escolheu a liberdade, a autonomia, e os riscos de agir solitariamente contra o inimigo, sabendo que fazia parte de uma força mais ampla dos que lutam contra o capitalismo.

Como libertário à antiga, ou seja, como anarquista, não me identificava com muitas das suas posições políticas, o que para mim não chega a ser um problema, pois reconheço o direito à diferença; mas uma coisa é certa, admirava-lhe a coragem, o destemor, a honradez e a coerência. Qualidades pouco comuns na nossa paróquia e mais ainda entre os militares e revolucionários que viveram o PREC.

O seu destemor valeu-lhe, depois daquele final de ano de 1961, em Beja, a prisão e expulsão do Exército. Mais tarde, apesar da reintegração militar após o fim da ditadura, nunca lhe perdoaram a independência e coragem e o facto de ter sido revolucionário antes de Abril e de se ter atrevido a tentar derrubar a ditadura na hora certa, na década de 60. Com o 25 de Novembro de 1975, teve de se exilar, e no regresso não se calou. Nunca. Escreveu artigos e livros, bateu feio nos pais do regime, em Mário Soares e no PS, no homem da CIA, Carlucci, e seus apaniguados, nos militares do Grupo dos Nove, em Eanes e Otelo, o inconstante, nos trânsfugas e oportunistas esquerdalhos, como lhes chamava. Denunciou todos os golpistas, impostores e a «contra-revolução de fachada socialista». Tornou-se um dos poucos franco-atiradores da sua geração numa época de partidos e de homens partidos de que falava Drummond de Andrade no poema "Nosso Tempo".

Foi assim que o conheci. Quando trabalhava na Ler Devagar, onde ele ia irregularmente, ouvia os seus comentários irónicos e sarcásticos sobre alguns militares de Abril que por lá andavam, como o inevitável Vasco Lourenço. Um dia ouvi-lhe uma tirada exemplar sobre um conhecido ex-revolucionário, Antunes, já então convertido aos negócios: «quando o vejo levo sempre a mão à pistola…». A sua definição da revolução portuguesa como o «maior cagaço que as classes dominantes tiveram em Portugal no século XX» ficou-me para sempre na memória como a melhor definição da nossa revolução impossível. Numa época de negócios florescentes, políticos corruptos, burocratas novos-ricos, vivia modestamente no seu pequeno apartamento e andava de eléctrico. Está tudo dito.

A sua definição da revolução portuguesa como o «maior cagaço que as classes dominantes tiveram em Portugal no século XX» ficou-me para sempre na memória.

Depois começou a visitar-me regularmente, já na Letra Livre, na Calçada do Combro, de tantas memórias da luta social na Primeira República, já que aí esteve sediada a CGT e o jornal A Batalha, e acabámos por editar juntos, em 2011, a antologia de artigos *Memória Ideológica no Centenário da República*, acalentando ainda outros projectos editoriais que ficaram pelo caminho.

O percurso contestatário e antifascista de Varela Gomes foi exemplar e os seus textos são do melhor que se escreveu sobre a Revolução Impossível; a *Contra-Revolução de Fachada Socialista*, de 1981, continua a ser um documento único sobre o PREC, que agitou Portugal no final dos anos 70. Quando algum leitor de uma nova geração lê os seus livros, não fica indiferente, descobre neles uma análise apaixonada, mas documentada, do tempo vivido pelo autor e, ao contrário do que acontece com os livros necrológicos e académicos sobre o 25 de Abril, logo percebe que as revoluções se fazem com paixão. Varela Gomes foi, certamente, um homem que amou a Revolução.

Caí na realidade da Prisão

No Pátio da cadeia, não gosto estar.
Embora ao ar livre, me sinto sufocar,
no chão tenho de me sentar! Olhando
os gigantes muros, me apetece chorar.
O que antes via na televisão, pensava que
era só fantasia. Mas é a verdade, é igual,
tudo é real.
Prefiro ficar na cela, comigo mesmo,
olhando para o céu, [h]
avendo chuva ou sol
e relembrar tudo de bom que
obtive, na esperança, um dia
estar livre
Enquanto espero fico nesta
realidade amarga, e triste

Entre quatro paredes

Na cela entre quatro paredes,
imagino um mundo perfeito!
Sinto ao mesmo tempo.
Tenho as lágrimas
a correr da cara ao peito,
o coração quebrantado.
Queria ter os meus filhos
ao meu lado. Poderia vir aqui
parar, por mil e uma coisa,
mas não assim. Nada podia
prever, tenho o sangue a ferver,
por mim os meus filhos estão
a sofrer. Sem sono me meto
de sentinela, vejo o sol nascer!
Sinto-me a desfalecer.

Sem noção

Antes de aqui na cadeia entrar,
só conhecia, por visitar, não vendo o
interior pois não conhecia o rigor,
tal como a dor que aumenta a cada dia,
misturada com agonia
e ansiedade pela liberdade.

Sonhar acordada.

À janela da cela me ponho.
Acordada sonho, que estou
em liberdade, com os meus
filhos completo a felicidade.
Ouço as portas bater,
caio na realidade, nada
posso fazer. Aprecio as pombas
voando e nos grandes muros
pousando. Torno a pensar, como
elas gostaria de voar, os meus
filhos ia visitar, com cinco
minutos, me ia contentar, e
todos os dias pelas grades entrar
Quando da prisão sair, prometo,
e vou cumprir
Pássaros não vou prender, suas
asas, são para voar, e nós,
pernas para andar, da sua
natureza não os privar, e eu
com os meus filhos anseio
estar.

Hoje dia 25 de 2021
Não fui trabalhar para
as minhas ideias, na cela
organizar, sem ninguém a
me ouvir e chorar, tentando
me aliviar, as saudades são
tantas que só me apetece
gritar!
Amor de mãe, não se controla.
Sinto-me um pássaro
na gaiola.
Estou encarcerada,
muito fragilizada,
Socorro, não aguento, são muitos
anos de sofrimento.

Poemas de Isilda Anjos Bernardo, publicados no livro Duplamente Presa, editado por Vento Norte

Justiça transformativa, não punitiva e feminista

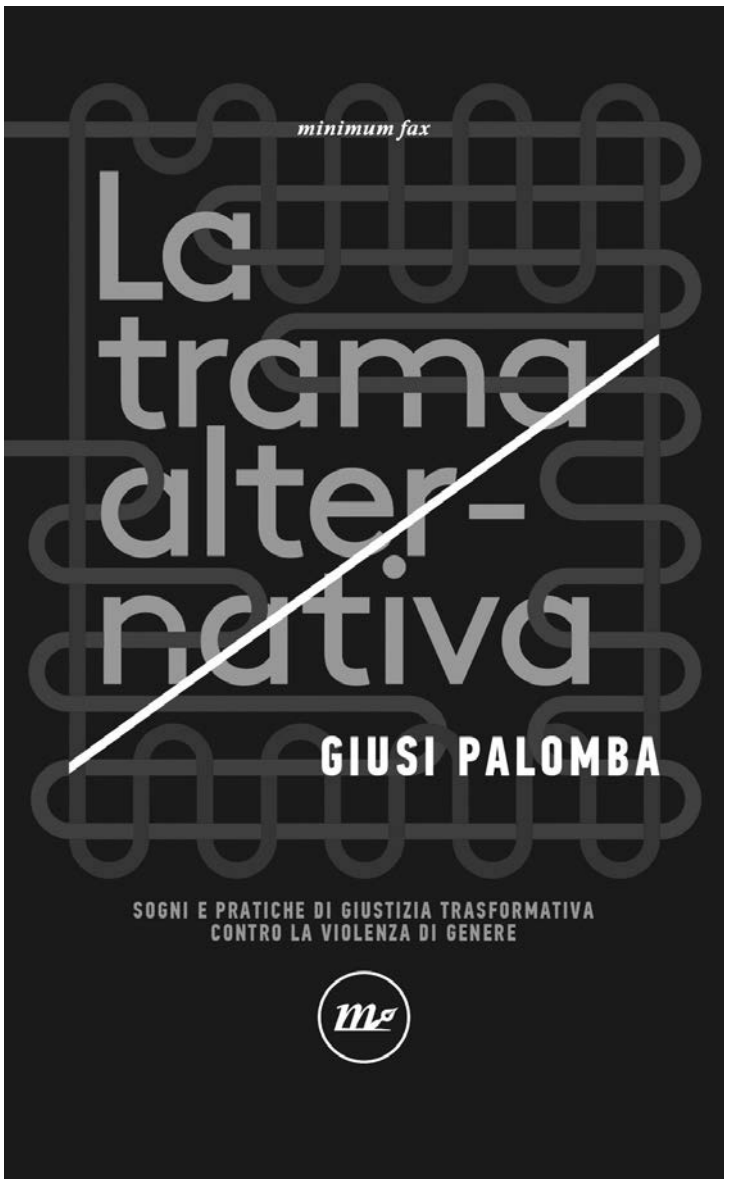
ALEXANDRA SYMEONIDES
PELA BIBLIOTEKA
@A_BIBLIOTEKA

Esperamos ansiosos pela chegada a Portugal da tradução do livro *La Trama Alternativa*, de Giusi Palomba, cuja primeira edição em italiano é de março 2023, pela editora Minimum Fax. Nesta obra é relatado um processo de reparação coletiva que teve lugar em Barcelona em resposta a um episódio de abuso sexual. O processo deu-se nos anos em que Giusi Palomba lá viveu, para a seguir mudar-se para Glasgow, onde se formou em justiça transformativa, não punitiva e feminista.

A primeira parte do livro conta a história da chegada de Palomba a Barcelona; dos expats italianos e do coletivo de jornalismo; do seu novo amigo Bernat que a introduziu às realidades alternativas da cidade. Bernat tem muitos contactos entre o movimento associativo de Barcelona, ocupa lugares de poder em algumas associações e é a pessoa que com poucos telefonemas é capaz de arranjar a solução que procuravas. É também no coletivo dele que a Giusi e a Sandra finalmente começam a organizar alguns eventos feministas. Até ao dia em que a realidade se revela diferente do que imaginávamos e Bernat é protagonista de uma denúncia de abuso sexual. A «vítima», ou melhor, a «sobrevivente», como é definida a pessoa que sobreviveu ao abuso, é uma companheira que, por ser próxima e já ter tido acesso e informação sobre justiça transformativa, exclui a hipótese de denunciar o facto à polícia. Em alternativa, ela pede que Bernat percorra um caminho de consciencialização sobre o acontecimento, sem que este prejudique o seu trabalho ou a sua condição de progenitor monoparental. A primeira reação de Bernat foi de pura negação, que num primeiro momento nem consegue perceber quem fez a denúncia, passou algum tempo antes de conseguir reconhecer que a relação sexual que teve com Mar pouco ou nada teve de consensual.

O processo de reparação começa quando Bernat aceita sujeitar-se ao mesmo e quando Mar começa a perceber o que pode, na prática, efetivamente ajudá-la naquele momento. Entre os pedidos desta, está o de renúncia por parte de Bernat a qualquer cargo de poder nos vários coletivos com os quais está envolvido, isto porque, para Mar, um dos motivos que o levou a agir de maneira tão desproporcional foi o sentido de proteção geral e incondicional que Bernat possui dentro da sua comunidade.

Não só Bernat e Mar são seguidos por dois diferentes grupos de apoio, compostos de amigos e de pessoas próximas; também toda a comunidade que gravita à sua volta e os amigos abalados pelo acontecimento têm acompanhamento e acesso a grupos de interajuda.



La trama alternativa. Sogni e pratiche di giustizia trasformativa contro la violenza di genere
Giusi Palomba
Minimum Fax, 2023, 243 pp

> Alguns sentidos da justiça estão tão enraizados na nossa sociedade que parece impossível imaginar a defesa de quem sofre violência ao mesmo tempo que a superação do punitivismo.

O panorama é vasto. De um lado, há obviamente quem considere este processo ser a enésima maneira de justificar uma violência machista, mas é a mesma sobrevivente que na verdade pede a outros grupos feministas para não denunciarem o facto. Claramente, há quem comente: «Até pagamos a terapia ao abusador!» Mas também existe o espectro oposto, onde está quem considere que, apesar de ser alguém que infligiu danos e provocou conflitos, esta é uma pessoa da nossa comunidade e para a qual a reparação é possível; a justiça excluente e punitiva nem repara nem cura, só destrói ainda mais e fere a única coisa que neste mundo individualista e capitalista pode promover o nosso bem-estar: as nossas comunidades. Neste horizonte, há quem acredite que conflitos ou acontecimentos traumáticos raramente sejam o resultado de um único instante em que as coisas correram de forma errada, tendo mais que ver com a capacidade de reconhecer no quotidiano as pequenas coisas que evitariam que o acontecimento ganhasse uma proporção maior.

«Como podemos tornar uma pessoa responsável por um erro cometido, e ao mesmo tempo ficar em contacto com a sua humanidade o suficiente para acreditar na sua capacidade de se transformar?«

É com esta pergunta de Bell Hooks, feita em 1998 a Maya Angelou, que Palomba começa a segunda parte do seu livro. Aqui a autora reflecte sobre uma comunidade vulnerabilizada por uma violência de género e as consequentes diferenças entre um feminismo antipunitivo e outro de marca neoliberal, onde a outra face da toma da palavra muitas vezes consiste em mera *cancel culture*.

Alguns sentidos da justiça estão tão enraizados na nossa sociedade que parece impossível imaginar a defesa de quem sofre violência ao mesmo tempo que a superação do punitivismo. Por isso, a autora não se limita a criticar os métodos punitivos tradicionais e a maneira como estes frequentemente acabam por perpetuar a violência, mas também, por meio de muitas referências a livros, ativismos, séries, factos reais, nos explica a diferença entre uma justiça feminista e uma machista; ou porque não se deveria enfatizar o binómio vítima-agressor, ou como envolver a masculinidade na luta contra a violência de género. Nesta obra, Giusi Palomba oferece-nos um conjunto de práticas concretas de justiça transformativa, baseadas em reconhecer problemas internos, promover a responsabilização comunitária e a reforma das relações sociais, sempre reforçando a importância de estruturas comunitárias preparadas para apoiar e sanar.

A última parte do livro desvanece como costumam desvanecer estes episódios nas memórias coletivas. Entre os ganhos positivos desta vivência, Palomba lembra-nos dos tantos mundos diferentes dentro do mesmo mundo em que vivemos e da importância de perseguir a utopia. Entre os negativos, relata o facto de Bernat acabar sendo efetivamente marginalizado do movimento e de algumas colaborações intercoletivas acabarem por desaparecer. Também refere como o fim do financiamento fez com que, por fim, se extinguissem bruscamente todos os grupos de apoio e só se continuaram a financiar as despesas da terapia de Bernat, terminando de forma brusca todo o processo de reparação. Por estes factos, a autora acaba a questionar-se se a transformação terá sido de facto um sucesso. Uma coisa parece certa: uniformemente distribuída entre o pólo dos que querem segregar um agressor e o oposto, dos que querem ver uma pessoa passar por um processo de reparação e transformação, estará sempre a dúvida de se estar a fazer a coisa certa. De facto, não nos foram dadas muitas alternativas e só podemos aspirar a construir outras, assumindo o risco, sabendo que o punitivismo, em última análise, só alimenta mais prisão, exclusão e tortura.

Não é fácil ler sobre relatos de violências, abusos e de episódios de sexismo, mas através dos caminhos que a autora nos leva a percorrer, milhas e milhas para lá da rota habitual, exploramos novas abordagens e descobrimos que outros caminhos são possíveis. Aqui reside a verdadeira alternativa.

UMA CÓPIA DO LIVRO *LA TRAMA ALTERNATIVA*, DA GIUSI PALOMBA, ESTÁ DISPONÍVEL PARA EMPRÉSTIMO NA BIBLIOTEKA, ABERTA ÀS TERÇAS-FEIRAS ENTRE AS 16H E ÀS 19H, NA SIRIGAITA, RUA DOS ANJOS, 12/F, EM LISBOA.

Sonhos sismográficos alemães

JOËLLE GHAZARIAN

Ribemont-Dessaignes, dadaísta francês, dizia: «A única liberdade possível reside na submissão a alguém mais forte do que nós.» Esta complexa submissão, potencialmente masoquista «mas» causadora de desequilíbrios, manifesta-se com clareza no livro de Charlotte Beradt, que tem sido traduzido em várias línguas e reeditado na Alemanha.

Através de sonhos subjugados pelo seu presente, a autora denuncia, entre 1933 e 1939, a despersonalizante intrusão na vida das pessoas pelo regime nazi, que chegou a controlar os sonhos. A autora só em 1966 publicou, primeiro em alemão, estes 50 sonhos de umas vinte pessoas, dos 300 que haviam sido registados.

Charlotte Beradt, judia alemã não religiosa, tinha 32 anos em 1933; vivia em Berlim desde os 5 anos, nascera num meio social muito abastado, mas era comunista, extrema-esquerda muito perseguida nesse período. Começa a trabalhar numa editora aos 18 anos, e depois com um advogado, mais tarde seu segundo marido. Denunciada, após 1933 esteve presa algum tempo e foi proibida de trabalhar. Exila-se em Nova Iorque em 1939, onde trabalhará como cabeleireira, jornalista e ensaísta, e onde morre em 1988.

A ideia de coligir sonhos como depoimentos de uma época, de pessoas não judias e judias, de qualquer meio social e de qualquer idade (excepto adeptos do regime), ocorreu-lhe quando ela própria tentou «*racionalizar*» os seus pesadelos, resultantes da instalação do regime nazi, no início de 1933, sendo Hitler já *chanceler*.

Descobre assim que não é a única pessoa a ter semelhantes maus sonhos, por vezes grotescos ou surrealistas. Mesmo a dormir, estas pessoas têm medo de tudo, até das coisas mais familiares: de perderem a língua materna, de serem denunciadas por objectos banais ou vigiadas por paredes que de repente desaparecem.

Para a publicação do seu livro, Charlotte Beradt escolhe os sonhos a dedo, deixando de lado aqueles em que preponderam a violência e a sexualidade e que não correspondem ao seu projecto,

O Terceiro Reich do Sonho,
Charlotte Beradt,
trad. Mário Gomes,
VS., 2024, 166 pp.

Esta literatura de sonhos, mediando entre Kafka e André Breton, é o documento político de uma submissão involuntária.

designadamente os «aspectos psicológicos individuais que possam conter». Apresenta-os como sonhos quase conscientes, «diários nocturnos» compreensíveis para os seus autores, considerando sem fundamento a análise psicanalítica dos sonhos, freudiana. É aconselhada e apoiada por Hannah Arendt, que também não se interessava pela psicanálise, apesar de os livros de Freud terem sido queimados em 1933. Mas insistiu para que Bruno Bettelheim, psicanalista judeu alemão também exilado nos EUA, prefaciasse a edição americana de 1968, onde ele diz que estes sonhos «têm as suas raízes em conflitos íntimos reavivados pelas realidades sociais na pessoa que os sonha», e que muitos destes sonhos teriam podido ocorrer no «mundo livre», onde dominava (e continua a dominar) o rolo compressor de um repetitivo pensamento maniqueísta, e onde, como na década de 1930 e depois, «os corpos vivos são transformados em autómatos ou peças de uma máquina gigantesca» na «instituição alucinatória do social em acção na sociedade totalitária não directamente concentracionária» (Martine Leibovici, socióloga, prefaciadora da edição francesa de 2002) *Em que o falso se torna mais plausível do que o verdadeiro.*

Esta literatura de sonhos, mediando entre Kafka e André Breton, é o documento político de uma submissão involuntária, inesperada combinação que voltou a dar aos sonhos o lugar que tinham, mesmo na tradição judaico-cristã: pensar, advertir e imaginar o presente e a sua progressão. De resto, como escreveu Dostoievski, «quer se trate ou não de um sonho, não irá dar ao mesmo que seja um sonho a revelar-me a verdade?».

Assina o Jornal Mapa contribuindo para a continuidade deste projecto!

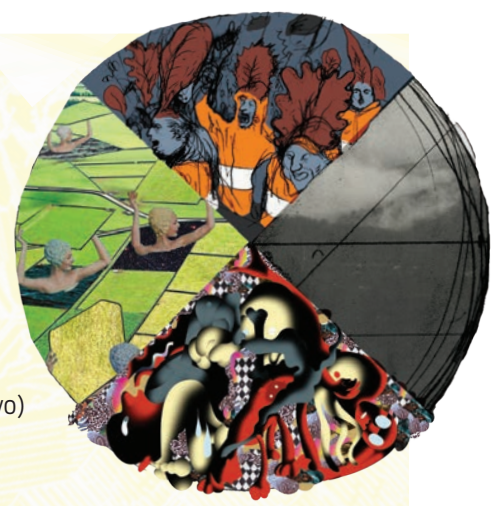
Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa | 6 números | 25 neuros
Resto do mundo | 6 números | 30 neuros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 25 neuros
Europa | 6 números | 35 neuros
Resto do mundo | 6 números | 40 neuros

2012-2024 Doze anos de Informação Critica!

Preenche o formulário em jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada e NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
MBWAY: +351933291635
PAYPAL: vaquinha@jornalmapa.pt (enviar como donativo)



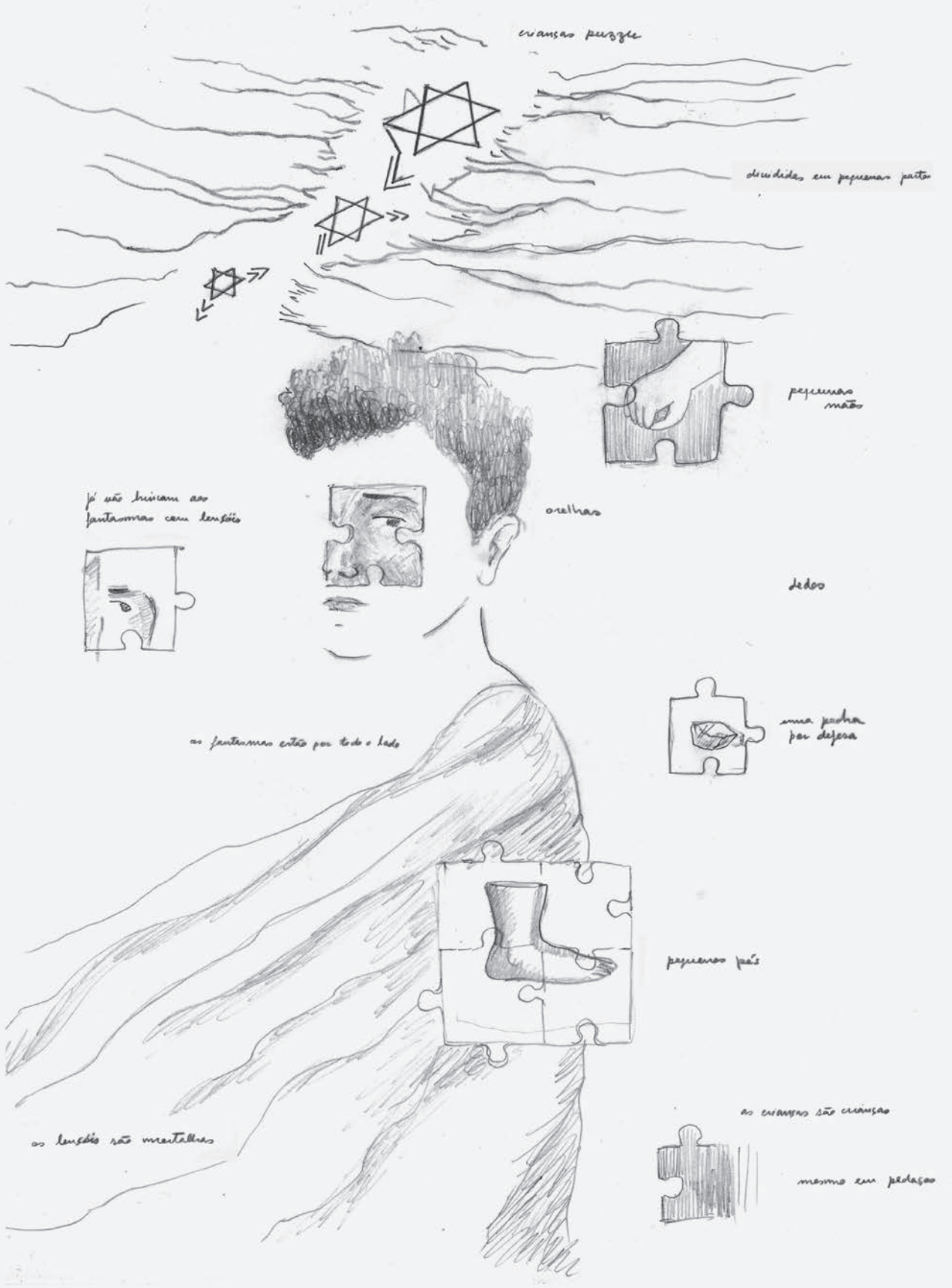


ILUSTRAÇÃO **RITA OLIVEIRA DIAS · PESLUMINOSOS.WIXSITE.COM/RITADIAS**

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 42
Julho-Setembro 2024

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Rua principal de Algeruz, CCI 3320
2950-077 Palmela
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Aurora Santos*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier*, Os Ingovernáveis, Júlio Henriques, Vozes de Dentro, Outros Ângulos, Francisco Espada, Ana Sofia Carvalho, Filipa Cordeiro; Mário Rui André, Sergio Maraschin, Umas Amigas dos Soulèvements de la Terre, Alexandra Symeonides / Biblioteka, Joëlle Ghazarian, Vera Silva, Stop Despejos/ Habita, Borboleta Azul, Cátia Sá, Carlos Godinho, Jorge Valadas, André Lemos, Gastão de Liz, J.T., Eduardo Sousa, Guarda Rios, Rita Bragança, Graça Santos, Rita Oliveira Dias, Guilherme Malaquias, Diana Dionísio, Ricardo Castro, Ricardo Ventura, Pedro Cerejo, Sónia Gabriel, Ana Queijo, Susana Baeta, Ana Afonso.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Livraria Tigre de Papel

A Tigre de Papel abriu em 2016 como livraria independente e espaço de programação regular e diversa.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Mais do que uma livraria para coleccionadores, a Tigre de Papel parece privilegiar livros que são pensados para circular. Esse conceito foi pensado?

Uma decisão que tomámos desde o início foi a de equiparar os livros em segunda mão com os livros novos, seja em termos da selecção ou da sua arrumação na livraria. No início repetíamos bastante a frase de um colega nosso, «os livros não se gastam». Talvez hoje precisasse que são os textos que não se gastam, e que o livro, enquanto meio privilegiado, ainda que não exclusivo, de circulação dos textos tem a vantagem de se fazer ver, de nos sussurrar ao ouvido, de nos gritar na cara, de nos acariciar as mãos. Uma espécie particular de técnica de engate que tanto coloca o leitor no lugar de quem vê como no lugar de quem é visto. Daí que para lá da lógica coleccionista, talvez acrescentasse uma outra, mais interessante e própria do que pode ser o papel de uma livraria: a lógica da composição. Juntar livros relacionando-os de um modo particular é também um modo de ler.

Como chegaram à edição e distribuição?

Começou por ser uma resposta a um interesse particular nosso – a reedição e edição de inéditos da poeta Salette Tavares, com cuja obra sempre tivemos uma proximidade estética forte, bem como a sorte de uma ligação familiar de um dos nossos colegas. É também uma forma de nos relacionarmos com alguns amigos e os seus projectos – por exemplo, o livro *A Vida entre Edifícios*, do Jan Gehl, que publicámos em parceria com a Cicloficina dos Anjos, ou o livro *Gravidez*, da Júlia Barata, de quem viemos depois a publicar outros livros. E durante algum tempo as coisas foram sendo um pouco assim, de acolhimento e aproximação a propostas que nos chegavam. Esse modo não desapareceu, mas começámos entretanto a tentar sistematizar um pouco melhor a nossa proposta editorial, e os últimos títulos já reflectem um pouco isso – por exemplo, o livro *Habitação Para Além da "Crise"*, do Simone Tulumello, que resultou de um desafio feito pela editora ao autor. Quanto à distribuição, foi mais um problema de ordem prática. Como fomos montando um pequeno circuito de distribuição por pequenas livrarias e um método de organização e de logística, a dada altura propusemos a algumas outras pequenas editoras nossas amigas aproveitarmos esse trabalho que já estava feito.

Ao contrário da grande maioria das livrarias independentes, a Tigre de Papel também vende livros escolares. Porquê?

Todo o modelo pedagógico dos manuais escolares precisa de um debate sério… Mas a razão principal para uma livraria como a Tigre de Papel os ter à venda é de natureza sobretudo económica, a que poderíamos acrescentar um papel de assistência às pessoas que são obrigadas a obter os manuais – isto é particularmente relevante para as famílias imigrantes que são confrontadas com um sistema complexo, que ninguém lhes explica, mas a que estão sujeitas se querem colocar os filhos na escola com as mesmas condições das restantes famílias. A razão principal, então, para passarmos três meses do ano agarrados a uma actividade infernal, em que o Estado empilha calhamaços às costas das crianças ao mesmo tempo que alimenta o negócio de empresas privadas, é porque esses três meses permitem um resultado económico que facilita o que fazemos nos restantes nove meses. Digamos que o fazemos com a mesma falta de inocência com que passamos quase três semanas no hipermercado da Feira do Livro de Lisboa.

Se alguém entrar na livraria para comprar o Jornal MAPA, o que lhe propõem para completar o menu?

Por preguiça, com alguma sorte, olho para o lado e topo com *Os Cantos de Maldoror*, do Conde de Lautréamont, um daqueles aristocratas decadentes da nossa preferência. Talvez sugerisse este livrinho, pela virtuosa intersecção poética, política e existencial que, creio, ressoa na perfeição com a coragem e a loucura de um projecto como o MAPA.

LIVRARIA TIGRE DE PAPEL
RUA DE ARROIOS, 25, LISBOA

O Burrito em Coimbra

Na Alta de Coimbra, falámos com Regina Mestas que gere este restaurante criado em 2018 por Annie Kleinhesselink, e que nos serve burritos, claro está, e outros pratos vegan.

VERA SILVA

Comer no Burrito pode ou quer ser algo mais que encher a barriga?

Claro que sim, o Burrito vegan além de um espaço vegan, é um lugar onde existe uma preocupação de dar a conhecer o movimento vegano à população, é um lugar que quer questionar o sistema alimentar convencional. Pessoas que nunca comeram vegan começam a perceber que podem comer comida sem animais. Também é um espaço descontraído onde podem encontrar informação sobre o veganismo ou sobre outras causas transversais. A alimentação também é política.

De que forma o jornal MAPA dialoga e é parte do vosso espaço?

O mapa é um jornal com características diferentes, não pertence ao *mainstream* das informações, é um canal informativo alternativo, que encaixa bem no Burrito vegan como sendo uma plataforma alternativa de comunicação, visto que, o Burrito vegan também é um espaço que pretende dar a conhecer uma alternativa de alimentação consciente e de conforto sem causar sofrimento a nenhum animal. Este diálogo que existe entre o jornal e o restaurante Burrito é uma mais-valia para os dois na cidade de Coimbra.

BURRITO
LARGO DE SÃO SALVADOR, COIMBRA

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 42
JULHO-SETEMBRO 2024
3000 EXEMPLARES

A horizontalidade é um trabalho sempre em curso

Há nove anos, em Setembro de 2015, na Penha de França, em Lisboa, abria a Disgraça, com a vontade de ser um espaço «antiautoritário onde se pudesse discutir e criar soluções colectivas para problemas que tínhamos vindo a individualizar». Com a sua espécie de arquitectura invertida, este espaço está, desde há quase uma década, alugado ao colectivo que o gere e tornou-se num ponto fundamental de vida para além da opressão capitalista da cidade de Lisboa. Hoje, perante «uma cidade devastada pela especulação imobiliária, pela crise da habitação e pela elitização da cultura», a Disgraça decidiu que a única forma de fugir do aumento cavalgante das rendas e das ameaças de expulsão é comprar o espaço. Podes contribuir em gofundme.com/f/disgraca

A Disgraça está a combater o monstro imobiliário tornando-se proprietária do seu espaço, o que, ainda que se trate de uma propriedade colectiva, é quase irónico. Chegou-se realmente a este ponto em que as únicas opções são a propriedade ou a não existência?

Neste momento em Lisboa, como sabemos, é cada vez mais difícil sustentar os aumentos absurdos de rendas. Confrontades com o facto de que espaços amigos se encontram em situações de despejo iminente, urge a necessidade de assegurar a Disgraça a longo termo. Temos investido muito tempo, suor e lágrimas ao longo destes quase 9 anos e contemplar a possibilidade de nos tornarmos mais uma vítima da gentrificação de um dia para o outro, ou dar este espaço a perder e possivelmente (ou não) ter de recomeçar noutro sítio, levou-nos a decidir que era preciso reunir esforços para que tal não acontecesse.

Há também a opção de okupar, mas como se viu recentemente com o Centro Social de Santa Engrácia ou com centros sociais okupados anteriores (neste momento) é bastante difícil assegurar um espaço através dessa via. Apesar de agora as opções a longo termo parecerem ser essas – propriedade ou não existência –, vemos também o papel da Disgraça em apoiar movimentos de resistência, incluindo o de okupação, para que no futuro esta pergunta não faça sentido. A ironia de haver anarquistas a comprar propriedade não nos passa ao lado; contudo, é fulcral que haja espaços estáveis onde se possa aprender, partilhar, conspirar e (des) construir de forma colectiva e horizontal.

Um olhar sobre o vosso calendário mostra uma actividade quase frenética. Como se organizam para manter esse ritmo de coisas a acontecerem, tratarem da gestão burocrática do espaço, da biblioteca, da sala de concertos, da oficina, da sala de ensaios, da serigrafia, do ginásio, da loja livre ou da Tortuga e, ao mesmo tempo, se manterem em autogestão horizontal?

É importante relativizar um bocado a quantidade de eventos que se vê no nosso calendário. Nem todos são organizados pelo colectivo da Disgraça. Alguns exemplos são os *benefits* organizados por vários colectivos, os concertos regulares da ATR, os *DIY Mondays* semanais… É importante para nós que a Disgraça seja um espaço onde as pessoas se possam envolver facilmente e onde não haja binários rígidos entre pessoas organizadoras e consumidoras. É também por isso que tentamos organizar frequentemente as assembleias *Galaxy*, abertas a qualquer pessoa.

Em princípio, os diferentes espaços dentro da Disgraça funcionam autonomamente. A Tortuga, o ginásio, a sala de ensaios, etc., têm os seus próprios grupos que se autogerem. Na prática, isto nem sempre funciona tão bem quanto gostaríamos. Sentimos, contudo, que tem havido uma evolução positiva. No início, quase tudo era organizado pelas pessoas do colectivo. Hoje em dia há muito mais fluidez – a horizontalidade é um trabalho sempre em curso.

Ultimamente, a dupla responsabilidade de manter o funcionamento diário da Disgraça ao mesmo tempo que nos organizamos para comprar o espaço tem sido desafiante. Achamos que a organização horizontal não é só sobre partilha de tomada de decisões mas também do trabalho e da responsabilidade para que fique mais fácil fazê-lo colectivamente. Também esperamos, quando conseguirmos assegurar o espaço, adaptarmo-nos mais facilmente com a fluidez do tempo e energia disponíveis, em vez de precisarmos de seguir o ritmo de rendas mensais.

Sabemos que têm tido um papel importante no apoio aos migrantes que estão acampados na zona dos Anjos, em Lisboa, nomeadamente por emprestarem a vossa cozinha para que possam cozinhar. Como têm corrido as coisas? É possível a solidariedade não caritativa, mesmo em situação tão limite?

Queremos realçar que, neste caso, o colectivo da Disgraça tem pouco envolvimento na Cozinha dos Anjos em si, que funciona autonomamente – o espaço e o equipamento são utilizados pelas pessoas que deles necessitam. Mas, daquilo que temos visto, parece-nos estar a correr super bem. É muito fixe que a malta esteja a relaxar – cozinhar, ouvir música, jogar jogos – num ambiente bastante mais seguro do que estar na rua, sob o risco de serem confrontades pela bófia, políticos e outros parasitas desta sociedade de merda.

De forma geral, precisamente por serem situações limite, torna-se difícil evitar que se perpetuem padrões de caridade. É mais uma das facetas das socializações que sempre tivemos (e continuamos a ter) e que, como tudo o resto, requer um esforço activo e diário para as desconstruir. Mais especificamente sobre a Cozinha dos Anjos, é uma pergunta que lhes teriam de fazer, uma vez que são as pessoas que, a nível prático, mais estão a lidar com essa questão.

MAPA BORRADO